



UnB

Universidade de Brasília

Instituto de Ciências Humanas

Programa de Pós-graduação em História

**Uma Olímpia vermelha! Recepção e subversão da antiguidade grega
nos Jogos Olímpicos modernos (1894-1936) e nas Olimpíadas dos
Trabalhadores (1925-1937)**

Ivan Andrew Campos Haxton

BRASÍLIA
2025

Ivan Andrew Campos Haxton

**Uma Olímpia vermelha! Recepção e subversão da antiguidade grega
nos Jogos Olímpicos modernos (1894-1936) e nas Olimpíadas dos
Trabalhadores (1925-1937)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História

Linha de Pesquisa: História social e suas múltiplas formas

Orientadora: Profa Dra Camila da Silva Condilo

BRASÍLIA
2025

BANCA EXAMINADORA

Profa Dra Camila da Silva Condilo – UNB (Orientadora)

Profa Dra Dolores Puga Alves de Sousa – UFMS

Prof. Dr Fábio de Souza Lessa – UFRJ

Data da defesa: 30/07/2025

DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Declaro que a presente dissertação é original, elaborada especialmente para este fim, não tendo sido apresentada para obtenção de qualquer título e que identifico e cito devidamente todas as autoras e todos os autores que contribuíram para o trabalho, bem como as contribuições oriundas de outras publicações de minha autoria.

Declaro estar ciente de que a cópia ou o plágio podem gerar responsabilidade civil, criminal e disciplinar, consistindo em grave violação à ética acadêmica.

Brasília, 30 de Junho de 2025.

Assinatura do/a discente:



Programa: Programa de Pós-Graduação em História

Nome completo: Ivan Andrew Campos Haxton

Título do Trabalho: Uma Olímpia vermelha! Recepção e subversão da antiguidade grega nos Jogos Olímpicos modernos (1894-1936) e nas Olimpíadas dos Trabalhadores (1925-1937)

Nível: (X) Mestrado () Doutorado

Orientador/a: Profa Dra Camila da Silva Condilo

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, quero agradecer à minha família, que me deu amor, incentivo, disciplina e os recursos necessários para ingressar na trajetória acadêmica. À minha mãe Márcia e minha vó Nilza por me mostrarem o valor dos estudos, a meu irmão Michael pelas conversas e interesses comuns e a meu pai, David, por me mostrar que as dúvidas são bem mais interessantes que as certezas.

Agradeço a todos os professores que tive, especialmente à professora Camilla Cristina Silva pelos ensinamentos na graduação e pela ajuda na elaboração do pré-projeto com o qual ingressei no mestrado. À minha orientadora, Camila Condilo, pela confiança depositada em mim e pela paciência e seriedade demonstradas durante o processo de orientação.

Devo agradecimentos também a amigos e colegas de trabalho que me apoiaram no mestrado. Entre eles, os bombeiros militares G. Martins, A. Camargo, Maicon e Renney merecem destaque. O “joga fora” com vocês me trouxe várias ideias que ajudaram na escrita da dissertação.

Por fim, agradeço à minha linda namorada, Laíssa, por todo o carinho e atenção. Sua presença torna a vida melhor.

RESUMO: As competições esportivas são eventos de grande popularidade no mundo. Os Jogos Olímpicos da Era Moderna, idealizados pelo Barão de Coubertin no fim do século XIX, possuem ainda uma dimensão ético-filosófica que norteia a prática esportiva, o chamado olimpismo. Em protesto à elitização do evento, o movimento proletário europeu do período entreguerras propôs, a partir de 1921, realizar sua própria versão dos Jogos Olímpicos, de modo a ressaltar princípios e valores alinhados à cultura proletária. Muitas são as publicações sobre ambas as competições, as quais abrangem estudos sobre as ideias do próprio Coubertin, questões de gênero e raça, a relação entre Olimpíadas e religião, histórias das olimpíadas, as relações entre esporte e o mundo operário, dentre outros. Contudo, um tema que parece ainda não ter sido explorado de forma mais cuidadosa é a relação entre esses eventos olímpicos e o mundo antigo à luz dos estudos mais recentes sobre Olimpíadas na Grécia antiga. O objetivo do presente trabalho é realizar essa tarefa a partir dos pressupostos dos estudos de recepção. Em outras palavras, este estudo pretende investigar de que maneira e com qual finalidade a apropriação da tradição grega antiga pelas Olimpíadas modernas se relaciona com questões culturais, sociais e políticas chaves da primeira metade do século XX. Para tanto, buscarei identificar os elementos mais característicos das Olimpíadas antigas na historiografia sobre o tema dos séculos XX e XXI para compará-los com as informações presentes nos documentos oficiais dos Jogos Olímpicos e das Olimpíadas dos Trabalhadores a fim de compreender em que medida esses eventos se aproximam ou distanciam dessas características. Com isso, espero contribuir não só para um melhor entendimento das relações entre Olimpíadas antigas e modernas, mas principalmente para a compreensão do esporte organizado como campo de disputa entre as forças políticas do período entreguerras.

Palavras-chave: Olimpíadas na Grécia antiga; Jogos Olímpicos Modernos; Olimpíadas dos Trabalhadores; Barão de Coubertin; período entreguerras; estudos de recepção

ABSTRACT: Sports competitions are events of great popularity worldwide. The Modern Olympic Games, conceived by Baron de Coubertin at the end of the 19th century, also encompass an ethical-philosophical dimension that guides sports practice, known as Olympism. In protest against the elitization of the event, the European proletarian movement of the interwar period proposed, starting in 1921, to organize its own version of the Olympic Games, in order to emphasize principles and values aligned with proletarian culture. There is extensive literature on both competitions, which includes studies on Coubertin's own ideas, issues of gender and race, the relationship between the Olympics and religion, histories of Olympics, the connections between sports and the working-class world, among others. However, one topic that appears to have not yet been thoroughly explored is the relationship between these Olympic events and the ancient world in light of the most recent studies on the Olympics in ancient Greece. The aim of the present study is to carry out this task based on the assumptions of reception studies. In other words, this study seeks to investigate how and for what purpose the appropriation of ancient Greek tradition by the modern Olympic Games relates to key cultural, social, and political issues of the first half of the 20th century. To this end, I will seek to identify the most characteristic elements of the ancient Olympics in the historiography of the 20th and 21st centuries and compare them with the information found in the official documents of the Olympic Games and the Workers' Olympiad; in order to understand to what extent these events resemble or diverge from these characteristics. With this, I hope to contribute not only to a better understanding of the relationship between ancient and modern Olympics, but especially to the understanding of organized sport as a field of contention among the political forces of the interwar period.

Keywords: Olympics in Ancient Greece; Modern Olympic Games; Workers' Olympics; Baron de Coubertin; interwar period; reception studies.

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| Introdução..... | 1 |
| Capítulo 1. Competições atléticas na Grécia antiga..... | 22 |
| 1.1 O que é esporte, afinal?..... | 24 |
| 1.2 Origem, desenvolvimento e características dos <i>agones</i> na Grécia antiga..... | 27 |
| 1.3 Jogos Olímpicos da antiguidade: Celebração pan-helênica e meio de ascensão social..... | 39 |
| 1.4 Conclusões preliminares do capítulo 1..... | 52 |
| Capítulo 2. Jogos Olímpicos modernos e olimpismo..... | 54 |
| 2.1 Surgimento e popularização dos esportes modernos..... | 55 |
| 2.2 O amadorismo e a exclusão do proletariado..... | 62 |
| 2.3 Pierre de Coubertin: Aristocrata, anglófilo e antirrevolucionário..... | 65 |
| 2.4 Os Jogos Olímpicos de Much Wenlock e o olimpismo..... | 70 |
| 2.5 A recepção da Grécia antiga como modelo de amadorismo, nacionalismo e reforma social..... | 76 |
| 2.6 Conclusões preliminares do capítulo 2..... | 85 |
| Capítulo 3. Olimpíadas dos Trabalhadores: O esporte organizado à serviço da revolução..... | 88 |
| 3.1 Marxismo, desenvolvimento dos movimentos socialistas e o papel do esporte na cultura proletária..... | 89 |
| 3.2 Competindo sob as bandeiras do socialismo: Caracterização das Olimpíadas dos Trabalhadores..... | 94 |
| 3.3 O verdadeiro espírito olímpico é vermelho! Recepção das Olimpíadas antigas pelo movimento esportivo proletário..... | 99 |
| 3.4 Comparando recepções a partir dos conceitos de <i>omni-local</i> e <i>allelupoiesis</i> | 104 |
| 3.5 Conclusões preliminares do capítulo 3..... | 108 |
| Conclusão..... | 110 |
| Bibliografia..... | 114 |

INTRODUÇÃO

As competições esportivas são extremamente populares. Elas despertam paixões, criam ídolos e afloram sentimentos nacionalistas. A 30ª edição dos Jogos Olímpicos da Era Moderna realizada em Londres no ano de 2012, por exemplo, foi assistida por 3.6 bilhões de pessoas, o que evidencia o seu tamanho e repercussão.¹ Todo esse gigantesco espetáculo, entretanto, mascara algumas características nefastas do evento, como as denúncias de corrupção na escolha das cidades-sede, os impactos ambientais, a exploração de trabalhadores pelas marcas esportivas, a marginalização da população mais pobre da cidade anfitriã, entre outras (BOYCOFF, 2016). Tudo isso, é importante lembrar, ocorre sob a autodeclarada “neutralidade política” do Comitê Olímpico Internacional – COI, argumento esse presente no discurso oficial do órgão desde sua fundação em 1894 (RIBEIRO, 2020, p. 210).

Os Jogos Olímpicos da Era Moderna não foram sempre assim, embora tenham sido invariavelmente elitistas. Em suas primeiras edições, eles eram um evento restrito “apenas e tão somente aos descendentes da aristocracia europeia e norte-americana, com patrimônio suficiente para que não necessitassem se envolver com atividades produtivas” (RUBIO, 2010, p. 58). Além disso, há um elemento presente nas Olimpíadas que não é compartilhado pelos outros eventos esportivos internacionais de grande porte: o olimpismo, princípio ideológico do movimento olímpico.

O Barão Pierre de Coubertin (1863-1937), ao idealizar os Jogos Olímpicos no fim do século XIX, procurou acrescentar uma dimensão ético-filosófica à prática desportiva organizada. O aristocrata francês defendia que o esporte competitivo organizado, se fosse praticado sem freio moral, poderia levar a um ambiente de corrupção e desconfiança. Por isso, era necessário que se estabelecesse um regulador ético inspirado nos juramentos feitos pelos atletas nas Olimpíadas da Grécia antiga. O conjunto desses valores físicos e morais foi denominado “olimpismo”, termo cunhado pelo próprio Coubertin. O olimpismo seria, então, “uma doutrina filosófico-religiosa” a ser realizada “pelo culto ao esforço, pelo desprezo ao perigo, pelo amor à pátria, pela generosidade e o espírito cavalheiresco, pelo contato com as Artes e as Letras” (COUBERTIN, 2015, p. 741).

¹ 9 Eventos esportivos com mais audiência da história. **Forbes**, 14 jun. 2018. Disponível em: <https://forbes.com.br/principal/2018/06/9-eventos-esportivos-com-mais-audiencia-da-historia/#foto9>. Acesso em: 02/02/2022.

O olimpismo coubertiano foi, segundo Loland (1995, p. 56), influenciado por alguns movimentos e ideias presentes na sociedade europeia do século XIX com os quais o Barão teve contato. Primeiramente, sua educação liberal burguesa proporcionou-lhe a ideia de que os problemas da França à época – recém-derrotada na Guerra Franco-Prussiana (1870-1871)² – poderiam ser resolvidos através de uma educação para as massas baseada no modelo das *public schools* inglesas, onde o esporte era valorizado enquanto “treinamento social para a vida em uma sociedade democrática”³ (LOLAND, 1995, p. 56) e no qual a meritocracia se sobrepunha aos privilégios herdados. Outro movimento que influenciou Coubertin foi o internacionalismo de cunho liberal, baseado na ideia de progresso advinda do Iluminismo. Segundo a premissa internacionalista, em uma sociedade civilizada, os conflitos entre as nações deveriam ser resolvidos através da razão, não com armas. Exemplos desse ideal foram as gigantescas exposições mundiais ocorridas em Londres em 1851 e em Paris nos anos de 1867, 1878, 1889 e 1900, tendo o Barão participado das duas últimas ativamente. Os “*displays* etnoantropológicos vivos” (KOUTSOUKOS, 2020, p. 218) de povos não ocidentais e não brancos pertencentes a etnias oriundas de colônias na África e na Ásia, por exemplo, tiveram como motivo alegado ensinar a história cultural do desenvolvimento humano ao público presente na Exposição Universal de 1878. O motivo real, contudo, foi montar um palco para exibir o “progresso” e as conquistas das nações imperialistas (KOUTSOUKOS, 2020, p. 218). Por fim, a proliferação de publicações científicas sobre os Jogos Olímpicos da Grécia antiga, fruto de escavações realizadas no fim do século XIX em território grego, forneceu a “aura mítica” que envolve o olimpismo e seu correspondente movimento (LOLAND, 1995, p. 60).

Pierre de Coubertin, em discurso radiofônico proferido no ano de 1935, elencou o que para ele seriam as características fundamentais do olimpismo. A primeira delas é a natureza religiosa: a prática sistemática do exercício físico, que molda o corpo como se fosse uma escultura, possibilitando ao atleta honrar “sua pátria, sua raça, sua bandeira”. A interpretação é a de que, assim como os gregos antigos exaltavam Zeus, os competidores modernos deveriam exaltar os símbolos sagrados da nação. As

² A Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) foi a maior e mais importante guerra na Europa ocorrida entre a época de Napoleão e a Primeira Guerra Mundial. Ela foi fundamental para a unificação da Alemanha, para o fim da Segunda República Francesa e para o término do domínio francês no continente europeu. O fim do conflito também representou o início da ideia moderna de Europa (BADSEY, 2003).

³ “Social training for life in a democratic society”, no original. Todas as traduções de citações de textos estrangeiros foram feitas por mim.

formalidades olímpicas, como a cerimônia de abertura e a entrega de medalhas, foram concebidas pelo Comitê Olímpico Internacional em alusão aos rituais religiosos dos gregos, inclusive (COUBERTIN, 2015, p. 572). A segunda característica do olimpismo é a natureza aristocrática: os atletas olímpicos são uma elite física e cavalheiresca capaz de realizar proezas esportivas, ao mesmo tempo em que mantêm uma postura de camaradagem e de luta cortês. A terceira característica é a trégua, já que os Jogos devem ser imperiosamente realizados a cada quatro anos, interrompendo temporariamente as “querelas, disputas e incompreensões” humanas. A quarta característica é a ideia de *altis*,⁴ isto é, a de um lugar sagrado onde, assim como na cidade sagrada onde ocorriam os Jogos Olímpicos da antiguidade, devem reunir-se os “competidores dos esportes masculinos por excelência, esportes cujo objetivo é a defesa do homem, seu domínio sobre si mesmo, sobre o perigo, sobre os elementos, sobre o animal, sobre a vida”. Por fim, a última característica é a beleza, expressa nas competições artísticas presentes nos eventos olímpicos (COUBERTIN, 2015, p. 572-575).

Ribeiro (2020, p. 211) interpreta o esporte moderno e a doutrina do olimpismo como fenômenos inscritos “na utopia liberal da civilização e do progresso”, que remontam à ideologia iluminista do século XVIII. Para esse autor, a suposta neutralidade política do Comitê Olímpico Internacional (COI) surgiu a partir da ideia burguesa de harmonia social na qual certos valores morais seriam universais e compartilhados por todos os cidadãos. Tais ideais serviriam, assim, à toda humanidade e não a certos grupos ou Estados. Loland (1995, p. 66), por sua vez, caracteriza o olimpismo de Coubertin como um “humanismo dos músculos”, vitalista e secular.

De que modo as primeiras edições dos Jogos Olímpicos da Era Moderna poderiam ajudar a realizar os objetivos do olimpismo? De acordo com Coubertin (2015, p. 329), “o êxito definitivo tem um preço: para que seus novos destinos possam se igualar ao passado, é preciso que os Jogos Olímpicos sejam profundamente democráticos – e rigorosamente internacionais”. O primeiro desses atributos diz respeito à ampla oportunidade de participação nas competições; o segundo remete à possibilidade de os atletas representarem suas respectivas nações em um ambiente de disputa pacífica. A própria Carta Olímpica de 1921, documento que elenca os principais fundamentos do olimpismo

⁴ O termo *altis* significa “arvoredo” e, para os gregos antigos, designava o santuário localizado no território da cidade de Élis, no oeste do Peloponeso, que entre o primeiro e o segundo milênios a.C. passou a servir de local de culto a Zeus. Aproximadamente a partir de 776 a.C., começou a sediar os Jogos Olímpicos da antiguidade (LAKY, 2008, p. 211).

e as normas adotadas pelo COI, positiva esse caráter. O Artigo 1º das Regras Relativas à Celebração das Olimpíadas determina que “Os Jogos Olímpicos reúnem amadores de todas as nações em pé de igualdade, da forma mais perfeita possível”.⁵

Ora, apesar da alegada natureza democrática dos Jogos, chama atenção o fato de que a participação no evento era restrita a atletas “amadores”. Coubertin (2015, p. 352) defendia que “para cumprir seu verdadeiro papel educativo, os esportes devem basear-se num perfeito desinteresse e no sentimento de honra”, sendo então incompatível o interesse financeiro com o espírito olímpico. Considerando o contexto histórico, o que significava esse termo? No Congresso de Paris de 1894, realizado com o objetivo de estabelecer as bases para a realização das futuras Olimpíadas, o recém-criado COI sugeriu que, para o atletismo, fosse considerado amador aquele que

(...) nunca participou de uma competição aberta a todos; jamais competiu por premiação em dinheiro, independentemente da fonte pagadora e da quantia; em tempo algum competiu com profissionais; e nunca exerceu as profissões de professor de educação física ou instrutor assalariado de exercícios físicos.⁶

As violações a essa regra acarretariam a desqualificação do atleta. Para as demais modalidades esportivas, as definições sobre o que constituiria um atleta amador caberiam às respectivas federações de cada país. Segundo Boycoff (2016), a delegação desse tipo de poder aos órgãos esportivos nacionais, controlados pelas classes alta e média, permitia controlar o proletariado, pois, em uma sociedade marcada pela divisão entre classes, a retórica moralista do “amor desinteressado pelo esporte” servia como (falsa) desculpa para retirar do indivíduo assalariado o direito de competir. Embora a definição de amadorismo tenha sido gradualmente flexibilizada ao longo do século XX, ainda em 1907 – 13 anos após o Congresso de Paris –, a *Amateur Rowing Association of Great Britain* não considerava amador o “artesão, operário ou mecânico, ou o indivíduo que exerce

⁵ “Les Jeux Olympiques réunissent les amateurs de toutes les nations sur un pied d’égalité aussi parfait que possible”. COMITE INTERNATIONAL OLYMPIQUE (COI). **Charte olympique – 1921**. Lausanne, 1921, p. 6. Disponível em: <https://library.olympics.com/Default/digital-viewer/c-64461>. Acesso em: 23/12/2021.

⁶ “Toute personne qui n’a jamais pris part à un concours ouvert à tous venants, ni concouru pour un prix en espèces ou pour une somme d’argent, de quelque source qu’elle provienne, notamment des admissions sur le terrain, ou avec des professionnels, et qui n’a jamais été à aucune période de sa vie, professeur ou moniteur salarié d’exercices physiques”. COMITE INTERNATIONAL OLYMPIQUE (COI). **Bulletin du Comité International des Jeux Olympiques**. Paris, Ano 1, n. 1, jul. 1894, p. 4. Disponível em: <https://library.olympics.com/Default/digital-viewer/c-81284>. Acesso em: 02/02/2022.

trabalho manual para viver”.⁷ Essa definição deixa evidente o caráter excludente do evento. Além disso, as mulheres ainda eram preteridas, já que o COI proibía sua participação na maioria das modalidades (BOYCOFF, 2016). Diante do exposto, fica claro que a participação nos Jogos Olímpicos no começo do século XX era restrita a poucos, geralmente homens da elite europeia e estadunidense.

A partir da década de 1870, entretanto, as classes operárias começaram a se mobilizar em vários países, engendrando, no final dos anos 1880, “movimentos de massa socialistas e trabalhistas em muitos deles” (HOBSBAWM, [1987] 2020, p. 77). Com o estabelecimento da divisão formal entre lazer e trabalho, oriundo da Revolução Industrial, e a conquista de direitos trabalhistas, como a redução da jornada de trabalho, abriu-se oportunidade para que as classes operárias pudessem praticar atividade física. Esta proporcionava, segundo Robert Wheeler (1978), gratificação física e satisfação psicológica ao trabalhador, amenizando a alienação e insatisfação provocadas pelo modo de produção capitalista do fim do século XIX. Consequentemente, organizações esportivas proletárias proliferaram-se pela Europa a partir dos anos 1890, reunindo centenas de milhares de associados. O movimento esportivo proletário tinha características diferentes do “esporte burguês”, no sentido de que a prática era aberta a todos. Além disso, almejava substituir valores tidos como capitalistas, como a competição desenfreada, por ideais declaradamente socialistas, como a solidariedade, ajudando a fortalecer as bases da cultura proletária (WHEELER, 1978).

O esporte, contudo, era apenas parte de um objetivo maior, pois os socialistas da época, impulsionados pela crescente presença eleitoral e organizacional do socialismo, juntamente com o aumento da classe operária, buscavam

(...) organizar as solidariedades da classe trabalhadora num movimento capaz de refazer o mundo. Nos partidos mais fortes da Europa central e da Escandinávia, um conjunto imponente de organizações criou um distinto modo de vida social-democrático – “associações de leitura e bibliotecas, clubes de concerto e teatro proletário, organizações especializadas na preparação e equipamento de comemorações e festivais, coros”, além de livre pensadores, ligas de Abstinência dos Trabalhadores, Cremadores de Trabalhadores, Amigos da Natureza, clubes esportivos de operários e clubes recreativos para todos os aspectos da vida (ELEY, 2005, p. 146).

⁷ “(...) no artisan, laborer, or mechanic, or man who does manual work for a living may compete”. DRASTIC rules for American oarsmen. **The New York Times**, New York, n. 18.122, p. 7, 6 set. 1907. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1907/09/06/archives/drastric-rules-for-american-oarsmen-no-man-who-works-for-living-can.html?searchResultPosition=4>. Acesso em: 14/10/2023.

É nesse contexto que foi criada a *Association Socialiste Internationale d'Éducation Physique* – ASIEP, entidade esportiva fundada em 10 de maio de 1913 na Bélgica e ligada à Internacional Socialista. Os valores principais divulgados pela ASIEP eram a igualdade e a solidariedade nos esportes e seu objetivo era atingir os ideais revolucionários socialistas através do intercâmbio desportivo entre o proletariado. O início da Primeira Guerra Mundial em julho de 1914, entretanto, interrompeu o funcionamento da associação. As atividades esportivas organizadas internacionalmente pelo movimento proletário só foram amplamente reestabelecidas em 1920 através da fundação, em 14 de setembro, da *International Association for Sport and Physical Culture* – herdeira da ASIEP –, que ficou conhecida como *Lucerne Sport International* – LSI devido ao local onde foi concebida, Lucerna, na Suíça. Seus fundadores propuseram, ainda na reunião de fundação, um conjunto de princípios ideológicos para o desporto proletário: equilíbrio entre a educação do corpo e a educação intelectual; prioridade do esporte de participação popular em relação ao esporte competitivo; promoção da paz e da solidariedade internacionais; e convergência com os objetivos políticos e sociais do movimento proletário. A organização passou a denominar-se *Sozialistische Arbeitersport Internationale* – SASI (Internacional Socialista do Esporte Operário) em 1928, porém, seus princípios, estrutura e objetivos mantiveram-se os mesmos (HENTILÄ, 2013).

Em 1925, a LSI organizou, em protesto contra o chauvinismo presente nos Jogos Olímpicos e para promover a solidariedade proletária internacional, a primeira Olimpíada dos Trabalhadores, chamada de *Arbeiterolympiade*. Diferentemente das Olimpíadas realizadas na Antuérpia (1920) e Paris (1924), nos quais os respectivos Comitês Organizadores excluíram a Alemanha, a Áustria e a Hungria devido a sua participação na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), nas competições organizadas pelos trabalhadores não houve veto à participação de nenhuma nação. A LSI entendeu que seria injusto culpar os trabalhadores daqueles países pela guerra (HENTILÄ, 2013, p. 98). A primeira *Arbeiterolympiade* foi realizada na Silésia, no inverno, e em Frankfurt, no verão, reunindo mais de 150.000 trabalhadores-atletas. Para Wheeler (1978), o evento, que ocorreu novamente em 1931 e 1937, foi a maior expressão mundial do movimento esportivo proletário. A edição de 1931 foi, inclusive, provavelmente maior que os Jogos Olímpicos “oficiais” de Los Angeles em 1932, tanto em número de espectadores quanto de participantes. No último dia, por exemplo, 250.000 pessoas assistiram a uma marcha festiva de cerca de 100.000 atletas (WHEELER, 1978).

Ambos os eventos foram abordados de diversas maneiras pela historiografia. Embora tenha se escrito muito mais sobre os Jogos Olímpicos do que sobre as Olimpíadas dos Trabalhadores, é possível identificar em linhas gerais três tipos de abordagens: a abordagem institucional, caracterizada por uma narrativa “oficial” sobre os Jogos, a abordagem crítica, marcada pela ênfase nas dimensões problemáticas destes, como seus impactos negativos de ordem econômica, ambiental, política e social, e a abordagem de gênero, que enfatiza o caráter relacional entre as categorias identitárias e problematiza a ideia das Olimpíadas como um campo naturalmente masculino.

A primeira abordagem é composta por textos que analisam aspectos administrativos, factuais ou grandiosos desses eventos, sendo publicações ligadas ao COI ou de autores simpáticos a ele. O artigo de Eugen Weber, “Pierre de Coubertin and the introduction of organised sport in France” (1970), pode ser enquadrado nessa abordagem, pois ressalta o suposto papel civilizador atribuído ao COI e a capacidade visionária do Barão de Coubertin na criação das Olimpíadas modernas. Já a revista *Journal of Olympic History*, publicada desde 1992, conta com editores vinculados ao COI e pode ser considerada ligada à entidade. Nela, são encontrados artigos sobre a fundação de comitês olímpicos nacionais (DURÁNTEZ, 2000), eleições de cidades-sede (LENNARTZ, 2011) e eventos marcantes nos Jogos, como a participação da primeira mulher de origem asiática em uma prova olímpica (BUCHANAN, 2000). Há também uma publicação “oficial” sobre a história das Olimpíadas dos Trabalhadores, intitulada *Sport, Peace and Development: Internacional Worker Sport 1913-2013* (2013), organizada por Kalevi Olin e financiada pela *International Workers & Amateurs Sports Confederation*, instituição herdeira da SASI. Por fim, cabe citar o livro *The History of the Olympic Games: Faster, Higher, Stronger* (2021), que narra a história dos Jogos Olímpicos de acordo com a visão do COI, portanto, institucional.

A segunda abordagem é definida pelo aspecto crítico, ou seja, é composta por uma historiografia que analisa os impactos sociais, econômicos e culturais das Olimpíadas, incluindo aí os processos de exclusão, gentrificação, degradação ambiental e imperialismo nelas contidos. A importante obra de Allen Guttman, *The Olympics: A History of the Modern Games*, publicada em 1992, por exemplo, contesta a alegada neutralidade política do COI e afirma que os Jogos têm um caráter político desde sua origem. Além disso, de acordo com Santos & Giglio (2020, p. 148), o texto de Guttman incentiva “outros autores a se aprofundarem em temáticas deixadas em aberto pelo autor”. Foi isso que Jules Boycoff procurou fazer em *Power Games: A Political History of the*

Olympics (2016). Em seu texto, Boycoff analisa como a realização dos Jogos Olímpicos modernos causa danos econômicos, sociais e ambientais às cidades-sede. O autor também investiga as violações aos direitos humanos perpetradas pelos governos em nome da “segurança” do evento (BOYCOFF, 2016, p. 227). No Brasil, Kátia Rubio vem realizando estudos diversos sobre a história das Olimpíadas. Ela liderou o projeto de pesquisa “Memórias olímpicas por atletas olímpicos”, fomentado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP de maio de 2010 a abril de 2013, e publicou artigos e livros com temas ligados aos Jogos, os quais incluem uma proposta de periodização de suas edições (RUBIO, 2010) e uma discussão sobre a hegemonia europeia no COI (GIGLIO; RUBIO, 2017).

Em relação às Olimpíadas dos Trabalhadores especificamente, foram encontradas poucas obras que utilizam uma abordagem crítica. O artigo de Robert Wheeler “Organized sport and organized labour: The worker’s sport movement” (1978) analisa o movimento esportivo operário do fim do século XIX até a década de 1930, inserindo as *Arbeiterolympiade* nesse contexto. No Brasil, a única pesquisa encontrada sobre o evento é de autoria de Sérgio Settani Giglio, intitulada “A formação dos Jogos Olímpicos dos Trabalhadores (1894-1925)”, a qual objetiva “constituir a inter-relação da formação do COI e dos Jogos Olímpicos com a criação dos Jogos Olímpicos dos Trabalhadores” (GIGLIO, 2018, p. 141).

A abordagem centrada nas relações de gênero, por sua vez, investiga “os processos generificadores constituintes do esporte”, ressaltando que “são produzidos e reproduzidos nele masculinidades e feminilidades” eternamente cambiantes e temporárias (GOELLNER, 2013, p. 48). Já nos anos 1970, dois estudos bastante amplos foram publicados sobre o tema. A tese de doutorado *The Evolution of Women’s Participation in the Summer Olympic Games 1900-1948* (1974) de Mary Henson Leigh e a dissertação de mestrado *An Account and Explanation of the Increased Role Played by Women in the Modern Olympic Games 1896-1972* (1976) de Bridget Mary Handley refletem sobre a trajetória das mulheres enquanto participantes das Olimpíadas. Ambas as autoras concluem que, nos períodos investigados, houve aumento tanto da participação feminina quanto do número de modalidades olímpicas que admitem mulheres. Leigh (1974) e Handley (1976) atribuem tal aumento, entre outras causas, à luta do movimento feminista, porém, Leigh (1974, p. 419) concede à imprensa papel fundamental nessa mudança, pois em modalidades tidas por “masculinas”, como o atletismo, mulheres só passaram a ser retratadas de forma positiva pelos meios de comunicação quando aquelas com aparência

considerada mais “feminina” começaram a se destacar.⁸ Atletas rotuladas de “masculinas”, por sua vez, eram descritas pelos periódicos de forma negativa. Já Handley (1976, p. 134) aponta outros fatores para tal aumento, como a popularização dos meios contraceptivos e a ocupação cada vez maior de mulheres em cargos de direção nas federações esportivas. Florence Carpentier & Jean-Pierre Lefèvre (2006), em artigo que aborda o movimento olímpico no período entreguerras, enfatizam a importância da *Fédération Sportive Féminine Internationale*, organização fundada em 1921 que promoveu suas próprias competições, como forma de desafiar a dominação masculina nas federações esportivas.

As relações entre o movimento olímpico, gênero e religião são examinadas por Tansin Benn & Symeon Dagkas (2012). Os autores debatem o direito de participação das mulheres muçulmanas nos Jogos Olímpicos e o processo de marginalização que estas sofrem em função das regras de vestimenta de algumas modalidades esportivas. O vôlei de praia e o *badminton* são citados como exemplo, pois até recentemente exigiam que as atletas usassem roupas curtas em quadra, o que é problemático para mulheres que, por motivos religiosos, optem por cobrir o corpo. O estudo denuncia assim o “aparente paradoxo que existe entre os ideais olímpicos de inclusão e as normas e práticas que promovem a exclusão” (BENN & DAGKAS, 2012, p. 3).⁹

Considerando a divisão binária (masculino/feminino) das categorias existente nas modalidades olímpicas, Richie *et al.* (2008) discutem o intersexo e a verificação de gênero nas Olimpíadas.¹⁰ O estudo percorre as violências, constrangimentos e injustiças perpetradas contra atletas intersexo e do sexo feminino que não apresentam o fenótipo considerado “normal” para sua categoria. Os autores também refletem sobre como os testes usados para verificar o sexo biológico da atleta possuem falhas, sendo instrumentos

⁸ Para ilustrar o que era entendido como característica “normal” do sexo feminino, Leigh (1974, p. 419) cita os exemplos de Fanny Blankers-Koen, dona de casa e mãe de dois filhos que competiu nas Olimpíadas de Londres - 1948, e Wilma Rudolph, participante dos Jogos de Roma - 1960, famosa pela sua beleza e graça nas pistas. Ambas eram extremamente populares perante o público e a imprensa.

⁹ Cabe ressaltar que o problema continua atual. Nos Jogos Olímpicos de Paris - 2024, por exemplo, as atletas francesas muçulmanas foram proibidas de usar o *hijab* em situação de competição. Ver: Rights groups implore IOC president to help get rid of *hijab* ban. **Reuters**, 11 jun. 2024. Disponível em: <https://www.reuters.com/sports/olympics/rights-groups-implore-ioc-president-help-get-rid-hijab-ban-2024-06-11/>. Acesso em: 13/06/2024.

¹⁰ Segundo a Organização das Nações Unidas (2020), o termo “intersexo” designa pessoas que nascem com “características sexuais físicas – como anatomia sexual, órgãos reprodutivos, padrões hormonais e/ou padrões cromossômicos – que não se enquadram nas definições típicas para corpos masculinos ou femininos”. A ONU promove reunião técnica sobre intersexo com profissionais da área médica. **Organização das Nações Unidas**, 07 dez. 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/104038-onu-promove-reuni%C3%A3o-t%C3%A9cnica-sobre-intersexo-com-profissionais-da-%C3%A1rea-m%C3%A9dica>. Acesso em: 07/01/2024.

reducionistas para avaliar a situação. Batista & Camargo (2020, p. 20) se debruçam sobre o mesmo tema, acrescentando que, quando um corpo que não se conforma à masculinidade dominante “reproduz os gestos assimilados com eficiência no alto nível, ele coloca em xeque a ordem hegemônica que aloca o homem biológico no topo da pirâmide do desempenho”.

Em meio a essas diversas leituras, um tema que parece ainda não ter sido explorado de forma mais cuidadosa é a relação entre esses eventos olímpicos e o mundo antigo à luz dos estudos mais recentes sobre Olimpíadas na Grécia antiga. A proposta deste estudo é realizar essa tarefa a partir dos pressupostos dos estudos de recepção. Em outras palavras, este trabalho busca investigar de que maneira e com qual finalidade a apropriação da tradição grega antiga pelas Olimpíadas modernas se relaciona com questões culturais, sociais e políticas chaves da primeira metade do século XX. Nesse sentido, as perguntas que esta pesquisa busca responder são as seguintes: em que medida a concepção de Jogos Olímpicos do Barão de Coubertin e dos organizadores das Olimpíadas dos Trabalhadores se aproximam ou distanciam do conhecimento atual sobre as Olimpíadas na Grécia antiga? De que maneira cada um desses eventos se apropria dessa tradição e com qual finalidade? Por fim, o que essas apropriações da antiguidade grega nos dizem sobre os grandes processos culturais, sociais e políticos da primeira metade do século XX?¹¹ Para tanto, buscarei identificar os elementos mais característicos das Olimpíadas antigas na historiografia sobre o tema dos séculos XX e XXI para compará-los com as informações presentes nos documentos oficiais dos Jogos Olímpicos e das Olimpíadas dos Trabalhadores a fim de compreender em que medida esses eventos se aproximam ou distanciam dessas características. Com isso, espero contribuir não só para um melhor entendimento das relações entre Olimpíadas antigas e modernas, mas principalmente para a compreensão do esporte organizado como campo de disputa entre as forças políticas do período entreguerras. Além disso, o trabalho poderá contribuir para diminuir o que Santos & Giglio (2020, p. 153) chamam de “vazio” da historiografia brasileira sobre a história do esporte, especialmente no que concerne ao aspecto político e social dos eventos esportivos internacionais de grande porte.

Para caracterizar as Olimpíadas da antiguidade, as fontes utilizadas são a poesia homérica, isto é, a *Iliada* e a *Odisseia*; as *Odes Olímpicas* de Píndaro; o discurso *Sobre a biga de cavalos* de Isócrates; e a *Descrição da Grécia* de Pausânias. A primeira dessas

¹¹ Boycoff (2016, p. 1) defende que se debruçar sobre a história dos Jogos Olímpicos permite compreender os grandes processos culturais, sociais e políticos dos últimos 120 anos.

fontes é trabalhada de modo a examinar a origem *escrita* de certas práticas entre os helenos, especialmente as atléticas. Já nas *Odes* pindáricas estão expressos elementos relevantes do festival olímpico, como os mitos de criação dos jogos, a importância do evento para o povo grego e o significado da vitória e da derrota nas competições. O *Discurso XVI* de Isócrates, por sua vez, é analisado em relação a um único aspecto: as divisões sociais expressas nas práticas esportivas gregas, característica fundamental para se compreender a cultura corporal daquela civilização. Por fim, a *Descrição da Grécia* de Pausânias, especialmente em seus livros V e VI, constitui um relato minucioso da dinâmica das provas olímpicas, suas regras e a estrutura física e administrativa do santuário. As fontes selecionadas permitem examinar diversos aspectos das disputas atléticas na Grécia antiga. Além disso, pelo fato de Píndaro e Pausânias terem visitado o *altis*, pude verificar permanências e rupturas nos Jogos Olímpicos ao longo do tempo, visto que há uma diferença de vários séculos entre as obras dos dois autores. Esses textos serão analisados de forma a identificar quais as características mais fundamentais desses eventos no mundo antigo a fim de que elas sejam comparadas posteriormente com as concepções atuais sobre Jogos Olímpicos presentes nas publicações oficiais do COI e dos comitês organizadores das Olimpíadas dos Trabalhadores.

Para investigar os Jogos Olímpicos da modernidade será examinada a obra *Olimpismo: Seleção de textos*, editada por Norbert Müller e Nelson Todt e publicada originalmente em francês no ano de 1986. Ela é uma coletânea composta por trechos de livros, cartas, relatórios e discursos elaborados entre 1888 e 1934, todos de autoria de Pierre de Coubertin. A obra, traduzida e publicada no Brasil em 2015, é fruto de uma parceria entre a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS e o Comitê Internacional Barão de Coubertin com objetivo de divulgar o pensamento do aristocrata francês para o mundo. O livro é dividido em duas partes, sendo a primeira sobre as relações entre educação e esporte e a segunda sobre as várias dimensões do olimpismo e do movimento olímpico. Cada texto é precedido de um breve comentário dos editores contextualizando as ideias ali expressas.

Já as Olimpíadas dos Trabalhadores são analisadas através de publicações oficiais dos comitês organizadores, os quais são ligados à LSI/SASI e à Internacional Socialista. Todos os documentos estão disponíveis no sítio eletrônico da *Friedrich Ebert Stiftung*, localizado no endereço <https://www.fes.de/archiv-der-sozialen-demokratie>. Essa fundação possui um acervo público *online* gratuito voltado para a história da social-

democracia, especialmente na Europa e América do Norte. As publicações selecionadas no acervo são as seguintes:

1) *Eine Rededispotion für Referenten* ou *Uma disposição de discursos para oradores* de 1931. Essa publicação contém transcrições de discursos sobre a história do movimento operário, textos sobre a edição de 1925 da *Arbeiterolympiade* e exaltações à SASI, além de uma breve caracterização da segunda edição das Olimpíadas dos Trabalhadores que ocorreria em julho de 1931. O documento lista ainda pontos turísticos e locais de hospedagem na cidade-sede, Viena.

2) *Festschrift 1931* ou *Publicação em celebração a 1931*, uma publicação comemorativa da SASI que precedeu a segunda edição das *Arbeiterolympiade* realizada no mesmo ano. O documento contém uma canção de autoria de Walter Bauer saudando os trabalhadores-atletas, uma série de textos escritos por autoridades ligadas à esquerda que exaltam o tamanho e importância do movimento esportivo proletário, além de um conjunto de gravuras retratando o cotidiano operário. Há também textos debatendo a história política da Áustria e a repressão ao proletariado naquele país.

3) *Leichtathletik Programm Regelbestimmungen und allgemeine Satzungen* ou *Regras e regulamentos gerais do programa de atletismo* para a primeira edição da *Arbeiterolympiade*, a ser realizada em 1925. O material lista os indivíduos envolvidos na organização do evento e suas funções, elenca as condições de participação nas modalidades esportivas e descreve detalhadamente as regras de cada prova, como, por exemplo, o lançamento de disco e os 100 metros rasos.

4) *Das Erste Arbeiter-Olympia Frankfurt am Main 1925* ou *A primeira Olimpíada Operária em Frankfurt 1925*, documento de 1926 que narra os eventos mais marcantes da primeira Olimpíada dos Trabalhadores. Contém também o texto *Das antike Olympia* (“A Olímpia Antiga”), que trata da relação entre as Olimpíadas antigas e o movimento esportivo proletário.

5) *Technischer Bericht* ou *Relatório técnico*, publicação que contém a classificação final das modalidades atletismo, ginástica, tiro esportivo, natação, ciclismo, motociclismo, esportes coletivos e de inverno das Olimpíadas dos Trabalhadores de 1931, juntamente com as devidas marcas e recordes. Há também um quadro de medalhas, classificando os países participantes.

6) *Festführer: Zweite Arbeiter-Wintersport-Olympiade* ou *Guia do Evento: Segunda Olimpíada de inverno dos Trabalhadores de 1931*. O documento descreve a programação

das provas, o percurso das pistas de esqui e fornece recomendações de hospedagem na cidade-sede, Müzzzuschlag.

7) *Kampf um die Erde: Weihepiel von Alfred Auerbach zur Internationalen Arbeiter-Olympiade* ou *Luta pela Terra: Peça Cerimonial de Alfred Auerbach para a Olimpíada Internacional dos Trabalhadores*, roteiro teatral de uma peça a ser encenada no estádio durante a abertura do evento em 1925. De autoria do dramaturgo Alfred Auerbach, a obra narra uma disputa entre os “Poderosos” e o “Povo” pelo controle da Terra.

8) *Olympiade-Festbuch* ou *Livro do festival olímpico* é a programação cultural e artística da primeira *Arbeiterolympiade* (1925). O documento descreve uma série de óperas, apresentações circenses, exposições sobre cultura corporal, exercícios em massa e outras atividades que ocorreriam dentro do contexto do evento.

Além das fontes listadas, há no acervo da *Friedrich Ebert Stiftung* um número significativo de outros documentos, incluindo programas, fotos e guias culturais produzidos pelas entidades organizadoras das *Arbeiterolympiade*. Os eventos em questão também foram objeto de publicações na imprensa, mas a análise será desenvolvida com foco nas fontes acima, pois elas parecem oferecer uma sistematização de como as Olimpíadas dos Trabalhadores foram concebidas do ponto de vista oficial, que será meu foco de estudo, embora o trabalho não se alinhe com a abordagem institucional.

As fontes antigas serão analisadas com vistas a tentar identificar os elementos mais característicos das competições atléticas e olímpicas na Grécia antiga. Nesse processo, também buscarei auxílio nos estudos recentes sobre essas manifestações no mundo antigo. Em seguida, a concepção do Barão de Coubertin sobre os Jogos Olímpicos modernos será examinada em sua relação com a antiguidade grega. A mesma análise será feita com os documentos relativos às Olimpíadas dos Trabalhadores. O intuito dessa investigação é identificar como as características e valores das Olimpíadas na Grécia antiga foram recepcionados pelos eventos olímpicos modernos. Feito isso, os resultados individuais serão comparados um com o outro, isto é, a análise Olimpíadas na Grécia x Jogos Olímpicos modernos será comparada com a análise Jogos Olímpicos na Grécia x Olimpíadas dos Trabalhadores, dado que pretendo mostrar como as diferentes apropriações da tradição olímpica na modernidade se relacionam com problemas culturais, sociais e políticos chaves da primeira metade do século XX.

Como princípios norteadores desse processo, serão utilizadas as abordagens dos estudos de recepção. Desde a institucionalização da profissão de historiador, no século XIX, uma das questões mais debatidas na área é: como é possível produzir um discurso

verdadeiro sobre o que foi subtraído pelo tempo à observação da humanidade? François Hartog & Jacques Revel (2001, p. 13) analisam as diversas contribuições para esse debate, mencionando que uma das primeiras estratégias para se tentar alcançar a objetividade na historiografia, proposta ainda no século XIX, foi afastar-se do objeto de estudo, isto é, evitar estudar e analisar períodos cronologicamente próximos ao historiador. Quanto mais afastado no tempo, melhor, já que questões coetâneas ao pesquisador poderiam despertar-lhe paixões políticas e sociais que perturbariam a almejada neutralidade científica.

Contudo, desde a primeira metade do século XX, a pretensão de julgar os eventos passados com um olhar frio foi reduzida. As disputas em torno das narrativas de origem de um povo e/ou nação e da defesa ou repúdio ao colonialismo europeu, por exemplo, tornaram evidente que todo discurso histórico é suscetível a usos políticos. Não obstante, pode-se acrescentar a isso as condições do debate contemporâneo, que se tornou público e hoje envolve diversos grupos de interesse fora do ambiente acadêmico, tornando o panorama para a pesquisa histórica ainda mais complexo (HARTOG & REVEL, 2001, p. 14-15). Dada tal complexidade, a ideia de recepção foi escolhida como suporte metodológico para analisar como a tradição olímpica antiga foi interpretada pelo Barão de Coubertin e pelo movimento esportivo proletário, cada qual com seus objetivos. Os motivos para tanto serão expostos a seguir.

Os estudos de recepção partem da ideia de que a antiguidade clássica não possui um caráter fixo, uma essência que pode ser compreendida “em si mesma” e da qual os elementos originais são facilmente discerníveis dos não originais (MARTINDALE, 2006, p. 4; ver também GREENWOOD, 2016). O termo “recepção” foi cunhado pelo filólogo e professor Hans Robert Jauss, que ministrou uma aula inaugural na Universidade de Constança - Alemanha em 1967 e nela abordou o estudo da história da literatura. Para Jauss, a historicidade de um texto deve ser reconhecida na análise textual, porém, a resposta que este mesmo texto desperta em seu leitor no presente – qualquer presente – também deve ser considerada. O professor alemão defendeu uma mudança de paradigma na interpretação literária, a qual ele chamou de *Rezeptionsästhetik*, termo que pode ser traduzido como “estética da recepção” (MARTINDALE, 2006, p. 2-3).

A ideia de recepção, assim, recusa significados definitivos, baseados numa decodificação supostamente precisa de uma fonte original. A abordagem ressalta ainda que as próprias disciplinas que se dedicam ao estudo dos clássicos são resultado de um percurso histórico com características e nuances específicas, não sendo elas, portanto, isentas de subjetividade. Essa crítica tem como base o fato de que não é possível

interpretar ou admirar “uma obra de arte antiga retirando de nossas percepções tudo aquilo que nos constitui, em uma prática de consumo e adoção passiva daquilo que nos é dado, pronto, de antemão” (SILVA *et al.*, 2020, p. 46).

Charles Martindale (2006, p. 4), ao pensar a ideia da recepção aplicada ao campo da história, parte do pressuposto de que o texto – entendido aqui de forma ampla, ou seja, incluindo pinturas, indivíduos e/ou eventos históricos – nunca é algo pronto, finalizado em si, de modo que não há uma interpretação final, correta dele. O autor lembra ainda que nós não somos herdeiros diretos da antiguidade, já que suas criações chegaram a nós moldadas e alteradas pela experiência de gerações passadas. Além disso, um recorte histórico específico não limita o significado de um poema ou outra obra, pois textos possuem interpretações diferentes em situações diferentes. Disso resulta que o antigo e o moderno e o passado e o presente estão inevitavelmente implicados um no outro, sendo necessário pensar no primeiro para compreender o segundo e vice-versa.

Esse processo é chamado de *allelopoiesis* por Hausteiner *et al.* (2010).¹² Com base nesse conceito, Fábio Faversani (2020) analisa a aproximação feita entre o imperador Nero e o ex-presidente Jair Bolsonaro em publicações da imprensa. O autor afirma que a relação estabelecida entre as duas figuras não é apenas uma descrição das semelhanças entre este e aquele, mas consiste na releitura e criação de características que não estavam presentes no governante romano, dando origem ao “BolsoNero”, representação original que reúne elementos tanto do presente quanto do passado (FAVERSANI, 2020, p. 391). Há assim, no personagem, uma síntese de diversas temporalidades que promove a

construção recíproca e simultânea do(s) passado(s) e do presente, gerando o processo que chamamos de *allelopoiesis*, produzindo Neros que não pertencem exclusivamente ao(s) passados ou ao presente, mas mesclam e confundem inextricavelmente essas temporalidades em diferentes sínteses que se comunicam através de uma tradição com a forma de repertório a ser reapropriado e modificado (FAVERSANI, 2020, p. 390-391).

No caso analisado por Faversani (2020), fica claro o objetivo da crítica política que associava o então presidente Jair Bolsonaro à tirania e à loucura. Pensando no tema do presente trabalho, pode-se questionar se os Jogos Olímpicos modernos não seriam

¹² O termo *allelopoiesis* deriva do grego *allelon* (“recíproco”) e *poiesis* (“fazer/criar”) e é proposto por Hausteiner *et al.* (2010) para caracterizar um tipo de vínculo entre a antiguidade e épocas posteriores. Segundo os autores, a relação entre a antiguidade e períodos que a sucedem não é unidirecional, no sentido de que somente a primeira exerce influência sobre os segundos. Em vez disso, entende-se que o ponto de referência (antiguidade) é ele próprio moldado pelo ato de referenciá-lo, engendrando assim uma relação bidirecional entre os antigos e a posterioridade (HAUSTEINER *et al.*, 2010, p. 14).

também fruto de *allelopoiesis*, isto é, uma criação que reúne elementos do passado e do presente, mesclados e inseridos nos antagonismos de classe europeus das primeiras décadas do século XX.

Os usos do passado são, para Silva *et al.* (2020, p. 45), um tipo de recepção que mobiliza ou reutiliza o passado de forma pragmática e instrumental, atuando para a “criação e consumo de uma narrativa que, produzida no presente, não deixa de estabelecer expectativas para o futuro”. Ao enfatizar a dimensão política desse processo, François Hartog & Jacques Revel (2001) defendem que, ao se pensar a escrita da história, é necessário considerar que a produção de conhecimento sobre o passado é inseparável das exigências e implicações políticas que o rodeiam e pesam sobre ele.

Uma outra forma de se trabalhar com recepção é analisar como a cultura de massa se relaciona com e se inspira na antiguidade clássica. Para Lowe & Shahabudin (2009), o mundo antigo é extremamente presente na cultura ocidental e os estudiosos da área de história vêm se interessando cada vez mais por aquilo que é produzido para o público leigo, isto é, para aqueles que consomem conteúdo não pertencente à chamada “alta cultura”. Essa abordagem se justifica na medida em que combate o elitismo tradicionalmente vinculado ao estudo dos clássicos e permite compreender o panorama cultural contemporâneo de forma mais ampla (LOWE & SHAHABUDIN, 2009). Como exemplo de estudo sobre esse tipo de recepção, pode-se citar o de autoria de Dustan Lowe (2009), que investiga os jogos de videogame inspirados na antiguidade e como estes herdam estereótipos oriundos de outros tipos de mídia, ao mesmo tempo que criam os seus.

Estudos de recepção também abrangem a questão da legitimação de regimes ou projetos políticos. Esses trabalhos se debruçam sobre um tipo de uso político do passado que, segundo Silva *et al.* (2020), objetiva conferir sentido a uma finalidade nacional. Um caso ilustrativo é o estudo de Glaydson José da Silva (2007) sobre a extrema-direita francesa do pós-Segunda Guerra Mundial. Uma parte dos movimentos desse espectro político defende a existência de uma origem linguística e étnica comum ao povo francês de hoje, postura que remete à ideia de língua, raça e pátria originais, elementos componentes de uma suposta superioridade racial em relação aos não franceses. Para tentar fundamentar tais alegações, há uma prática historiográfica ligada à extrema-direita que vincula a história antiga a um projeto de construção de identidade nacional calcado na história dos gauleses, em uma “França essência, pré-encarnada na Gália” que diferenciaria franceses “verdadeiros” dos demais (SILVA, 2007, p. 110). O paganismo,

vinculado aos gauleses, se oporia ao cristianismo totalizante e aculturante de Roma. Nesse sentido, movimentos de extrema-direita franceses receberam elementos da história antiga, especificamente da Gália e de Roma, para legitimar a ideia de uma França etnicamente “pura”, fundamentada em uma representação sobre os gauleses que os opõe ao Império Romano, entendido como multiétnico e vinculado aos indesejados imigrantes. Para esses grupos, a conquista romana da Gália seria então uma “lição” da história sobre os perigos da imigração. O trabalho de Silva (2007) demonstra, assim, como a história do povo gaulês foi recebida para legitimar um projeto de nacionalismo identitário fundado no racismo.

Emily Greenwood (2016) propõe ainda outro tipo de abordagem sobre recepção. A autora defende que os clássicos são compostos culturais que resultam de interpretações sucessivas feitas por públicos variados ao longo do tempo. Há, assim, uma característica de mobilidade nas obras da antiguidade, de modo que cada comunidade que tem contato com elas as significa à sua maneira. Greenwood adota o termo *omni-local* para descrever esse processo. Um texto grego ou romano antigo é *omni-local* porque, ao circular imprevisivelmente entre as sociedades, é recebido de forma única por cada uma delas, de maneira que cada recepção específica é “local” em relação a todas as outras recepções. Já o conjunto delas forma um todo maior, conectado entre si através de sua ligação com a obra ou ideia original recebida (GREENWOOD, 2013, p. 359). As recepções podem ser diferentes até mesmo dentro de uma mesma sociedade, expressando uma disputa pela obtenção da hegemonia. Um dos casos que a autora analisa em um artigo de 2016 intitulado “Reception studies: The cultural mobility of classics” é o da peça *Antígona* de Sófocles, interpretada pelo escritor Jack Mapanje, professor universitário e preso político em seu próprio país, como instrumento de crítica ao regime do ditador Ngwazi Banda (1898-1997) do Malawi, que implantara o latim e o grego antigos no currículo de uma escola local porque só assim, segundo ele, a população malawiana se tornaria “civilizada” (GREENWOOD, 2016, p. 45). A antiguidade, através da obra *Antígona*, é então recebida de modo subversivo por Mapanje, servindo de inspiração para o protesto político contra um governo que, ao seu modo, também ressignificou os clássicos.

No estudo em questão, Greenwood (2016) inicialmente faz um relato biográfico sucinto do professor Jack Mapanje, mencionando sua prisão arbitrária em 1987. Em seguida, descreve o contexto político de repressão malawiano que levou Mapanje a escrever o poema *No, Creon, There's No Virtue in Howling*. O poema traça um paralelo

entre o tratamento cruel do personagem Creonte a Hêmon, seu próprio filho, na tragédia *Antígona* de Sófocles e o assassinato do opositor Aaron Gadama, acobertado pelos agentes do governo malawiano em 1983. Considerando que Gadama era primo do ditador Ngwazi Banda, a obra evidencia a hipocrisia deste que, assim como Creonte, lamenta a morte de um parente que ele mesmo provocou. Greenwood cita e compara versos do poema com passagens da tragédia grega para interpretar como o contexto político do Malawi influenciou a releitura de *Antígona*, levando Mapanje a compor uma obra para criticar a violenta ditadura de seu país. Depois, examina *The Island*, uma peça de teatro sul-africana criada em 1973 por dois prisioneiros na prisão de Robben Island, também baseada na tragédia de Sófocles. Em *The Island*, os protagonistas John e Winston utilizam o aprisionamento brutal de Antígona por Creonte para protestar contra sua própria prisão, perpetrada pelo governo nacionalista africâner. No ato final da peça, há uma comparação entre o contexto sul-africano e a Grécia antiga quando Antígona é sentenciada à prisão em Robben Island por Creonte. Analisando os dois casos, Greenwood (2016) conclui que a tragédia de Sófocles é um texto *omni-local* porque cada comunidade que o recebe molda seu significado à sua maneira. Mapanje usou-o para protestar contra a tirania do governo malawiano. Já *The Island* é uma crítica anticolonial ao regime africâner.

Dentro desse leque de possibilidades, adotarei o conceito de recepção enquanto processo *omni-local*, tal como proposto por Emily Greenwood (2013, 2016), e empregarei especialmente como modelo de análise a ideia de recepção subversiva de Mapanje sugerida pela autora. Assim, tomando como base essa proposta interpretativa, a hipótese do presente trabalho é a de que as Olimpíadas dos Trabalhadores fazem uma apropriação da tradição grega que subverte a visão predominante sobre os Jogos Olímpicos, idealizados pelo Barão de Coubertin, na primeira metade do século XX. Para tanto, apresento um capítulo sobre esporte e Olimpíadas na Grécia antiga que servirá de referência para comparações com a Grécia antiga, tal qual a tragédia *Antígona* no estudo de Greenwood. Isso estabelecido, os capítulos sobre as Olimpíadas modernas e as Olimpíadas dos Trabalhadores serão contextualizados do ponto de vista político e social para serem na sequência cotejados com as evidências apresentadas no primeiro capítulo a fim de demonstrar, concretamente, como as Olimpíadas da antiga Grécia são um composto cultural, recepcionado por cada sociedade à sua maneira e com seus objetivos. No caso de Pierre de Coubertin, seu projeto político levou-o a interpretar o festival em Olímpia como a expressão máxima do nacionalismo grego e da veneração religiosa pelo esporte, o que visava a legitimar o *status quo* das elites de sua época. Note-se aqui um

certo paralelo com a implantação do grego e latim por Ngwazi Banda (1898-1997) nas escolas do Malawi para que a população local se tornasse “civilizada”. A SASI, no sentido contrário, instrumentalizou a antiguidade olímpica para legitimar o internacionalismo proletário, se rebelando contra um sistema tido como injusto e opressor tal qual Manpaje em seu poema de protesto. Cada uma dessas recepções é entendida como *omni-local*, sendo específica de cada grupo social ao mesmo tempo que integra o conjunto de interpretações do texto-fonte, conforme propõe Greenwood (2013, 2016).

O trabalho também faz uso do conceito de *allelipoiesis*, tal como adotado por Favarsani (2020). O conceito em si foi criado por Eva Hausteiner, Sebastian Huhnholz e Marco Walter em 2010 e adotado por Favarsani em uma discussão sobre a intertemporalidade de “BolsoNero”, uma figura que resulta da associação entre o imperador romano Nero e o ex-presidente Jair Bolsonaro. O autor defende que as obras antigas frequentemente servem como modelos a serem copiados (ou evitados) nas sociedades em que circulam, sendo que cada sociedade as recebe já influenciada pelo arcabouço cumulativo de interpretações anteriores. Nos eventos olímpicos modernos que analiso, o passado grego é interpretado em parte de acordo com a tradição já construída sobre ele e em parte através de elementos específicos do período entreguerras europeu. Esse passado retomado é assim selecionado e delimitado por cada grupo social que o reinterpreta, de modo que cada releitura é única. Assim, no processo de *allelipoiesis*, alguns traços fundamentais daquilo que é recriado são novos, isto é, não fazem parte da obra original, pois cada releitura é parte de sua própria temporalidade. Proponho, assim, que as Olimpíadas modernas, idealizadas por Pierre de Coubertin, fazem uma apropriação do antigo festival em Olímpia mesclando características deste, como os rituais e a religião, com elementos criados na modernidade, como o amadorismo e o nacionalismo, que não existiam entre os antigos gregos, mas inseriam-se em disputas políticas e sociais da Europa do período entreguerras. O mesmo pode ser dito das *Arbeiterolympiade*, que reinterpretam a tradição olímpica sob a forma de um internacionalismo proletário inserido na crítica ao sistema capitalista. Os dois eventos também se ligam a uma série de recepções do atletismo grego antigo que vinham desde a Idade Média, como os jogos de Much Wenlock, os quais influenciaram fortemente o Barão em seu projeto e serão analisados no segundo capítulo.

Nesse sentido, as diferentes apropriações da tradição olímpica na modernidade podem ser entendidas como um campo de disputa hegemônica entre o movimento operário europeu e os membros das classes proprietárias que dominavam o COI e as

federações esportivas. Tanto uns quanto outros utilizaram o esporte como instrumento para obtenção da hegemonia, especialmente no período entreguerras.

No primeiro capítulo, debatarei o conceito de “esporte” e verificarei se ele se aplica às atividades corporais praticadas pelos antigos gregos, refletindo até que ponto faz sentido afirmar que os helenos praticavam esporte. Essa reflexão inicial auxiliará no objetivo principal do trabalho, considerando que o esporte é o conteúdo principal dos eventos olímpicos modernos. Em seguida, serão descritas a origem e as principais características das competições atléticas na Grécia antiga. Por fim, investigarei os aspectos fundamentais das Olimpíadas da antiguidade e sua função na sociedade grega da época, dando ênfase às suas repercussões sociais e políticas. Essa ênfase é importante porque os eventos olímpicos modernos, que são o foco do meu estudo, possuem projetos políticos a eles vinculados, cada um instrumentalizando o esporte a seu modo. Assim, ao verificar as consequências político-sociais do festival em Olímpia será possível compreender como esse aspecto dos jogos antigos foi recepcionado na modernidade.

No segundo capítulo, analisarei o contexto histórico de invenção do esporte moderno e sua conexão com os ideais da burguesia. Também será examinada a trajetória do Barão de Coubertin e a criação dos Jogos Olímpicos modernos. Na sequência, identificarei quais elementos da tradição olímpica antiga foram recepcionados pelo Barão de Coubertin e seus colegas do COI no estabelecimento dos Jogos Olímpicos no fim do século XIX. O propósito desse capítulo é investigar como o projeto olímpico coubertiano, que buscava formar uma elite de atletas aptos a promover a coesão social e política em cada nação através do olimpismo, recepcionou a antiguidade grega de modo a legitimar seu empreendimento. As conclusões dessa investigação servirão como base para a comparação que será feita posteriormente entre os objetivos políticos e sociais dos dois eventos olímpicos modernos aqui analisados.

O terceiro capítulo se iniciará com um olhar sobre o crescimento do movimento operário europeu e as tensões sociais que ele gerou, especialmente no período entreguerras. As Olimpíadas dos Trabalhadores serão então caracterizadas, especialmente no que concerne aos objetivos de classe que fundamentaram sua criação. Depois, analisarei quais aspectos das Olimpíadas da Grécia antiga foram recepcionados pelo movimento esportivo proletário e como eles foram subvertidos em função dos jogos idealizados pelo Barão de Coubertin. Na parte final deste capítulo, eu ainda compararei as apropriações da antiguidade clássica feitas tanto pelos Jogos Olímpicos modernos quanto pelas *Arbeiterolympiade* e discutirei, usando os estudos de recepção de

Greenwood (2013, 2016) como modelo, em que sentido essas apropriações se inserem nas disputas políticas europeias que tiveram como palco o esporte organizado.

A dissertação termina com as considerações finais, onde faço uma recapitulação dos principais argumentos do trabalho ressaltando minhas conclusões.

CAPÍTULO 1

Competições atléticas na Grécia antiga

O objetivo do presente capítulo é discutir os elementos mais característicos das competições atléticas e das Olimpíadas na Grécia antiga, além de analisar algumas implicações político-sociais destes. Para tanto, utilizo obras historiográficas sobre esses temas produzidas nos séculos XX e XXI, de modo a qualificar minha análise das fontes antigas. Como fontes, analiso a poesia de Homero, isto é, a *Iliada* (tradução de Frederico Lourenço, 2019) e a *Odisseia* (tradução de Frederico Lourenço, 2018), as *Odes Olímpicas* de Píndaro (tradução de Robert de Brose, 2023), o discurso *Sobre a biga de cavalos* do ateniense Isócrates (tradução para o inglês de LaRue van Hook, 1945) e a *Descrição da Grécia* de Pausânias (tradução de Maria de Fátima Sousa e Silva, 2022).

A poesia homérica foi escolhida enquanto fonte por uma série de motivos. O primeiro é que a *Iliada* e a *Odisseia* estão entre os textos mais antigos da cultura grega, atributo que permite examinar a origem *escrita* de certas práticas entre os helenos. O segundo é que ambas as obras possuem narrativas extensas sobre disputas atléticas, foco do presente capítulo. O Canto XXIII da *Iliada* é especialmente interessante, pois relata os jogos fúnebres em homenagem a Pátroclo, promovidos pelo herói Aquiles para honrar o falecido amigo. Igualmente importante é o Canto VIII da *Odisseia*, que versa sobre os jogos promovidos pelos feácios para recepcionar Odisseu. Ao analisar tais narrativas, é possível compreender em que contexto se realizavam as competições, quais modalidades eram praticadas e de que modo, além de seu significado para os gregos antigos. Cabe ressaltar, contudo, que esses textos não são interpretados como relatos históricos factuais, mas sim como veiculadores de valores caros aos gregos não só no período arcaico, mas também além dele.

As quatorze *Odes Olímpicas*, por sua vez, foram escritas entre 488 e 476 a.C. por Píndaro, poeta da região da Beócia que era contratado por vencedores olímpicos para elaborar epicínios, isto é, canções que deveriam ser executadas “na ocasião (*epí*-, “sobre”, “no momento de”) de uma vitória (*nikê*) atlética ou, alternativamente, na sua festa de celebração” (BROSE, 2023, p. 28). Selecionei as odes pindáricas porque nelas são narrados diversos aspectos relevantes das Olimpíadas da antiguidade, como os mitos de criação dos jogos, a importância do festival olímpico para o povo grego e o significado da vitória e da derrota nas competições. Embora também sejam textos de caráter literário,

as *Odes Olímpicas* foram selecionadas porque remetem a eventos reais, isto é, vitórias em Olímpia, o que possibilita interpretar como os atletas exitosos (e os derrotados) eram representados socialmente à época, já que as odes eram compostas para exibição pública.

O discurso *Sobre a biga de cavalos* do orador grego Isócrates, escrito no século IV a.C., é examinado aqui em relação a um único aspecto: as divisões sociais expressas nos Jogos Olímpicos gregos, característica fundamental para se compreender a cultura corporal daquela civilização. No caso, Isócrates foi contratado para elaborar um discurso de defesa para o político Alcibiades, que fora acusado de roubar quatro cavalos de corrida e inscrevê-los nas Olimpíadas de 416 a.C. (VAN HOOK, 1945). O discurso, lido no tribunal pelo filho homônimo de Alcibiades, revela como os grupos dominantes de então compreendiam as Olimpíadas, questão fundamental para desenvolver as questões aqui propostas.

Por fim, a *Descrição da Grécia* é um relato extenso das observações feitas por Pausânias, um viajante e geógrafo que percorreu a Grécia no século II d.C. (CHRISTESEN & STOCKING, 2021). A obra, composta por dez livros, reserva dois deles (o V e o VI) para a região de Élis, descrevendo detalhadamente o santuário de Olímpia, que é onde ocorriam os Jogos Olímpicos da antiguidade. Foco minha análise nesses dois livros porque neles Pausânias expõe minuciosamente a dinâmica das provas olímpicas, suas regras e a estrutura física e administrativa do santuário. No texto há também dezenas de histórias de atletas famosos e alguns mitos de criação dos jogos. Outro motivo que justifica a escolha da obra em questão é o fato de que praticamente toda a historiografia consultada sobre o tema recorre ao relato de Pausânias para fundamentar sua narrativa, seja em maior ou menor grau.

As fontes selecionadas no presente estudo, portanto, têm a qualidade de abordar com riqueza de detalhes as competições atléticas na Grécia antiga. Além disso, Píndaro e Pausânias, cada um à sua época, foram testemunhas oculares dos eventos em Olímpia, o que permite inferir permanências e rupturas nos Jogos Olímpicos ao longo do tempo, visto que há uma diferença de vários séculos entre as obras dos dois autores.

É importante ressaltar, contudo, que há outras fontes sobre Olimpíadas na Grécia antiga. As de natureza arqueológica são muitas: o santuário de Olímpia está preservado e hoje está sob responsabilidade do Museu Arqueológico de Olímpia. Há também uma vasta quantidade de cerâmica que retrata diversas dimensões da cultura corporal grega. O *Classical Art Research Centre*, vinculado à Universidade de Oxford, por exemplo, possui um acervo *on-line* com imagens de mais de 100.000 vasos gregos antigos,

disponível no endereço eletrônico <https://www.carc.ox.ac.uk/carc/Home>. Com relação às fontes escritas, destacam-se as listas de vencedores olímpicos, as *Olympionikai*, das quais a mais antiga foi elaborada por Hípias de Élis por volta de 400 a.C. A maior parte delas, contudo, existe em formato fragmentário e possui um caráter de registro cronológico, se limitando a enumerar os vencedores em cada modalidade olímpica ao longo dos anos (CHRISTESEN, 2007). Dadas as limitações da proposta deste trabalho, optei por não incorporá-las ao meu *corpus* documental, pois não teria tempo de atentar com o devido cuidado às suas especificidades.

A exposição a seguir está dividida em três partes. Na parte inicial, debato o significado do termo “esporte”, procurando demonstrar se esse conceito pode ser aplicado à antiguidade ou se é uma criação da modernidade que não possui equivalente anterior. A segunda parte se debruça sobre a origem das competições atléticas entre os helenos e sua função política e social. A terceira parte, por fim, é uma descrição das principais características dos Jogos Olímpicos da antiguidade de acordo com as fontes e historiografia consultadas. Nas conclusões preliminares, reflito sobre as disputas políticas que envolviam o festival em Olímpia. Nos próximos capítulos, a análise se desenvolverá no sentido de interpretar quais elementos antigos foram recepcionados (e subvertidos) pelos eventos olímpicos modernos e por qual motivo.

1.1 O que é esporte, afinal?

Primeiramente, faz-se necessário definir o que entendemos por esporte, já que essa atividade é o conteúdo principal das Olimpíadas modernas. Quando alguém se refere a uma modalidade esportiva ou ao conjunto delas em geral, sobre o que se está falando? Será que uma simples caminhada no parque local se enquadra na ação de “praticar esporte” ou algo mais é necessário? É preciso que exista competição, isto é, vencedores e perdedores para que uma atividade seja considerada esportiva?

As representações sobre o mundo, seus eventos e as relações sociais nele contidas são exteriorizadas pelo ser humano através de sua expressão corporal. Dentre as formas de representação simbólica historicamente criadas, há os jogos, as danças, as lutas, a ginástica e o esporte. O conjunto destas é chamado de cultura corporal, compreendido como o “amplo e riquíssimo campo da cultura que abrange a produção de práticas expressivo-comunicativas, essencialmente subjetivas que, como tal, externalizam-se pela expressão corporal” (ESCOBAR, 1995, p. 94).

O esporte, elemento extremamente popular da cultura corporal, possui características e objetivos que o diferem de outras formas de expressão. Mas o que é “esporte”, então? Do ponto de vista conceitual, Allen Guttmann (1979, p. 7), que compreende os esportes como competições físicas “lúdicas”, isto é, competições não utilitárias que combinam habilidades físicas e intelectuais, descreve sete características fundamentais dos esportes modernos, as quais são encontradas de forma geral nas suas diferentes modalidades. São elas:

- Secularização: o aspecto religioso, místico e/ou ritualístico deixa de ser a motivação principal para a realização de jogos e disputas.
- Igualdade: todos os participantes competem sob as mesmas condições. Ninguém é declarado vencedor *a priori*, em função de alguma hierarquia social, religiosa etc.
- Especialização: a multiplicação dos diferentes esportes atrai adeptos que desenvolvem habilidades voltadas para cada um deles, de forma a otimizar o desempenho.
- Racionalização: existência de regras e regulamentos disciplinando as ações, incluindo a padronização de movimentos e pesquisas científicas sobre o desempenho.
- Burocratização: presença de uma estrutura formada por federações, organizações, gestores, técnicos e treinadores, entre outros.
- Quantificação: a aferição de resultados (dentro do binarismo vencedor/perdedor), dados e estatísticas.
- Recordes: a busca incessante pela superação dos resultados obtidos.

Norbert Elias ([1985]1992, p. 232), por sua vez, define o esporte no sentido moderno como uma “atividade organizada, centrada num confronto entre, pelo menos, duas partes” que demanda “esforços físicos de certo tipo e é disputado de acordo com regras conhecidas” que limitam o uso da violência física. Já para Valter Bracht (2005, p. 13), o esporte é “uma atividade corporal de movimento com caráter competitivo surgida no âmbito da cultura europeia por volta do século XVIII, e que com esta, expandiu-se para o resto do mundo”.

Do ponto de vista histórico, o esporte se originou através da modificação de diversos elementos da cultura corporal inglesa, incluindo aí jogos com bola praticados pelas classes populares e atividades tradicionais entre a nobreza, como a caça à raposa, a

guerra e as corridas a cavalo (BRACHT, 2005; COLLINS, 2013). O termo *sport*,¹³ inclusive, designa originalmente essas atividades, vindo a ser utilizado depois para nomear as modalidades esportivas que se multiplicaram a partir do fim do século XIX.

Pode-se questionar, entretanto, se em outras épocas e/ou lugares a humanidade não praticava a corrida, os jogos com bola e outros semelhantes, isto é, se não havia “prática esportiva” na antiguidade ou na América pré-colombiana, por exemplo. Para Elias ([1985]1992, p. 195), os concursos de jogos disputados pelos antigos gregos e romanos possuíam características diferentes das do esporte moderno e colocar este e aqueles sob a mesma classificação é “criar um quadro distorcido de nós próprios, bem como da sociedade grega”. Para o sociólogo alemão, as diferenças fundamentais são: o grau de violência permitido, as regras dos jogos e o *ethos* dos competidores. Sobre a expressiva violência nos jogos da antiguidade, ele argumenta que o monopólio impessoal e estável da coerção física, característica dos estados-nação contemporâneos, era rudimentar nas cidades-estado gregas. Daí que os limites sociais sobre a violência eram bem mais elásticos: era comum a morte de lutadores nos jogos da Grécia antiga e o vencedor não era moralmente reprovado nem juridicamente culpado. A morte, portanto, fazia parte do evento. As regras também diferem no sentido de que as do esporte moderno não são baseadas no costume, mas sim escritas, públicas e detalhadas. O *ethos* dos antigos helenos, por sua vez, era ligado, segundo Elias ([1985]1992, p. 204), “às virtudes guerreiras que atribuíam o mais elevado louvor e honra a um homem, no interior do seu próprio grupo e para o seu grupo”, não sendo vergonhosa a derrota. Esta, assim como a vitória, estava nas mãos dos deuses, sendo esperado dos concorrentes que lutassem até onde pudessem com a maior bravura possível. Já o *ethos* esportivo inglês tinha em sua base uma preocupação com a “justiça” derivada não do militarismo, mas sim de um prazer proporcionado pela tensão-excitação relacionada à disputa do jogo em si, intensificada pelo costume, comum à época, de se apostar no resultado, o que evidentemente requeria que as chances de vitória estivessem (ao menos em teoria) igualmente divididas entre os oponentes (ELIAS, [1985]1992). Fica claro, então, que aquilo que surgiu na Inglaterra por volta do século XVIII foi um fenômeno novo, erigido dentro de um contexto essencialmente diferente do da Grécia antiga.

¹³ Segundo Violaine Vanoye (2004, p. 8), apesar da palavra inglesa *sport* ter sido (re)introduzida na França no século XIX, sua origem é francesa, procedendo do termo *desport*, que designa uma forma agradável de distração, incluindo aí o ato de jogar ou conversar.

Nesse sentido, Vanoyeke (2004, p. 11) aponta ser evidente que as práticas corporais, sejam elas competitivas, lúdicas ou militares, devem ser diferenciadas no tempo e/ou espaço. A esgrima atual, por exemplo, tem pouquíssima semelhança com a da antiguidade, assim como o hipismo ou a natação, tanto em termos de espírito quanto de prática, pois a cultura corporal, seu conteúdo e suas características se modificam ao longo da história. Desse modo, é inapropriado classificar a atividade física na antiguidade dentro do mesmo rol dos esportes modernos, embora ela se pareça, em alguns aspectos, às modalidades esportivas de hoje. Na mesma linha, Fábio de Souza Lessa (2017, p. 12-13) defende que o esporte “não pode ser estudado isoladamente de seu contexto social, histórico e cultural”.

Em grego antigo, a palavra mais comum para denominar uma competição por um prêmio era *athlos*, que era ligada a uma noção de “esforço” ou “sofrimento” por parte do atleta que competia. Já o termo *agon* inicialmente fazia referência a uma “aglomeração de espectadores e de competidores nos festivais atléticos”, passando depois a indicar as próprias competições e a dificuldade e o cansaço a elas ligados. O substantivo *agonia*, formado a partir de sua derivação, assinala tanto o sofrimento físico decorrente da disputa quanto a ansiedade que antecede uma prova (BROSE, 2023, p. 50-51).

Tendo em vista esse universo semântico, que demonstra que os gregos antigos desconheciam o termo “esporte”, Lessa (2017, p. 15) opta por utilizar “práticas esportivas” quando se refere às competições dos helenos. Dado o perigo do anacronismo e o fato de que havia atributos singulares nas práticas corporais gregas, adoto, na discussão que se segue, os termos gregos *agon* e *athlos*¹⁴ para designar as práticas corporais competitivas dos antigos helenos, como o pentatlo, a luta e as corridas de carros puxados por cavalos. A escolha dos termos se justifica porque entendo que o esporte é uma invenção da modernidade que possui características e propósitos próprios.

1.2 Origem, desenvolvimento e características dos agones na Grécia antiga

A poesia homérica, uma das mais antigas da cultura grega, já dá nítida importância para a atividade física na vida dos helenos. Na *Odisseia* (Hom. *Od.* 8.100-

¹⁴ De acordo com Malhadas *et al.* (2006, p. 10), *agon* pode ser traduzido por “assembleia, reunião, conselho” ou “jogo, competição, concurso”. Já *athlos* significa “competir (em jogos)” ou “lutar” (MALHADAS *et al.* 2006, p. 17). Assim, os *athletai* e os *agonistai* seriam, respectivamente, os que exerciam alguma prática esportiva e os que participavam de competições físicas (LESSA, 2017, p. 13). Para uma discussão mais aprofundada sobre as características do esporte moderno, ver Guttmann (1979).

249), conta-se que o povo feácio, ao acudir o viajante Odisseu, promove competições atléticas, ou seja, corrida, pugilato, saltos e lançamento de disco como forma de impressioná-lo. Após as disputas, Odisseu é desafiado por Laodamante, filho do rei dos féacios, a mostrar suas habilidades físicas, já que, para o último, “não há maior glória do homem enquanto for vivo do que os feitos alcançados pelos pés e pelos seus braços” (Hom. *Od.* 8.147-148). À princípio relutante, Odisseu aceita o desafio, apanha um disco e lança-o a uma distância muito maior que qualquer outro competidor. Em vista da assombrosa demonstração, Alcínoo, rei dos féacios e pai do desafiante, reconhece a excelência de Odisseu e lhe pede que, quando regressar à sua terra, relate a outros as façanhas de seu povo, já que estes, segundo o monarca, corriam com rapidez e eram “exímios marinheiros” (Hom. *Od.* 8.247). Nesse trecho, percebe-se que a preocupação principal dos personagens não é a de ser apenas excelente em algum *agon*, mas sim a de ser reconhecido por isso. Essa postura ilustra o valor da perfeição física (*to kalon*) para a sociedade grega, expresso através da exibição da força e da habilidade, que aproxima o homem da divindade através da excelência (*arete*), conforme aponta Manolis Andronicos (2004, p. 2).

Comumente associada ao treinamento para a guerra e a caça, o desenvolvimento da aptidão física era parte da formação dos jovens gregos. Estes se submetiam a combates individuais, lutas contra animais, travessias a nado de rios e lagos, mergulhos no mar, condução de carruagens e uso de arco e flecha (VANOYEKE, 2004, p. 14-15). Segundo Yannis Sakellarakis (2004), em Creta são encontradas as primeiras evidências de manifestações atléticas entre as civilizações indo-europeias antigas, sendo o salto acrobático, o salto sobre o touro, o pugilismo e a luta seus principais jogos. O salto sobre o touro, por exemplo, era uma prática bastante popular na civilização minoica, que atingiu seu estágio mais avançado na primeira metade do segundo milênio a.C., como pode-se inferir pelos diversos objetos arqueológicos encontrados que o representam, entre eles anéis e afrescos (SAKELLARAKIS, 2004, p. 7).¹⁵ No período micênico, estabeleceu-se o atletismo, especialmente as corridas a pé e em carros, embora as evidências sobre esse período sejam mais escassas. Não obstante, vasos e estelas funerárias dos séculos XIV e XIII a.C., que retratam especialmente lutas e corridas de carros, permitem supor que tais práticas ocorriam em um contexto de rituais funerários (SAKELLARAKIS, 2004, p. 16).

¹⁵ Ver Sakellarakis (2004, p. 11-15) para alguns exemplos de obras cretenses.

Com a colonização da costa do mediterrâneo por povos gregos no século VIII a.C., começaram a surgir as bases da vida política e cultural daquilo que se conhece como Grécia antiga propriamente. O alfabeto grego também foi criado nessa época, ensejando o reaparecimento da escrita, e o ferro foi substituindo o bronze como material para fabricação de instrumentos e armas (GARCÍA ROMERO, 1992). Foi a primeira dessas invenções (a escrita) que proporcionou, segundo vários autores (GARCÍA ROMERO, 1992; SAKELLARAKIS, 2004; VANOYEKE, 2004; KYLE, 2014; LESSA, 2017; CHRISTESEN & STOCKING, 2021), a principal fonte para estudo dos *agones* da época: os poemas homéricos, *Ilíada* e *Odisseia*.

É claro que, em se tratando de textos épicos, não cabe interpretá-los como uma descrição puramente factual da realidade, mas sim como um “reflexo do enorme interesse que desde muito cedo os gregos sentiram pelo esporte e pelas competições esportivas” (GARCÍA ROMERO, 1992, p. 22). Esse interesse perpassava um elemento fundamental da cultura helênica, qual seja, o espírito competitivo, expresso em Homero, por exemplo, através do personagem Peleu quando este se dirige a seu filho Aquiles, aconselhando-o que “primasse pela valentia e fosse superior aos outros todos” (Hom. *Il.* 11.784). Outra ocasião ilustrativa dessa competitividade é a vitória do cavaleiro Tideu sobre os cádmios. Tideu, em viagem para Tebas, apesar de estar sozinho “no meio de tantos filhos de Cadmo, desafiou-os para as contendias atléticas, e tudo ele ganhou facilmente” (Hom. *Il.* 4.388-390). Diante do revés, os cádmios ficaram tão irados que armaram uma emboscada para matar Tideu. Esse ato demonstra como o fracasso era motivo de revolta para os antigos gregos. Na *Odisseia* há outros exemplos. Odisseu, disfarçado de mendigo na soleira de seu próprio palácio, é desafiado por um mendigo de fato, chamado Iro, a uma luta com os punhos. Os pretendes à mão de Penélope, que ocupam o palácio, estabelecem que o vencedor do combate teria direito a jantar sempre com eles, enquanto o perdedor seria expulso e enviado ao continente. Odisseu vence o combate com apenas um golpe e é exaltado pelos presentes (Hom. *Od.* 18.46-18.116). O ímpeto competidor se replica até na dança, quando o rei Alcínoo pede a Odisseu que relate aos amigos o quanto os feácios são “superiores aos outros na navegação, na corrida, na dança e no canto” (Hom. *Od.* 8.251-253).

A busca pela excelência (*arete*), pela glória da vitória, não apenas nos *agones*, mas também na arte e na sabedoria, era assim parte integrante da identidade grega, servindo como um dos fundamentos de sua cidadania (LESSA, 2017, p. 25). Conforme aponta Andronicos (2004), até a escolha dos artistas que criariam importantes obras de

arte era feita através de uma disputa, da qual participavam artífices de todos os cantos do mundo helênico. O espírito competitivo, portanto, constituía a base para manifestações e criações das mais variadas na Grécia antiga. Dito isso, é possível identificar quatro características principais dos *athloi*: a militar, a mítico-sagrada, a marcadora social e a cívica.

A primeira característica é a militar. Como bem aponta Montero (2020), no mundo helênico, assim como entre outros povos antigos, a semente da preparação física é o campo militar. Pode-se pensar assim em uma inter-relação de treinamento, de modo que o treinamento do guerreiro prepara para competições atléticas e vice-versa. Os espartanos, por exemplo, preparados desde o nascimento para a guerra, foram grandes vencedores nos Jogos Olímpicos. Seu treinamento tornava-os atletas formidáveis, que alcançavam frequentemente o triunfo nos *agones*. De 720 a 576 a.C., dentre os 81 vencedores olímpicos de que Andronicos (2004, p. 48) tem conhecimento, 46 eram de Esparta. Na poesia homérica, são também traçados paralelos entre habilidade atlética e competência na guerra. Nos jogos fúnebres em homenagem a Pátroclo (Hom. *Il.* 23.259-897), os líderes do exército aqueu participam das provas, sagrando-se vencedores na quadriga (Diomedes), na corrida a pé (Odiseu) e no arremesso de disco (Polipete), enquanto Agamemnon é eleito vencedor, por aclamação, no arremesso de dardo (Hom. *Il.* 23.255-894). Todos eles também são guerreiros proeminentes, capazes de derrotar grandes inimigos mesmo em desvantagem. Diomedes, por exemplo, na Guerra de Troia derrota a pé o troiano Fegeu, que combatia de cima de um carro (Hom. *Il.* 5.12-19). Homero, assim, associa a excelência atlética à excelência militar. Por fim, algumas modalidades praticadas na Grécia antiga, como o lançamento de dardo, o tiro com arco e a corrida de hoplitas, que consiste em uma disputa na qual os *athletai* carregam escudo e capacete (BROSE, 2023), possuem clara relação com atividades de guerra.

A segunda característica é a mítico-sagrada. Para Sofie Remijsen (2021, p. 50), competições físicas na antiguidade não eram eventos independentes. Eram parte de rituais.¹⁶ Especificamente na sociedade grega antiga, a tradição que coloca contendidas atléticas como etapas de ritos funerários pode ser traçada já a partir dos jogos disputados em homenagem a Pátroclo, que ocupam quase todo o Canto XXIII da *Iliada* (GARCÍA ROMERO, 1992; ANDRONICOS, 2004; LESSA, 2017; BROSE, 2023). Fontes

¹⁶ Entendo “ritos” com base em Émile Durkheim ([1912] 2018, p. 67-68), isto é, como “modos de ação determinados” que concernem a objetos sagrados para determinada sociedade. Esses ritos fazem parte, ainda, de um sistema religioso, ao lado das crenças.

materiais também atestam essa relação. Em monumentos do período micênico, foram encontrados diversos vasos depositados em túmulos de falecidos que retratam corridas de quadrigas, pugilato e corridas a pé (SAKELLARAKIS, 2004). Além do aspecto funerário, o culto aos deuses era elemento essencial do *athlon* na antiga Grécia. Os próprios Jogos Olímpicos da antiguidade, disputados em Olímpia, local de culto a Zeus Olímpio, possuíam uma estrutura ritualizada, envolvendo juramentos, sacrifícios e agradecimentos aos deuses (VANOYEKE, 2004). Não apenas as competições formais eram parte do culto ao divino, mas os próprios locais de treinamento, isto é, os ginásios,¹⁷ frequentemente tinham altares para Heracles e outras divindades (MANN, 2021).

A terceira característica dos *agones* entre os antigos gregos é que eles eram socialmente estratificados. As modalidades hípicas, por exemplo, embora não possuíssem nenhuma interdição formal, na prática eram restritas às camadas sociais abastadas (GARCÍA ROMERO, 1992; GOLDEN, 1997; LESSA, 2017; CHRISTESEN & STOCKING, 2021). Tal elitização ocorria porque o custo para treinamento e manutenção dos cavalos e equipamentos era altíssimo, restringindo a prática a poucos. Outro aspecto importante é que, nessas modalidades, era considerado vencedor o proprietário do cavalo ou carro que chegasse em primeiro lugar e não quem os conduziu. Também não havia restrição ao número de vagas que cada proprietário podia ocupar na mesma prova, fato que favorecia os mais ricos, já que estes poderiam inscrever simultaneamente múltiplos cavalos e/ou carros. O político ateniense Alcibíades, por exemplo, nas Olimpíadas de 416 a.C., participou da corrida de quadrigas com nada menos que sete carros, obtendo o primeiro, segundo e quarto lugares na mesma competição (GOLDEN, 1997; GARCIA ROMERO, 2004; PALEOLOGOS, 2004, p. 259).¹⁸ Entre os espectadores, as modalidades hípicas despertavam sentimentos ambíguos, especialmente a partir do período clássico, caracterizado pela popularização dos *agones*. Para Golden (1997) e Papakonstantinou (2021a), vitórias nas provas equestres, embora reverenciadas tanto

¹⁷ De acordo com Christian Mann (2021, p. 71), ginásios (do grego antigo *gymnos*, que significa “nu”) eram locais que serviam para treinamento físico dos jovens, interligando frouxamente pistas de corrida, espaços com o piso de areia para a prática de lutas e outros equipamentos afins. Os ginásios floresceram no século VI a.C., diversificando sua arquitetura e funções a partir do século IV a.C., quando passaram a ser o principal centro educacional da Grécia, oferecendo ensino de música, retórica e filosofia, além dos já existentes *agones*.

¹⁸ A possibilidade de um único indivíduo ter múltiplas chances de vencer uma corrida de carros, justamente porque é proprietário de vários dos conjuntos que competem entre si, evidencia uma das diferenças entre os *agones* e o esporte moderno. Ora, um dos princípios deste é a igualdade, que nesse contexto significa que “as condições de competição devem ser as mesmas para todos os concorrentes” (GUTTMANN, 1979, p. 26). A vitória de Alcibíades, por exemplo, seria algo inadmissível numa competição esportiva moderna.

quanto as obtidas em outras modalidades, também eram vistas pelas camadas populares como empreendimento pessoal dos ricos, sem conexão com o resto da sociedade.

Para auxiliar na compreensão das tensões sociais aqui examinadas, as contribuições de Josiah Ober (1989) sobre as relações entre a elite e as massas atenienses são bastante pertinentes. Embora sua obra se circunscreva à sociedade política de Atenas dos séculos VI-IV a.C., as reflexões aí desenvolvidas oferecem uma chave de leitura pertinente à discussão que se segue. Ober (1989, p. 11), define “massa” como o conjunto de cidadãos – portanto possuidores de direitos políticos – considerados comuns ou ordinários e que não pertencem a elite alguma. Escravos, mulheres e estrangeiros ficam assim excluídos dessa definição. Elite, por sua vez, é entendida pelo autor como um subgrupo social cujos membros têm alguma habilidade, propriedade e/ou status extraordinariamente maior que os demais. Na Grécia antiga, as elites intelectuais, financeiras e de berço tendiam a se sobrepor, sendo às vezes difícil enquadrar indivíduos ou famílias proeminentes em apenas uma dessas categorias. Especificamente em Atenas, o problema conceitual se agrava porque não havia privilégios políticos garantidos para tais cidadãos. Estes, não obstante, se envolviam ativamente na política: gerais e oradores de destaque geralmente provinham de lares abastados e nenhum político ateniense era pobre (OBER, 1989, p. 13-15). Para ser considerado um aristocrata, isto é, um “bem-nascido” aos olhos atenienses, era necessário pertencer a um clã que se apresentava como descendente de um ancestral famoso, fosse ele real ou mítico, além de obedecer a um código de comportamento específico, que incluía ser leal aos amigos, destacar-se em batalhas, criar cavalos e participar de *agones*. Em todas essas atividades, a competitividade era um valor essencial, de forma que nobres disputavam entre si e com outros a excelência e a aclamação pública (OBER, 1989, p. 250). Assim, em função de suas características, as competições hípicas eram tipicamente palco de disputa aristocrática.

Em relação às lutas e ao atletismo, o caráter elitista pode ter mudado com o tempo. Após o fim do período micênico, proliferaram-se diversas cidades-estado na antiga Hélade, cada uma com sua própria estrutura educacional. O objetivo dessas estruturas era formar cidadãos aptos a desempenharem as funções necessárias à manutenção de seus sistemas político-sociais. Ora, considerando que o regime aristocrático então predominava, a educação “visava a manutenção da supremacia das famílias nobres, que também eram, do ponto de vista econômico, as mais fortes, através do cultivo da superioridade do corpo e da mente dos jovens” (ANDRONICOS, 2004, p.

43). Assim, os *agones*, elementos importantes da educação aristocrática, eram monopolizados pela elite no período, servindo tanto como meio de exibição de *arete* entre jovens da classe dominante quanto como instrumento de distinção social entre nobres e não-nobres (LESSA, 2017, p. 149; CHRISTESEN & MACLEAN, 2021). A *Odisseia* se mostra útil para demonstrar tal divisão. No já citado desafio lançado por Laodamante a Odisseu, o primeiro, em vista da recusa do último em demonstrar suas habilidades físicas, toma Odisseu por um comerciante, ou seja, alguém que não é da classe dos que participam de *athlos*. Laodamante diz que o estrangeiro lhe parece “alguém que só pensa na carga e está sempre muito atento aos lucros do regateio” (Hom. *Od.* 8.163-164). Por fim, acusa-o: “De atleta de fato não tens nada”. Em vista de tal ofensa, o herói responde-lhe com rispidez e executa o já mencionado formidável lançamento de disco (Hom. *Od.* 8.163-198).

A exclusão dos demais estratos sociais das modalidades atléticas e das lutas permaneceu até quando? Há um debate sobre essa questão. García Romero (2004), Christesen (2007) e Christesen & McLean (2021) defendem que, a partir do século VI a.C., a democratização da sociedade grega e a consolidação de instituições como o ginásio garantiram a participação de uma parcela maior da população nos *agones*. Segundo esses autores, até o século VIII a.C., os *basileis*, membros dos estratos sociais, políticos, econômicos e militares dominantes nas comunidades gregas eram os únicos a participar das disputas atléticas. Nos séculos seguintes, contudo, a estruturação das pólis e as contendas políticas nelas inseridas fizeram com que o termo *basileus* deixasse de ser usado e a população livre passasse a ser dividida em três grupos: os *plousioi*, famílias com recursos materiais tão abundantes que dispunham de escravos e mão-de-obra contratada, de modo que os homens adultos não precisavam trabalhar; os *penetes*, grupos familiares que, apesar de possuírem certo conforto material, eventualmente necessitavam do trabalho de seus homens adultos; e os *ptochoi*, famílias cujas posses materiais eram escassas e dependiam fortemente do trabalho de seus homens maduros. O primeiro grupo representava cerca de 4-5% da população de cada pólis. O segundo, cerca de 30-50%. As disputas políticas eram travadas, especialmente desde o século VI a.C., entre os *plousioi* e os *penetes*, o que levou estes a ganhar prestígio político e social e lhes garantiu o acesso aos espaços cívicos, como o ginásio. Os *ptochoi*, por outro lado, eram excluídos desses locais (CHRISTESEN, 2007; CHRISTESEN & MACLEAN, 2021). A análise da Atenas clássica empreendida por Ober (1989, p. 195) corrobora esse cenário. Segundo o autor, havia entre os atenienses a noção de que sua sociedade se dividia entre duas grandes

classes (*penetes* e *plousioi*), as quais se diferenciavam na medida em que a primeira precisava trabalhar para se sustentar e a segunda não.

Como evidências dessa popularização, os autores mencionam, além do surgimento dos primeiros estádios e ginásios, construídos por volta de 550 a.C., a multiplicação de obras de arte retratando *agones*, especialmente cerâmicas, estátuas e poesia. Lessa (2017, p. 148-149), por outro lado, entende que os *athloi* se mantiveram, pelo menos até o fim do período clássico, restritos à aristocracia, pois apenas esta dispunha de tempo livre e recursos materiais para se dedicar aos treinamentos e competições. David Pritchard (2017, p. 95-96) confirma esse cenário, ao menos no que diz respeito à Atenas clássica. A educação ateniense era privada, de modo que as famílias menos abastadas não dispunham de recursos para custear o treinamento atlético de seus filhos. A consequência disso é que apenas os jovens da elite eram incentivados a ingressar em tais disputas. Um discurso elaborado por Isócrates no início do século IV a.C.¹⁹ é bastante elucidativo sobre a questão da democratização das competições atléticas. O texto, escrito para defender Alcibiades em um julgamento onde ele fora acusado de roubar quatro cavalos e inscrevê-los como seus nas já mencionadas Olimpíadas de 416 a.C., foi lido no tribunal pelo seu filho homônimo, o qual, rememorando as glórias de seu pai, menciona que este percebera que

(...) o festival em Olímpia era amado e admirado por todo mundo e que ali os gregos exibiam sua riqueza, força corporal e treinamento, e que não apenas os atletas eram objeto de inveja, mas também as cidades dos vencedores se tornavam renomadas, e acreditando, além disso, que enquanto os serviços públicos realizados em Atenas redundavam em prestígio, aos olhos de seus concidadãos, da pessoa que os executava, as conquistas no Festival Olímpico, contudo, elevavam a reputação da cidade por toda a Grécia. Refletindo sobre estas coisas, digo, embora em dons naturais e força corporal ele [Alcibiades pai] não fosse inferior a ninguém, ele desprezava as competições ginásticas, pois sabia que alguns dos atletas eram de origem inferior, habitantes de Estados insignificantes e de educação rude. Voltou-se então para a criação de cavalos de corrida, atividade que é possível apenas para os mais abençoados pela Fortuna e que não deve ser perseguida por alguém de baixa condição, não apenas superando seus rivais, mas também todos os que já haviam vencido antes (Isoc. 16.32-33).

¹⁹ Segundo Larue van Hook (1945), o discurso *Sobre a biga de cavalos* é um dos seis discursos forenses conhecidos de Isócrates. Foi escrito para um réu em uma ação de danos no valor de cinco talentos. O orador é o jovem Alcibiades, filho do famoso Alcibiades, que, ao atingir a maioridade em cerca de 397 a.C., foi processado por Teísias, um cidadão ateniense, sob a acusação de que Alcibiades pai, já falecido à época do julgamento, houvera lhe roubado uma equipe de quatro cavalos de corrida. A primeira parte do discurso, a qual supostamente contém a exposição dos fatos e a apresentação de provas, é desconhecida. A parte de que dispomos, provavelmente escrita em 397 a.C., é uma defesa feita pelo jovem Alcibiades da vida de seu pai e um elogio a seu caráter e ações pregressas.

Esse trecho do discurso permite inferir que, ao menos desde o século V a.C., “atletas de origem inferior” já disputavam as provas atléticas e as lutas, o que corrobora as afirmações de García Romero (2004), Christesen (2007) e Christesen & McLean (2021) sobre a democratização dos *agones*. Também é possível compreender como as diferenças econômicas e sociais eram refletidas nas diferentes modalidades. As provas equestres eram tidas como domínio da aristocracia abastada, já as demais eram disputadas também por outros estratos sociais.

Não obstante, Charilaos (2019), ao analisar o perfil de lutadores que venceram as Olimpíadas entre 624 e 240 a.C., constata que boa parte dos campeões do referido festival pertencia a famílias aristocráticas. Provavelmente o custo das viagens, da alimentação e dos pagamentos aos treinadores resultava em um cenário no qual a presença de atletas com grandes recursos materiais e origem nobre ainda era significativa, mesmo após a democratização das provas atléticas e das lutas. Seguindo na mesma direção, David Young (2004, p. 97) defende que, embora algumas fontes de fato mencionem atletas bem-sucedidos de condição modesta, o arcabouço de fontes indicando uma dominação aristocrática dos *athloi* é bem maior. Para o autor, os próprios helenos entendiam que era improvável, mas não impossível a um indivíduo de berço comum alcançar a glória agonística.

Outro aspecto dos *athloi* ligado à distinção social é a nudez. Na Grécia antiga, ao menos nos períodos clássico e helenístico, era costume treinar nos ginásios e participar das competições despido. Isso era válido tanto para o atletismo quanto para as lutas, mas não para as modalidades equestres. Nestas, o auriga ou cavaleiro usava um manto chamado *chiton* (LESSA, 2017, p. 58). Segundo Christesen & McLean (2021), o hábito de exercitar-se e competir nu foi adotado entre o final do século VII e início do século VI a.C. Na poesia homérica, contudo, não há menção ao ato de se despir para as competições. Na *Odisseia*, por exemplo, Odisseu lança o disco completamente vestido quando participa das competições organizadas pelos feácios (Hom. *Od.* 8.186-188).

As origens dessa prática são incertas. Pausânias (1.44.1) conta que Orsipo de Mégara venceu na corrida nos Jogos Olímpicos pois contrariou o hábito, corrente à época,²⁰ de correr com calções. Segundo o autor grego, Orsipo teria deixado cair a peça de roupa intencionalmente, já que é “mais fácil a um homem correr nu” do que vestido (Paus. 1.44.1). Peter Miller (2023, p 17), por sua vez, afirma que o historiador Tucídides,

²⁰ De acordo com uma lista de vencedores olímpicos da antiguidade presente em Yalouris (2004), Orsipo teria vencido a corrida em 720 a.C.

no século V a.C., teria dito que a nudez ligada ao exercício era algo “recente”. De qualquer modo, a ausência de vestes nos *agones* estabeleceu-se como regra na sociedade grega antiga, sendo retratada de forma ostensiva na cerâmica desde o fim do período arcaico (GARCIA ROMERO, 1992; LESSA, 2017, p. 104).

A nudez atlética reforçava as distinções sociais já presentes nas disputas atléticas porque a aparência corporal do praticante evidenciava seus status socioeconômico. O treinamento regular despido bronzeava a pele por completo, proporcionando um visual único que só poderia ser alcançado por aqueles que dispunham de recursos para dedicar-se a essa atividade. Homens de famílias menos abastadas, por outro lado, tinham que trabalhar, geralmente sob o sol, vestindo túnicas que deixavam um bronzeado desigual no corpo. Assim, o aspecto corporal deixava nítida a classe social do indivíduo e possivelmente afastava alguns dos mais pobres dos ginásios e competições (CHRISTESEN & MACLEAN, 2021).

Não obstante, boa parte da sociedade helênica ainda era excluída das competições, mesmo após o século VI a.C. Nas Olimpíadas, era proibida a participação de escravos, não-gregos e mulheres (KYLE, 2014; BROSE, 2023). Somente cidadãos, isto é, “homens livres e filhos legítimos de pais gregos” eram admitidos (LESSA, 2017, p. 57). As mulheres casadas eram, inclusive, proibidas de assistir os eventos. Pausânias (5.6.7) conta que estas, se descobertas assistindo as provas olímpicas, seriam atiradas de um monte alto e escarpado chamado Tipeu. Contudo, houve algumas exceções à exclusão, principalmente no caso de mulheres. O próprio Pausânias (3.15.1) relata que Cinisca, filha do rei espartano Arquídamo II, foi “a primeira mulher a criar cavalos e a primeira a obter uma vitória olímpica na corrida de carros”. Isso foi possível porque, como mencionado acima, quem era considerado vencedor nas provas equestres era o(a) proprietário(a) dos cavalos e/ou carros e não o auriga ou cavaleiro. Cinisca foi vitoriosa em 392 a.C. e não foi a única mulher a alcançar tal feito. Belestique da Macedônia também foi vencedora em 268 a.C., além de várias outras mulheres, sobretudo espartanas (PALEOLOGOS, 2004, p. 254). Conforme apontam Christesen & McLean (2021), provavelmente o principal propósito dos *agones* na Grécia antiga era a criação de distinções sociais. Distinções entre gregos e estrangeiros, entre cidadãos e não-cidadãos, entre ricos e pobres, entre homens e mulheres e, nos últimos exemplos citados, entre mulheres ricas e pobres.

A interdição a não-gregos, contudo, merece um exame mais cuidadoso. O que significava “ser grego” à época? A ideia de “nação” é moderna, portanto desconhecida na antiguidade. A maioria dos atletas, contudo, tinha seu nome ligado a alguma pólis, de

forma que a cidadania constituía um tipo de status jurídico indispensável à participação. Pode-se presumir então, conforme reflete Sofie Remijsen (2019, p. 4), que “ser grego” implicava ser cidadão de uma pólis grega. Essa definição, entretanto, só transfere a questão do indivíduo para a cidade: quais delas eram gregas e quais não?

Diante dessas questões, a autora propõe caracterizar os helenos através da categoria de identidade étnica. Grupos étnicos compartilham uma série de atributos comuns, como linguagem, modos de autorrepresentação e práticas religiosas, porém, o que torna esses grupos étnicos e não apenas culturais é a construção de relações de parentesco no discurso sobre a própria identidade. Essa etnicidade teria como características determinantes a instabilidade e a situacionalidade, já que o pertencimento a um grupo étnico “é (re)ativado e (re)definido por circunstâncias sociais e políticas específicas, as quais incluem tensões dentro da comunidade étnica (combatidas pela reafirmação de traços comuns)” e o enfrentamento de ameaças externas através da ênfase na diferenciação entre “nós” e “eles” (REMIJSEN, 2019, p. 7). Considerando tais condições, é extremamente difícil apontar uma identidade grega estável ao longo da antiguidade, o que leva a repensar a existência de uma interdição formal aos não-gregos nas principais competições agonísticas.

A principal passagem que se cita para demonstrar essa interdição está em Heródoto (5.22). Nela, é narrada a participação do rei macedônio Alexandre I no festival olímpico. Segundo Heródoto, a inscrição de Alexandre I na corrida do estádio foi alvo de objeção por parte de outros competidores, que afirmavam que ele era um bárbaro e que somente gregos deveriam participar. Os *hellanodikai*, árbitros dos jogos, foram então instados a interceder na questão e decidiram que Alexandre I era de fato grego e poderia competir, pois pertencia à dinastia argéada, a qual declarava descender de Heracles. No caso em questão (se o tomarmos como verdadeiro), o parentesco com uma figura mítica grega foi evocado como “prova” de pertencimento ao grupo étnico.

Para Adams (2003), entretanto, essa passagem é problemática porque não é possível estabelecer quando o fato narrado teria ocorrido e, como Alexandre I não venceu a Olimpíada, não há registro do episódio nas listas de vencedores olímpicos. Remijsen (2019, p. 10), por sua vez, entende que o empasse narrado por Heródoto ocorreu posteriormente à inscrição do rei macedônio na competição, o que indica que a etnia dos atletas não era previamente checada em Olímpia, argumento que reforça a tese de que não havia proibição formal à participação de não gregos.

Nesse sentido, é possível que o caráter nacionalista da historiografia do século XIX tenha contribuído para a visão então predominante que associava os diferentes povos gregos antigos, praticantes de *agones*, a uma espécie de unidade nacional. Como bem coloca Marcel Detienne (2004, p. 31), a história, enquanto ciência, “nasceu nacional” e os gregos antigos têm nela um lugar especial: eles são “nossos ascendentes em linha direta”. De fato, Christina Kolouri (2010, p. 2042), ao analisar a historiografia grega de 1830 a 1982 sobre Olimpíadas antigas e modernas, enfatiza que esta fez parte “do processo de composição da narrativa nacionalista”, em que o atletismo grego atuou como paradigma de continuidade e unidade nacionais. Foi construído, assim, um discurso que ligava o antigo festival em Olímpia à moderna identidade nacional grega, pois se entendia que o gosto pelo atletismo e o amor pelas competições esportivas eram traços gregos perpetuados através dos séculos.

Remijsen defende, portanto, que nunca houve uma regra que excluísse não gregos das principais competições agonísticas. A autora ressalta que a passagem de Heródoto (5.22) utilizada pela historiografia para demonstrar tal proibição é pouco problematizada, pois não se considera suficientemente a disputa que havia à época sobre a identidade grega da realeza macedônia, da qual o historiador de Halicarnasso se mostra defensor. Não obstante, em suas conclusões, Remijsen (2019, p. 52) defende que os *agones* eram práticas corporais específicas da cultura grega, o que significa que só participavam delas aqueles que se sentissem parte do mundo heleno.

Por fim, a quarta característica é a cívica. Nos ginásios, locais de treinamento e preparação para a vida pública, ao menos desde o século IV a.C., já existia uma estrutura de educação que dava bastante importância para a dimensão corporal. Nesses lugares, os efebos aprendiam uma diversidade de habilidades através do aperfeiçoamento físico. A música, a dança e o ritmo eram desenvolvidos em conjunto com o arremesso de dardo, de disco, dos saltos e das lutas. O treinamento dessas modalidades ocorria com a presença de um flautista, que coordenava o ritmo e a ordem dos movimentos dos atletas com a supervisão do *paidotribes* (pedótriba ou instrutor de ginástica). O domínio do próprio corpo e do ritmo proporcionariam a formação de um indivíduo equilibrado, harmonioso, apto a exercer sua cidadania (ANDRONICOS, 2004). As lutas e o atletismo, portanto, não eram apenas atividades que tinham fins em si mesmas, servindo também como meio para desenvolvimento do cidadão. Nesse sentido, participar de disputas atléticas era “colocar em relevo o exercício da cidadania” (LESSA, 2017, p. 27).

Havia também uma ligação entre habilidades discursivas e corporais. Os sofistas atenienses, por exemplo, frequentavam os ginásios e muitas vezes eram *athletai* eles mesmos. Argumentavam que podiam ensinar diversas disciplinas, incluindo a retórica, através do treinamento físico e mental que ocorria nos ginásios, de modo que utilizavam metáforas, especialmente ligadas às lutas, para descrever a própria retórica, além da filosofia (MILLER, 2023, p. 29). Considerando que a educação se desenvolvia nesses espaços de uma forma eminentemente física, Debra Hawhee (2002, p. 144) defende que aí se engendrou um sincretismo curioso entre atletismo e retórica, resultando no ensino da última enquanto uma *bodily art* (“arte corporal”) aprendida e praticada tanto pelo corpo quanto pela mente. O já citado orador Isócrates, segundo a autora, utilizava o termo *epimeleias* para se referir tanto ao treinamento agonístico quanto ao treinamento em retórica. Sua raiz *melete*, segundo o *Dicionário grego-português* (Malhadas *et al.*, 2006, p. 154), pode significar “prática cuidadosa”, “prática penosa”, “exercício” assim como “exercício oratório”, “declamação”. Exercitar o corpo nu era, portanto, exercitar a cidadania ou, nas palavras de Lessa (2023, p. 41), “no físico desnudo se imprime e se exprime as virtudes essenciais para um bom cidadão: coragem, força, simetria de movimentos, rigidez, agilidade etc.”.

A demonstração das habilidades lapidadas nos treinamentos ocorria em eventos de grande popularidade, nos quais os helenos se reuniam com entusiasmo. O de maior fama, os Jogos Olímpicos, evocado até hoje em diferentes contextos, será analisado a seguir.

1.3 Jogos Olímpicos da antiguidade: Celebração pan-helênica e meio de ascensão social

As Olimpíadas eram festivais religiosos que incluíam competições atléticas, sendo celebradas em homenagem a Zeus a cada quatro anos no santuário de Olímpia, localizado no noroeste do Peloponeso (GARCIA ROMERO, 1992; LAKY, 2013; CHRISTESEN & STOCKING, 2021). Píndaro, em sua ode *Olímpica 1*, compara a grandeza do evento com a do sol, ressaltando que, da mesma forma que não se deve procurar astro mais brilhante e quente no céu, “tampouco competição maior que a de Olímpia cantaremos” (Pind. *Ol.* 1.11-12). Pausânias, ao escrever sua *Descrição da Grécia* mais de 500 anos depois, é enfático quanto ao prestígio das Olimpíadas, afirmando que, embora muitas coisas sejam dignas de admiração na Grécia, “aquelas em que o espírito

divino está mais presente são os mistérios de Elêusis e os Jogos Olímpicos” (Paus. 5.10.1). A distância temporal entre os relatos dos dois autores pode parecer problemática, dadas as diferenças entre o período clássico, no qual Píndaro compôs sua obra, e o período de domínio romano, quando Pausânias registrou sua narrativa. No entanto, Nigel Spivey (2004, p. 171) defende que, desde o período arcaico até a época do domínio romano sobre a Grécia, o festival conservou seu “formato tradicional” e sua *raison d’être* religiosa, “sobrevivendo ao menos a duas mudanças de regime” sem apresentar grandes mudanças.

A presença humana naquilo que viria a se tornar o santuário de Olímpia data de muito antes de Píndaro. Segundo Lílian Laky (2013), o túmulo mais antigo encontrado no local foi erguido por volta de 2.600-2.500 a.C. e servia para o culto de alguma divindade ainda desconhecida para nós. Uma comunidade rural habitou o local entre os anos de 1.600-1.400 a.C., da qual a principal evidência é um conjunto de cerâmicas que apresenta tipologia e decoração tipicamente micênicas. As atividades religiosas estabeleceram-se de forma ininterrupta a partir do final do século XI a.C. e pequenas representações masculinas de terracota encontradas no local atestam o culto a Zeus ao menos desde o século X a.C.

De acordo com Brose (2023, p. 58), a partir do século IX a.C. há no santuário a presença de trípodas, objetos de até 2,5 metros de altura que geralmente eram ofertados como prêmios por vitórias nos *agones*, especialmente os equestres. A infraestrutura de Olímpia parece ter se desenvolvido no século seguinte, pois foi nesse período que os primeiros templos e prédios foram construídos e duas modificações importantes foram realizadas: a transposição do Rio Cládeos, que serviu para impedir o alagamento do local, e a abertura de numerosos poços artesianos, provavelmente para atender às necessidades do crescente número de espectadores das competições.

Embora o ano de 776 a.C. seja comumente apontado como o início dos Jogos Olímpicos da antiguidade,²¹ Christesen (2009) defende que essa data é apenas uma estimativa formulada em torno de 400 a.C. por Hípias de Élis com base em uma sequência cronológica de reis espartanos. Hípias usou essa sequência para calcular a quantidade de gerações entre seu próprio tempo e aquele que identificou como o da primeira Olimpíada, a qual ele acreditava ter sido organizada por Licurgo, o legislador legendário de Esparta. Ele estimou um número fixo de anos para cada geração entre a dele e a de Licurgo e

²¹ Até a própria página eletrônica oficial do COI, na seção dedicada aos Jogos Olímpicos da antiguidade, aponta o ano de 776 a.C. como marco inicial do festival. Ver: <https://olympics.com/ioc/ancient-olympic-games>. Acesso em: 20/05/2024.

chegou ao ano de 776 a.C. A confiabilidade dessa data, porém, é pequena. Os anos que compreendem cada geração são variáveis, a participação de Licurgo nos jogos é incerta e as evidências arqueológicas obtidas no sítio de Olímpia atestam a presença de competições apenas por volta de 700 a.C. A data obtida por Hípias é, assim, apenas uma generosa aproximação (CHRISTESEN, 2009, p. 162).

Um dos mitos mais populares sobre a origem das Olimpíadas é o da corrida de carruagens entre o herói Pélops, filho do rei Tântalo da Lídia, e Enomau, soberano de Élis. Píndaro (*Ol.* 1.36-145), conta que Posidão, ao ver Pélops banhando-se em um caldeirão,²² apaixonou-se por ele e raptou-o, levando-o ao convívio dos deuses para que lá os servisse como copeiro. Seu pai Tântalo, que também frequentava o Olimpo, em determinada ocasião traiu a confiança dos deuses, revelando deliberações destes aos homens. A punição de Zeus foi impor a Tântalo uma alucinação eterna, castigo que finalmente levou-o à loucura e ao exílio. Pélops também foi punido pelo erro do pai, sendo expulso do Olimpo e tornado mortal novamente. Em vista disso, o herói passou a buscar a glória eterna, única coisa que o faria se reaproximar da imortalidade. Assim, decidiu conquistar a mão de Hipodâmia, filha do rei Enomau. Para tanto, teria que vencê-lo em uma corrida de carros, o que seria impossível para um mortal porque o monarca de Élis possuía cavalos divinos e um excelente auriga. Pélops pediu, então, ajuda a Posidão, seu antigo amante, que o atendeu, fornecendo “de ouro uma biga e alados, indefessos cavalos” (Pind. *Ol.* 1.140-141). De posse dos corcéis alados e do carro divino, Pélops venceu a corrida e se casou com Hipodâmia, tornando-se, assim, o senhor de todo o Peloponeso.

Pausânias (5.7.6-10), por sua vez, afirma ter ouvido dos eleus um mito que atribui a Heracles a fundação dos Jogos Olímpicos. Sendo o mais velho de cinco irmãos (os outros seriam Peoneu, Epímedes, Iaso e Idas), Heracles propôs a eles, por pura diversão, uma disputa em forma de corrida na qual o vencedor seria premiado com um ramo de oliveira selvagem trazido da terra dos hiperbóreos. Estabeleceu-se a partir daí que essa competição seria chamada de Jogos Olímpicos e deveria ser disputada

²² Segundo Brose (2023), Cloto, uma entidade que determinava o destino dos homens e dos deuses, teria banhado Pélops em um caldeirão, provavelmente em um ritual de iniciação, para torná-lo imortal. Outro aspecto importante ressaltado pelo autor é que caldeirões tinham um valor cultural em Olímpia, sendo ofertas comuns no local desde ao menos o século IX a.C.

novamente a cada cinco anos, “porque ele próprio [Heracles] e os irmãos eram em número de cinco” (Paus. 5.7.9).²³

Para Brose (2023), o fato de o templo de Pélops ser um dos mais antigos em Olímpia, juntamente com o do próprio Zeus, confere proeminência ao mito de Pélops e Enomau entre os gregos, destaque esse demonstrado pelas esculturas do frontão oriental do templo de Zeus, que retratam a mítica corrida pela mão de Hipodâmia. Além dos relatos míticos, as evidências epigráficas mais antigas encontradas em Olímpia – inscrições com homenagens a vencedores afixadas em monumentos, árvores ou outros locais – são da primeira metade do século VI a.C. Já os epicínios mais antigos, dedicados a atletas vitoriosos, datam de meados do mesmo século (CHRISTESEN, 2009). Considerando que a presença de tripodes é verificada no local desde o século IX a.C., é provável que ocorressem competições ao menos desde esse período. Em vista disso, Christesen (2009) sugere que Olímpia já sediava competições de importância local muito anteriormente ao surgimento das Olimpíadas, de modo que as alterações feitas no santuário a partir do século VIII a.C. podem ser interpretadas como sinais iniciais do estabelecimento dos Jogos Olímpicos enquanto evento regular de grande porte.

Ao analisar a origem dos vencedores, percebe-se a expansão da importância do evento pelo mundo grego. Até 732 a.C., os atletas coroados são oriundos das regiões próximas a Olímpia. De 732 a 696 a.C., todo o Peloponeso é representado. Ao longo do século VII a.C., Atenas e Esparta são dominantes. No século seguinte, as colônias no sul da Itália e Sicília, além de Crotona, aparecem com frequência nas listas de campeões. De cerca de 500 a.C. até o domínio de Filipe II da Macedônia, o panorama é pan-helênico, com atletas de todos os territórios gregos sagrando-se vencedores. Após esse período, há uma expansão para o leste, quando representantes de regiões como Síria, Egito e Anatólia passam a figurar entre os vitoriosos (SPIVEY, 2004, p. 169-171).

A organização dos jogos ficava a cargo da cidade que controlava o território onde o santuário estava localizado. A partir da 26ª Olimpíada, isto é, 676 a.C., Élis perdeu esse controle para Pisa, que implementou as corridas de carros no festival ao lado das já existentes provas de atletismo e lutas. Élis, aliando-se a Esparta, recuperou o controle de Olímpia no início do século VI a.C., conservando-o até o fim dos jogos em 393 d.C. (YALOURIS, 2004). Na mitologia, quem arbitrava as competições era também quem distribuía os prêmios, como nos casos de Aquiles na *Iliada* e dos feácios na *Odisseia*.

²³ Os gregos antigos incluíam na contagem de tempo o ano em que uma Olimpíada começava. Para eles, portanto, passavam-se cinco anos entre um festival olímpico e outro (BROSE, 2023).

Porém, segundo Pausânias (5.9.4-6), na 50ª Olimpíada (528 a.C.) estabeleceu-se o cargo de “árbitro dos helenos” (*hellanodikai*), conferido a dois cidadãos de Élis escolhidos por sorteio. Na 95ª Olimpíada, realizada em 400 a.C., os *hellanodikai* passaram a ser nove. Seu número variou para um máximo de doze, reduzindo-se a dez na 108ª Olimpíada (348 a.C.), quantidade que permaneceu inalterada até a época de Pausânias.

Os *hellanodikai* tinham diversas responsabilidades. Dez meses antes do início dos jogos, eles se mudavam para Olímpia, onde aprendiam as regras dos jogos e as obrigações inerentes ao cargo com os guardiões do santuário, os *nomophylakes*. Cabia aos *hellanodikai* separar os atletas nas categorias adulta ou infantil, parear os oponentes nas provas de combate, arbitrar as competições e apontar os vencedores nas situações em que surgia dúvida. Ademais, faziam uma espécie de seletiva no mês que antecedia as disputas, observando o treinamento dos atletas e aprovando apenas aqueles que obtivessem os melhores desempenhos (PALEOLOGOS, 2004; MURRAY, 2021; BROSE, 2023). As Olimpíadas tinham, portanto, um número de participantes bastante controlado, sendo restritas aos melhores em cada prova.

Em relação às normas que disciplinavam modalidades e casos específicos, Papakonstantinou (2021b), entende que é provável que estas estivessem publicamente expostas ao longo do santuário. O autor enfatiza que tais normas não existiam na forma de um conjunto unificado de regras semelhante às dos esportes modernos, mas sim em uma série de inscrições epigráficas dispostas no local. Um fragmento de placa de bronze de cerca de 525-500 a.C., por exemplo, proibía que lutadores quebrassem os dedos do adversário e estabelecia as penalidades para quem o fizesse (MURRAY, 2021, p. 100).

Outra norma interessante, embora não registrada na epigrafia, envolvia a representação do vencedor. Segundo Paleologos (2004), cada atleta declarava sua cidade de origem ao inscrever-se nas competições, porém, este não era proibido de representar outra pólis que não a sua, fato que poderia ocorrer por diversos motivos, como pagamento em dinheiro, laços de amizade, troca de favores entre o atleta e os governantes de um local ou até mesmo o banimento do competidor de sua cidade natal. A esse respeito, Pausânias (6.3.11) menciona o caso de Dícon de Caulônia, um corredor multicampeão nos Jogos Estefanitas que, enquanto criança, representara Caulônia, mas que em sua maioridade aceitou pagamento para declarar-se siracusano, vencendo o *stadion* na 99ª Olimpíada (384 a.C.) para aquela cidade.

O arranjo entre Címon e Pisístrato em 532 a.C. também é fundamental para a compreensão da dinâmica de representação da vitória. Segundo Papakonstantinou (2013,

p. 106), o ateniense Címon, filho de Esteságoras, foi forçado ao exílio por Pisístrato durante a terceira tirania deste em Atenas (c. 546 a.C.). A medida foi tomada provavelmente porque Címon era membro de uma das famílias mais influentes da cidade e fora visto como potencial ameaça ao regime recém imposto. Vencedor do *tethrippon* em 536 a.C. (61ª Olimpíada), Címon também triunfou quatro anos depois na mesma prova, porém, nessa segunda ocasião, permitiu que Pisístrato fosse proclamado vencedor em seu lugar, acordo que lhe rendeu a permissão para regressar a Atenas. Esse arranjo foi possível porque as vitórias equestres podiam ser atribuídas tanto a um indivíduo que não fosse o real proprietário dos cavalos quanto a uma cidade inteira. Bastava que o vencedor declarasse quem estava representando na competição. No caso em questão, o carro e os cavalos eram de Címon, mas ele acordou previamente que, no caso de vitória, esta seria atribuída a Pisístrato (PAPAKONSTANTINO, 2013, p. 105). O aspecto transacional do êxito olímpico, exemplificado nos casos acima, ajuda a mensurar o peso político do festival e seu significado para os gregos.

Como bem aponta Spivey (2004), a vitória era vista uma como determinação dos deuses. As divindades escolhiam quem seria agraciado com a coroa de oliveira, elevando o campeão acima dos demais. O sucesso olímpico simbolizava a excelência não apenas nas competições atléticas, mas também em outras áreas, como a política. Ora, se os deuses proporcionavam tamanha glória a um indivíduo em detrimento de outros, entendia-se que provavelmente havia algo de especial nele. Assim, o acordo entre Címon e Pisístrato demonstra como as vitórias olímpicas muitas vezes ligavam-se a ambições políticas, especialmente entre os poderosos, de modo que famílias aristocráticas gastavam quantias significativas no treinamento atlético de seus jovens membros, procurando formar atletas de sucesso que consolidassem a reputação familiar de sucesso nos *agones*. As vitórias obtidas eram representadas em estátuas, inscrições epigráficas e poesia, o que reforçava o status de elite do campeão e seu grupo familiar perante a sociedade, pois financiar obras desse tipo era dispendioso (PAPAKONSTANTINO, 2013).

Dada a grande extensão de tempo em que os Jogos Olímpicos foram celebrados, a origem geográfica variada dos participantes e as fontes disponíveis sobre o tema, é difícil estabelecer um perfil típico para tais atletas. Não obstante, é possível fazer alguns apontamentos sobre o tema. Kyle (1993, p. 102-123) desenvolveu um estudo prosopográfico sobre atletas atenienses, investigando a origem social destes entre os anos de 700 a.C. e 300 a.C. O propósito do autor era analisar em que medida esses cidadãos pertenciam às elites de Atenas. Dois critérios foram utilizados para considerar um atleta

como parte daquilo que o estudo chamou de *upper class*: riqueza mínima de quatro talentos e/ou a existência de dedicatórias e monumentos à pessoa em questão, fator também indicativo de grande fortuna. Além disso, Kyle (1993, p. 102) examinou se eles pertenciam à aristocracia de berço, isto é, às famílias gentílicas que detinham o monopólio dos cargos políticos em Atenas até o início do século VI a.C. O autor verificou que, até meados do século V a.C., todos os vencedores olímpicos atenienses de que se tem registro, além de possuírem grande riqueza pessoal, também eram membros de famílias aristocráticas. O já discutido vencedor da quadriga em 536 a.C., Címon, exemplifica esse perfil, pois era rico e pertencia à proeminente família dos Filaídas (PAPAKONSTANTINO, 2013, p. 99). Nos séculos seguintes, contudo, a origem social dos campeões olímpicos atenienses se alterou: a maioria deles provinha de famílias emergentes, isto é, financeiramente abastadas, mas sem grande tradição e reputação nos círculos de poder. Assim, a conclusão de Kyle (1993, p. 123) foi a de que os *agones* permaneceram elitistas ao longo do período estudado, pois “o sucesso atlético tendia a favorecer aqueles poucos que dispunham de tempo livre, finanças e disposição para treinar e viajar”. O grupo social que os disputava tais competições, entretanto, apresentou algumas características diferentes a partir do século V a.C., passando de uma elite de berço a uma elite de posses. Não obstante, ter riqueza era fundamental.

Embora a dimensão religiosa tenha se conservado, a estrutura do festival e as provas olímpicas desenvolveram-se com o tempo. Até a 13ª Olimpíada (728 a.C.), os jogos eram celebrados em apenas um dia e a única competição disputada era a do estádio (*stadion*), uma prova de corrida de cerca de 200 metros. Ao longo do tempo, outras modalidades foram sendo acrescentadas ao programa, de modo que a Olimpíada chegou a ter cinco dias de duração no período clássico (YALOURIS, 2004; LESSA, 2017, p. 33). De acordo com Pausânias (5.8.9), na 37ª Olimpíada, realizada em 623 a.C., foi instituída a categoria infantil,²⁴ chamada *paidon*, “por uma questão de gosto” dos eleus. A tabela a seguir sintetiza as modalidades, suas características principais e a data a partir da qual foram disputadas.

²⁴ Na Grécia antiga, a classificação na “categoria infantil” (*paidon*) era baseada em critérios subjetivos e arbitrários, sendo o aspecto físico o fator determinante para o enquadramento do atleta. Nessa categoria, eram admitidos desde meninos de 12 anos de idade até jovens de 17 anos, todos inseridos no grupo geral denominado de *paides*, ou seja, “garotos” (YALOURIS, 2004, p. 88, nota de rodapé 19). Cabia aos *hellanodikai* emitir tais decisões, de forma que os candidatos considerados muito jovens eram excluídos de qualquer competição e os considerados muito velhos para a categoria infantil eram classificados como adultos e podiam competir como tais se quisessem (PALEOLOGOS, 2004).

Tabela 1 – Provas olímpicas da antiguidade, características e data de inclusão no festival

| Prova | Características | Disputa Inicial |
|---|--|---|
| <i>Stadion</i> (estádio) | Corrida a pé com distância de 192,27 metros (600 pés gregos ou a distância da pista em Olímpia). | c. 776-700 a.C. (1ª Olimpíada?) Categoria infantil: 632 a.C. (37ª Olimpíada) |
| <i>Diaulos</i> (corrida dupla, ou seja, duas vezes a extensão do estádio) | Corrida a pé com distância de cerca de 385 metros (1.200 pés gregos ou ida e volta na pista em Olímpia). | 724 a.C. (14ª Olimpíada) |
| <i>Dolikhos</i> (dólico ou corrida longa) | Corrida a pé de longa distância (entre 7 e 24 estádios ou 1.346 e 4.615 metros, dependendo do período histórico). | 720 a.C. (15ª Olimpíada) |
| <i>Pentathlon</i> (pentatlo) | Série de cinco modalidades disputadas no mesmo dia, na seguinte ordem: corrida do estádio, lançamento de disco, salto em distância, lançamento de dardo e luta. O primeiro atleta que triunfasse em três dessas provas era coroado vencedor. | 708 a.C. (18ª Olimpíada) Categoria infantil: somente em 628 a.C. (38ª Olimpíada) |
| <i>Pale</i> (luta) | Combate que envolvia técnicas de pegada e arremesso. O objetivo era derrubar o oponente de modo que este encostasse qualquer parte lateral ou dorsal no solo. Vencia quem aplicasse três quedas ao adversário. | 708 a.C. (18ª Olimpíada) Categoria infantil: 632 a.C. (37ª Olimpíada) |
| <i>Pygmakhia</i> (pugilato) | Luta onde apenas socos eram permitidos. Os pugilistas usavam tiras de couro de boi nas mãos. O combate só acabava com nocaute ou rendição de um dos atletas. | 688 a.C. (23ª Olimpíada) Categoria infantil: 616 a.C. (41ª Olimpíada) |
| <i>Tethrippon</i> (quadriga) | Corrida de carros de madeira puxados por quatro cavalos. O auriga, condutor do carro, guiava em pé. Vencia o carro que completasse 12 voltas no hipódromo de Olímpia primeiro, algo equivalente a cerca de 14 quilômetros. | 680 a.C. (25ª Olimpíada) |
| <i>Keles</i> (corrida de cavalo) | Aparentemente, o uso de sela e estribo não era permitido. O cavaleiro usava apenas uma vergasta. Vencia quem completasse primeiro uma distância equivalente a seis estádios. | 648 a.C. (33ª Olimpíada) |
| <i>Pankration</i> (pancrácio) | Prova na qual era permitido usar tanto golpes da luta quanto do pugilato. Mordidas e ataques aos olhos do adversário eram proibidos. A vitória era determinada por nocaute ou desistência. | 648 a.C. (33ª Olimpíada) Categoria infantil: 200 a.C. (145ª Olimpíada) |
| <i>Apene</i> (corrida de carros puxados por duas mulas) | O auriga conduzia sentado. A distância a ser percorrida é a mesma do <i>tethrippon</i> . | 500 a.C. (70ª Olimpíada) a 444 a.C. (84ª Olimpíada) |
| <i>Synoris</i> (corrida de bigas) | Idêntica à quadriga, porém, apenas dois cavalos puxavam o carro. Quem completasse oito voltas no hipódromo primeiro vencia a prova. | 408 a.C. (93ª Olimpíada) |
| <i>Dromos hoplites</i> (corrida de hoplitas ou corrida com armas) | Corrida portando elmo, grevas e escudo, de dois a quatro estádios de distância. | 520 a.C. (65ª Olimpíada) |

Fonte: Elaborado pelo autor segundo o relato de Pausânias (5.8.6-11) e as informações presentes em Paleologos (2004) e Brose (2023).

Em linhas gerais, essas são as provas olímpicas da antiguidade e a estrutura que as envolvia. Passemos agora às características mais marcantes desses jogos: eles eram pan-helênicos, materialmente rentáveis, ritualizados e campo de disputa política. Os testemunhos de Píndaro, Isócrates e Pausânias permitem ter noção da importância do festival realizado em Olímpia, do mesmo modo que alertam para o fato de que, se os Jogos Olímpicos eram os mais proeminentes, havia outros eventos desse tipo entre os helenos. De fato, era costume realizar competições nos ginásios ao final do ano escolar,

como demonstram evidências epigráficas encontradas nesses locais (ANDRONICOS, 2004). Os jovens gregos não apenas competiam em sua própria pólis, mas frequentemente viajavam a cidades vizinhas para confrontar os melhores jovens em cada modalidade. Os vencedores eram contemplados com a inscrição de seus nomes em estelas honoríficas, as quais eram erguidas não somente nos ginásios, mas também em outros locais públicos. O caráter periódico de alguns desses eventos, sua sacralidade e o tamanho que adquiriam tornavam-nos “centros de atração, ultrapassando os limites estreitamente locais” e alcançando uma “escala pan-helênica” (ANDRONICOS, 2004, p. 68).

As quatro competições que alcançaram o status pan-helênico eram chamadas de Jogos Estefanitas, pois o único prêmio material que ofereciam era uma guirlanda de folhas (*stephanos*), ostentada na cabeça do vencedor de cada modalidade. O vegetal utilizado para confeccionar a peça variava. A dos Jogos Olímpicos era feita de oliveira selvagem proveniente do *altis*, bosque sagrado que, segundo Píndaro (*Ol.* 3. 17-27), teria sido plantado por Heracles; nos Jogos Píticos, celebrados em nome de Apolo, a coroa era de louros; nos Ístmicos, que homenageavam Posidão, a folha de pinheiro era utilizada; nos Nemeios, disputados em honra a Heracles, o aipo era a planta empregada (LESSA, 2017, p. 31; BROSE, 2023, p. 77). Os jogos pan-helênicos eram a expressão da identidade dos gregos, pois mesmo residindo em locais distantes, com costumes e divindades próprios, variações de dialeto e divergências, esses eventos possibilitavam a superação do “estrito conceito das cidades, criando assim uma oportunidade para que os helenos se conscientizassem, de um modo sensível, do seu parentesco comum” (ANDRONICOS, 2004, p. 76).

Não apenas a identidade grega era demonstrada nos jogos, mas também a identidade de cada pólis participante. Os Jogos Olímpicos, ao longo do tempo, tornaram-se um local de encontro para os diferentes povos helênicos, servindo como palco de exibição do “poder” de cada um deles. Assim, havia um “confronto simbólico” entre as diferentes identidades coletivas, representadas individualmente por cada atleta (BASSO, 2012, p. 37). Se um pancracista ateniense vencesse, por exemplo, era como se toda Atenas tivesse vencido.

Essa interação entre a pólis e o atleta diz respeito ao status privilegiado que o festival olímpico tinha enquanto espaço de legitimação de identidade. Tanto a cidade como o cidadão eram reconhecidos como tais ao tomar parte da competição. Na narrativa herodoteana, a já citada participação do rei Alexandre I na corrida do estádio demonstra isso. Em seu discurso, Heródoto (5.22) reconhece a autoridade dos *hellanodikai* para

ratificar a identidade grega do monarca macedônio. Há assim um primeiro aspecto político no evento, no sentido de que este é entendido como um campo privilegiado para reconhecer-se grego perante os outros gregos, ainda que tal identidade seja mutável. Como bem coloca Remijsen (2019, p. 55) “atletas não competiam em Olímpia ou outros eventos de importância porque eram aceitos como gregos; eram aceitos como gregos porque lá competiam”.

Para possibilitar reunião de tamanho porte, já que milhares de indivíduos de diferentes locais reuniam-se no santuário periodicamente, havia uma proteção sagrada aos envolvidos, chamada de *ekkekheiria* pelos antigos gregos. Ela era uma espécie de “salvo-conduto que assegurava a inviolabilidade dos atletas e espectadores em sua viagem a Olímpia e no regresso a seus lares” a fim de que os conflitos bélicos não os impedissem de comparecer aos jogos (GARCÍA ROMERO, 2004, p. 441). A proclamação da *ekkekheiria* era feita por emissários de Élis, que percorriam toda a Grécia anunciando seu início. Seu objetivo não era a suspensão das guerras, mas sim garantir que os envolvidos no festival olímpico pudessem se deslocar em segurança pelos confins do mundo helênico, mesmo quando atravessassem o território de uma pólis que estivesse em guerra com a sua própria cidade (GARCIA ROMERO, 2004; BROSE, 2023).

Ao considerar que, em um período de centenas de anos, a trégua foi violada pouquíssimas vezes (PALEOLOGOS, 2004),²⁵ torna-se clara a primeira característica dos Jogos Olímpicos da antiguidade: eles são uma grande expressão da identidade pan-helênica. Ora, apesar das diferenças culturais, geográficas e políticas entre as pólis gregas, estas concordavam em obedecer às normas de Olímpia, incluindo aí as regras das competições, a autoridade dos *hellanodikai* e a trégua sagrada. Dada a diversidade e distância entre os povos helenos, é digno de admiração que tamanha cooperação tenha perdurado por séculos a fio. Talvez a consciência de que os Jogos Olímpicos eram uma instituição de todos os que se denominavam gregos ajude a explicar sua longevidade.

Outro aspecto que demonstra a característica pan-helênica do festival olímpico é a contagem de tempo. Conforme aponta Christesen (2007), até o século V a.C. não havia um sistema de registro cronológico utilizado por mais de uma pólis grega. Cada uma delas identificava os anos conforme o arconte epônimo que ocupava o cargo à época, de modo

²⁵ Pausânias (6.2.2-6.2.3) menciona que na 90ª Olimpíada (420 a.C.), Licas de Esparta venceu a quadriga representando Tebas, pois os espartanos estavam banidos dos jogos devido à invasão a Lépreo durante a trégua sagrada. Pelo artifício, Licas foi chicoteado pelos *hellanodikai*, castigo que posteriormente desencadeou uma batalha entre espartanos e eleus dentro do próprio *altis*.

que, se alguém quisesse comunicar um evento para o grande público, se depararia com um conjunto bastante confuso de sistemas de reconhecimento de tempo. A popularização de sistemas cronológicos unificados, como a primeira lista de vencedores olímpicos, que associava anos individuais a vencedores da corrida do *stadion*, elaborada por Hípias de Élis em cerca de 400 a.C., pode ser explicada, ao menos em parte, pelo “apelo pan-helênico” das Olimpíadas e o sentimento de familiaridade que elas despertavam (CHRISTESEN, 2007, p. 11).

A segunda característica que se destaca no exame dos Jogos Olímpicos da antiguidade é sua proficuidade material e social. Embora a organização do festival não oferecesse premiação monetária, aquele que conquistava a coroa de oliveira obtinha prestígio social, oportunidades e fama. Além disso, é fato que ele também recebia – de fontes externas a Olímpia – fartas recompensas materiais e sociais por seu triunfo. Era comum que diferentes pólis premiassem seus vencedores nativos em espécie, como demonstra o caso de Atenas, que na época de Sólon (638-558 a.C.), recompensava vencedores olímpicos com 500 dracmas e vencedores ístmicos com 100 dracmas (GARCÍA ROMERO, 2004; PENTÁZOU, 2004; LESSA, 2017, p. 39). Para se ter uma ideia da grandiosidade dessa quantia, um dracma equivalia a um cordeiro (PENTÁZOU, 2004) ou um dia de trabalho de um artesão (BROSE, 2023). Além disso, governos frequentemente concediam vantagens políticas e sociais aos campeões, como cargos públicos, assentos de honra nos jogos locais e isenção do pagamento de impostos. Em Esparta, por exemplo, aqueles que conquistavam a coroa de oliveira recebiam o mais alto privilégio social, isto é, eram considerados entre “os iguais” (*homoioi*), desfrutando do direito de lutar ao lado do rei na guerra (PENTÁZOU, 2004, p. 157).

Abaixo dos Jogos Estefanitas, havia também competições de menor porte, de abrangência local, que ofereciam premiação material. De acordo com Christesen & Stocking (2021), esses eventos forneciam desde prêmios modestos a grandes quantidades de bens ou dinheiro, incluindo taças de prata, ânforas contendo óleo, animais e escudos de combate. Recompensar materialmente atletas exitosos parece ser prática antiga, já que, na *Iliada*, Aquiles fornece diversos prêmios aos participantes dos jogos fúnebres dedicados a Pátroclo, como animais, armas e metais (Hom. *Il.* 8-535-897).

Assim, é perceptível que as competições na Grécia antiga giravam, em grande parte, em torno de recompensas materiais e sociais. Tendo em conta que os Jogos Olímpicos representavam o ápice da trajetória atlética, sendo reservados apenas aos melhores competidores (e mais ricos, no caso das provas equestres), pode-se considerá-

los um meio de mobilidade social, envolvendo, como ressalta Brose (2023, p. 52), “muito dinheiro, muitos riscos, inclusive de vida, mas que também podia mudar radicalmente a vida de um indivíduo”.

A estrutura ritualizada do santuário de Olímpia é a terceira característica evidenciada. Os procedimentos lá realizados, os gestos executados, as palavras ditas tinham caráter sagrado e se dirigiam aos deuses e heróis adorados pelos antigos gregos. Os envolvidos no evento, ao cumprirem periodicamente o que Durkheim ([1912] 2018, p. 375) chama de “culto positivo”, faziam “renascer junto deles as forças espirituais” de que necessitavam para reforçar o tecido social que os unia. As práticas rituais, portanto, forneciam um senso de propósito acima das coisas terrenas, uma força motivadora que se sobrepunha aos interesses mundanos. O efeito transcendente que causavam, contudo, dependia do estrito cumprimento da referida liturgia.

Havia toda uma série de sacrifícios, juramentos e outros atos a serem minuciosamente observados antes, durante e após os jogos. Previamente ao início das disputas, atletas, familiares de atletas, treinadores e árbitros juravam, diante dos genitais de um javali, não violarem as regras do festival (Paus. 5.24.9). Sacrifícios eram realizados após o pentatlo e as corridas de cavalos (Paus. 5.9.3). Fora do período dos jogos, o programa ritual também era intenso. Mensalmente, dezenas de ofertas sacrificiais tinham lugar em Olímpia, devendo ser realizadas em uma ordem específica. Acreditava-se inclusive que os restos mortais dos animais sacrificados eram sagrados, pois até as aves de rapina típicas da região abstinham-se de consumi-los. Qualquer alteração nesse processo era considerada negativa: até a simples incidência de moscas nas vísceras depositadas nos altares era considerada “sinal de mau augúrio para o sacrificador” (Paus. 5.14.1). Cidadãos particulares também costumavam ofertar aos deuses por conta própria, o que evidencia o caráter extremamente ritualizado do santuário de Olímpia.

A quarta característica das Olimpíadas antigas é que elas configuravam campo de disputa política. Dada sua imensa importância, propõe-se aqui a compreensão da vitória no festival olímpico como uma mercadoria política, uma *commodity* que, segundo Papakonstantinou (2013, p. 114), tinha valor de troca em uma “barganha política” ou acordo econômico. O entendimento entre Címon e Pisístrato é um exemplo disso. A vitória no *stadion* de Dícon de Caulônia, que se declarou siracusano por dinheiro na 99ª Olimpíada, pode ser entendida também dessa forma. Esses tipos de relações transacionais se inserem no costume da aristocracia pan-helênica de trocar presentes no contexto de amizades ritualizadas ou alianças políticas. Tal dinâmica é verificada também no teatro

ateniense, onde os *choregoi*, cidadãos da elite responsáveis pelo financiamento e organização de peças teatrais utilizavam a visibilidade e importância sociopolítica do teatro para obter “vantagens de sustentação e de poder num espaço político onde se prezava uma imagem imbuída de dedicação e envolvimento (também financeiro)” às encenações artísticas (PUGA, 2022, p. 135). Considerando que o triunfo em disputas atléticas ou teatrais era sinônimo de prestígio, estas eram fundamentais para obter vantagens nos círculos de poder, cada vez mais abertos à disputa em regimes democráticos como o ateniense. Nesse sentido, Papakonstatinou (2013) enfatiza que tais relações poderiam envolver não apenas a troca de objetos, mas também de serviços e até de vitórias olímpicas.

Outro aspecto que sobressai sobre as disputas políticas envolvendo o festival era o controle sobre o santuário e a organização do evento. Élis desempenhava ambas as funções, o que lhe conferia certo poder em vista do apelo pan-helênico da competição. A autoridade dos *hellanodikai* era respeitada pelos gregos e a estrutura normativa em Olímpia garantia que suas decisões fossem irreversíveis. A prerrogativa de aplicar punições é exemplo disso. Daí o castigo a Licas de Esparta na 90ª Olimpíada: ele desafiou o banimento imposto aos espartanos, ato pelo qual foi chicoteado. Para punir de forma tão vexatória uma figura proeminente como Licas, é provável que os *hellanodikai* quisessem tornar o caso um exemplo para todos os gregos de que sua autoridade não deveria ser questionada. Assim, se as Olimpíadas eram um bem que pertencia à totalidade dos helenos, quem ditava as regras nelas eram os eleus apenas.

Cabe ainda refletir sobre uma aparente contradição entre a sacralidade dos jogos e as ambições políticas e monetárias que os norteavam. Nas fontes analisadas, não parece haver a exclusão de um aspecto em função do outro, isto é, os gregos antigos pareciam tolerar a ambição pela premiação material e pelas vantagens políticas que a vitória proporcionava ao mesmo tempo que acreditavam estar presenciando atos de exaltação aos deuses. O interesse pelo poder caminhava lado a lado com a devoção religiosa em Olímpia. Essas duas dimensões poderiam, inclusive, convergir. Ora, se um atleta era escolhido pelos deuses para triunfar sobre os outros, é justo pensar que tal favorecimento divino também resultasse em outros tipos de recompensa, como cargos políticos e um bolso cheio de dinheiro. Essa provavelmente é a repercussão de maior importância para o escopo de minha pesquisa, já que o alegado “desinteresse” material do atleta nunca se verificou nas Olimpíadas da antiguidade. O interesse político e financeiro fazia parte de sua essência, juntamente com a adoração aos deuses.

Diante disso, o aparente antagonismo entre as ambições monetárias e a sacralidade da competição olímpica – um dos argumentos mais utilizados por Coubertin para excluir o trabalhador dos Jogos Olímpicos modernos – não encontra fundamento na Grécia antiga, já que lá essas duas dimensões caminhavam lado a lado. Píndaro em sua *Olímpica* 9, dedicada a Efarmosto de Opunte, exemplifica essa associação. O atleta, multicampeão na luta, é exaltado porque quando jovem competiu e venceu nos jogos de Heracleia “por taças prateadas” (Pind. *Ol.* 9.137). Seu sucesso, porém, não se devia apenas à habilidade, pois Efarmosto “de um deus é aliado” (Pind. *Ol.* 9.164). Tanto é que ele dedicou a coroa obtida em Olímpia a Ájax (Pind. *Ol.* 9.166-168), divindade importante para os lócrios. Desejo material e devoção religiosa conviveram, assim, no campeão olímpico da antiguidade.

1.4 Conclusões preliminares

As fontes examinadas e as publicações consultadas permitiram caracterizar os *agones* gregos e as Olimpíadas da antiguidade. As práticas agonísticas tinham caráter militar, status mítico-sagrado, eram socialmente estratificadas e preparavam para a vida cívica. Elas surgiram da guerra e de ritos religiosos, sendo majoritariamente restritas ao modo de vida aristocrático. Eram também – ainda que posteriormente democratizadas – uma forma de expressão das diferenças sociais na sociedade grega, estabelecendo quem devia ser considerado cidadão ou não e demonstrando as hierarquias socioeconômicas entre esses próprios cidadãos. Ainda, eram um meio de exercer a civilidade, de treinar e desenvolver as habilidades necessárias para a vida pública com excelência.

Também foram investigadas a origem, dinâmica e principais aspectos dos Jogos Olímpicos da antiguidade (pan-helênicos, materialmente rentáveis, ritualizados e campo de disputa política). Eles foram uma das grandes expressões da identidade pan-helênica entre os povos gregos antigos, os quais demonstravam respeito à autoridade dos *hellanodikai* e à trégua sagrada, cooperando por centenas de anos para que os jogos ocorressem. Triunfar nas competições atléticas era um feito bastante valorizado, sendo comum que os vencedores fossem recompensados materialmente por suas conquistas. Destes, apenas os melhores chegavam a competir em Olímpia, considerada a maior de todas as disputas. Aqueles que lá alcançavam a vitória obtinham significativas vantagens pecuniárias e sociais, sendo glorificados e admirados por toda a Hélade, principalmente em seus locais de origem.

Além disso, a participação nos Jogos Olímpicos tinha valor político. Havia uma ligação entre o atleta vitorioso, sua família e sua pólis. Para esta, a glória de ter um campeão olímpico entre os seus elevava o prestígio entre os povos gregos, o que era especialmente importante para as cidades mais distantes, pouco conhecidas no mundo heleno. Para os aristocratas, o apelo popular ligado ao êxito olímpico era frequentemente utilizado para consolidar a imagem de distinção social perante as classes populares, o que configurava um cenário de contenda política no qual a vitória tinha um peso considerável, podendo ser trocada ou vendida de acordo com as ambições do atleta vencedor. Detienne (2004, p. 144) ressalta os atributos esperados do cidadão de então, preocupado com o bem comum: ele deve ser direito e virtuoso, destacar-se na guerra e ser portador de “uma nobreza ajustada à cidade”. Em suma, ele não pode ser “um homem sem qualidades”, sendo as Olimpíadas campo privilegiado para colocá-las à prova. O festival olímpico antigo pode, assim, ser caracterizado como uma expressão da identidade pan-helênica (ainda que esta fosse cambiável), no qual a proficuidade material e social era significativa e onde se travavam disputas políticas em torno de questões variadas.

Quando se considera os objetivos aqui propostos, verifica-se a importância de analisar tanto o aspecto político quanto as divisões sociais expressas nos *agones*. Ora, as competições olímpicas modernas que examino tinham projetos políticos próprios e seus idealizadores buscaram legitimá-los com base na tradição grega antiga. Investigar como as características dos Jogos Olímpicos da antiguidade foram interpretadas é, assim, fundamental, especialmente no que concerne às interdições sociais e todo o interesse material envolvido, pois tais características foram apropriadas por Pierre de Coubertin em seu próprio projeto olímpico. Na Introdução, já expus algumas barreiras sociais e de gênero que foram impostas nas Olimpíadas idealizadas pelo Barão: nelas, somente atletas amadores do gênero masculino poderiam participar. Os motivos (reais ou declarados) para essas exigências, contudo, demandam um exame mais detalhado, pois relacionam-se a questões políticas e sociais chaves na passagem do século XIX para o século XX.

A seguir, investigarei por que um entusiasta francês do esporte e estudioso da cultura grega antiga criou, cerca de 1.500 anos depois do fim do festival em Olímpia, uma competição esportiva que alegava resgatar valores essenciais à sociedade da época, dando-lhe o nome de Jogos Olímpicos.

CAPÍTULO 2

Jogos Olímpicos modernos e olimpismo

A cerimônia de abertura da 33ª Olimpíada da era moderna, realizada em Paris em 2024, foi objeto de polêmica nos dias subsequentes à sua realização. Uma cena específica em que a disposição dos personagens, entre eles *drag queens*, supostamente fazia alusão à Última Ceia foi alvo de crítica por algumas instituições, como o Vaticano. A Igreja Católica francesa afirmou que o evento incluía cenas de “zombaria ao cristianismo”. Em resposta, a organização do evento afirmou que a *performance* não tivera intenção de ofender qualquer religião e sim a de celebrar a diversidade. O diretor artístico da cerimônia de abertura, Thomas Jolly, argumentou ainda que sua inspiração fora Dioniso, deus do vinho e pai de Sequana, deusa ligada ao Rio Sena, local em que ocorreu a referida abertura. A ideia de Jolly era, em suas próprias palavras, “criar uma grande festa pagã ligada ao deus do Olimpo”.²⁶ Interpretações e polêmicas à parte, é inegável que a antiguidade grega se liga inextricavelmente às Olimpíadas modernas criadas por Pierre de Frédy (1863-1937), o Barão de Coubertin.

Considerando os princípios do olimpismo criados pelo Barão, provavelmente ele não concordaria com as características atuais do evento, considerada por David Goldblatt (2016, p. 2) uma “burocracia global promotora de uma celebração comercializada e secular da universalidade humana”. Mas, então, como o aristocrata francês concebeu os Jogos Olímpicos? Quais eram seus objetivos e de que modo a antiguidade grega se insere em seu projeto? Para tratar dessas questões, inicialmente examinarei o contexto histórico de invenção do esporte moderno e as disputas de classe aí inseridas. Depois, analisarei o conceito de amadorismo e como este foi utilizado para excluir o proletariado das competições. A educação e a trajetória de Pierre de Coubertin até a criação dos Jogos Olímpicos serão, então, investigadas de modo a compreender como ele elaborou seu projeto olímpico e como a Grécia antiga nele se insere. A grande influência que os Jogos Olímpicos de Much Wenlock exerceram no aristocrata francês e a relação destes com o atletismo grego antigo serão em seguida analisadas. O intuito é estabelecer em que sentido as Olimpíadas antigas foram interpretadas, visto que forneceram ao esporte uma

²⁶ Organização de Paris 2024 se desculpa por suposta paródia de “A Última Ceia”. CNN, 29 jul. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/esportes/olimpiadas/organizacao-de-paris-2024-se-desculpam-por-suposta-parodia-de-a-ultima-ceia/#:~:text=Os%20organizadores%20da%20Olimp%C3%ADada%20de,Cat%C3%B3lica%20e%20por%20grupos%20crist%C3%A3os>. Acesso em: 18/09/2024.

dimensão ético-religiosa pensada para conservar a ordem social. Os desenvolvimentos obtidos serão comparados com os do capítulo seguinte, dado que o objetivo mais amplo da dissertação é analisar como os projetos políticos do Barão e do movimento operário apropriaram-se da tradição grega, cada um com seu propósito.

2.1 Surgimento e popularização dos esportes modernos

Para Collins (2013), o que possibilitou o surgimento e a popularização do esporte moderno foi uma profunda mudança ocorrida na sociedade britânica. Em meados do século XVIII, a economia inglesa estava se tornando capitalista: era, portanto, um sistema econômico feito para gerar lucro. De acordo com o autor, são três os aspectos associados a essa transformação que ajudam a compreender esse fenômeno. O primeiro foi a emergência de algumas ideias, como a do interesse privado e da competição entre os indivíduos, tidas à época como naturais e, de certa forma, saudáveis nas sociedades (COLLINS, 2013, p. 4). A máxima presente no *Leviatã* da “guerra de todos contra todos” (HOBBES, [1651] 2003, p. 112) e as crenças de que o ser humano era intrinsecamente egoísta e agia por interesse próprio eram argumentos amplamente presentes nas discussões econômicas e filosóficas à época.

O segundo aspecto consiste na transformação de três dos principais *sports* ingleses, quais sejam, as corridas de cavalo, o boxe e o críquete. Estes deixaram de ser exclusivamente associados à guerra, à religião e/ou a festividades e passaram a apresentar formalização de regras e capacidade de gerar renda, fosse através de espectadores que pagavam para assistir a uma competição entre indivíduos remunerados para treinar e competir ou mediante a realização de apostas esportivas. Competir, ganhar e lucrar eram valores fulcrais para os entusiastas dos esportes. Além disso, estes costumavam colocar quantias extravagantes em apostas, o que convergia perfeitamente com o recém estabelecido mercado da especulação financeira. No processo de formação dos esportes modernos, o mercado de apostas foi assim fundamental, pois representou o suporte material que essa nova manifestação corporal precisava para se consolidar. A nobreza britânica teve papel fundamental no processo. Até o início do século XIX, a quase totalidade do financiamento de eventos esportivos era controlada por uma rede informal de aristocratas conhecida como *The Fancy* ou, em uma tradução livre, “Os Extravagantes” (COLLINS, 2013, p. 4).

Dentre as três modalidades que inicialmente se desenvolveram, o críquete foi o único esporte coletivo ostensivamente praticado pela aristocracia inglesa. De acordo com Richard Holt (1989, p. 26), o padrão de organização era o seguinte: um lorde dono de terras patrocinava a disputa, que ocorria entre equipes formadas tanto por nobres quanto por indivíduos comuns residentes da vila mais próxima. Em 1743, por exemplo, cerca de 10 mil pessoas assistiram a um jogo de críquete em Finsbury, número que demonstra sua popularidade. Para deixar claro a quem me refiro quando menciono nobres entusiastas do esporte, recorro a Hobsbawm ([1977] 2016, p. 41), que caracteriza a aristocracia inglesa como o grupo de indivíduos, dotado de privilégios de *status* e nascimento, que também possui riqueza considerável e propriedade de terras.

O terceiro aspecto apontado é o crescimento da imprensa. Com o fim das restrições sobre publicações impressas na Inglaterra no fim do século XVII e a expansão das artes e outras atividades ligadas ao lazer no século seguinte, houve um grande aumento no número de jornais e revistas locais e nacionais. Entre os anos de 1750 e 1790, por exemplo, a quantidade de títulos desse tipo passou de cerca de 100 para 370 (WILIAMS, 2007, p. 17). A partir de então, o esporte veio a ocupar as páginas dos periódicos, desenvolvendo uma relação quase simbiótica que perdura fortemente até os dias de hoje. Se, por um lado, a imprensa obtinha receita oriunda de investidores esportivos através de anúncios pagos, por outro, os eventos esportivos adquiriam visibilidade e passavam a fazer parte do discurso do dia a dia. A própria popularização e codificação do esporte moderno não seria possível sem o concomitante desenvolvimento dos jornais e revistas (COLLINS, 2013, p. 6).

Algumas publicações em periódicos da época ilustram bem esses três aspectos. O *London Gazette*, em um anúncio de 1750 sobre as corridas de cavalo de Salisbury que seriam realizadas naquele ano, descreve uma série de normas para participação no evento. Estas disciplinavam a idade dos cavalos competidores (seis anos, no caso em questão), os documentos que deveriam ser apresentados pelos seus proprietários, as premiações para os vencedores e o número mínimo de animais inscritos para que a corrida ocorresse.²⁷ Já o *Newcastle Courant*, ao divulgar a corrida de Westmiller em 1765, informa que “grandes apostas são esperadas, já que os cavalos são supostamente equivalentes em termos competitivos”.²⁸ A importância da formalização de regras, dos anúncios na imprensa e

²⁷ Salisbury races. *London Gazette*, London, n. 89417, p. 4, 31 March-3 April 1750.

²⁸ Intelligence extraordinary. *Newcastle Courant*, Newcastle upon Tyne, n. 4644, p. 2, 21 September 1765.

das apostas fica assim evidente ao se examinar o processo de formação e popularização do esporte moderno.

Outro exemplo de tal conexão entre esses três elementos é o boxe. De acordo com Kasia Boddy (2008, p. 1), há registros de que lutas com os punhos ocorriam ao menos desde o III milênio a.C. no Egito e na Mesopotâmia. Além disso, também aponte no capítulo anterior que o pugilato era bastante popular entre os antigos gregos. Já a arte medieval pouco retrata combates dessa natureza, pois eles eram considerados prática de plebeus em oposição às atividades de cavalaria da nobreza. Após a Restauração Inglesa,²⁹ muitos jogos rurais tradicionais, dentre eles as lutas com os punhos, tornaram-se populares nas cidades em expansão, sendo apoiados pela aristocracia urbana e apreciados pelo crescente número de trabalhadores (BODDY, 2008, p. 26).

Contudo, o surgimento do boxe enquanto esporte propriamente é verificado a partir do século XVIII, quando o financiamento dos ricos e poderosos a lutas desse tipo torna-se frequente. Em 1723, por exemplo, o rei George I ordenou a construção de um ringue no popular *Hyde Park* em Londres. O Lorde de Cumberland, por sua vez, foi patrocinador de um dos pugilistas mais famosos à época, John Broughton. O volume financeiro empregado, fosse para pagamento de atletas ou colocado em apostas – hábito popular na Inglaterra do século XVIII –, teve ainda outros desdobramentos. Para que houvesse condições objetivas de se apostar em um resultado, fazia-se necessário que regras publicamente expostas disciplinassem as disputas. O projeto iluminista de codificação e criação de leis expandiu-se, assim, para o boxe. O primeiro conjunto de regras para a modalidade foi escrito em 1743, sendo denominado *Broughton Ring Rules*.³⁰ Tal regramento disciplinava o início e o fim de um *round*, como o dinheiro da premiação deveria ser distribuído e como se determinava o vencedor/perdedor. Três anos depois, apostadores ingleses introduziram a divisão dos lutadores em categorias de peso (leves, médios e pesados). Já em 1838, o boxe contava com um conjunto de 29 regras denominado *English Prize Ring Rules* (BODDY, 2008, p. 29-30).

²⁹ A Restauração Inglesa (1660-1688) foi o restabelecimento, em maio de 1660, da monarquia Stuart na Inglaterra, Escócia e Irlanda. O período foi marcado pelo regresso de Carlos II ao trono (1660-1685) após o Protetorado de Oliver Cromwell. No reinado de Carlos II, os bispos foram devolvidos ao Parlamento, que estabeleceu uma rigorosa ortodoxia anglicana. O governo de Jaime II (1685-1688) também é considerado parte do período, que se caracterizou pela expansão do comércio colonial, pelas guerras anglo-holandesas e pelo desenvolvimento do teatro e da literatura. Segundo Guttman (1985), o tempo gasto para vencer caminhadas e corridas também começou a ser registrado nesse período, refletindo o processo de transformação de jogos em esportes, dos quais a quantificação é uma das características.

³⁰ Uma reprodução integral das *Broughton Ring Rules* pode ser encontrada em Boddy (2008, p. 31).

Similarmente às corridas de cavalo, o boxe aparecia com frequência nos periódicos. O ano de 1788 marcou o início de uma série de lutas amplamente divulgadas entre os famosos pugilistas Richard Humphries e Daniel Mendoza que, além de trocarem socos no ringue, trocaram hostilidades em declarações publicadas nos jornais da época. A primeira luta entre eles é descrita com detalhes na capa do *Derby Mercury* de 10 de janeiro de 1788, que ressalta que o combate “foi o melhor já visto” e que os dois adversários demonstraram “técnica e habilidade sensacionais”.³¹ Após perder a primeira luta, contudo, Mendoza escreveu a um jornal inglês queixando-se da falta de coragem de seu adversário, desencadeando uma batalha de palavras com Humphries que culminou no arranjo para mais dois confrontos entre os lutadores (BODDY, 2008, p. 39). A rivalidade entre Humphries e Mendoza, amplamente explorada pelos jornais no final do século XVIII, é bastante ilustrativa do papel fundamental da imprensa na popularização do boxe.

Em consonância com a definição de esporte proposta por Guttmann (1979),³² pode-se ver no processo de esportivização do boxe e das corridas de cavalo a incorporação, a partir do século XVIII, de características como igualdade (divisão em categorias de peso/idade dos cavalos), racionalização (criação e detalhamento de regras) e quantificação (critérios objetivos para se definir a vitória/derrota). Essas modalidades, longe de serem exceção, são exemplos de como a aristocracia inglesa, já com um espírito comercial pautado nos valores capitalistas do “lucro máximo” e “liberdade de iniciativa”, ajudou a elaborar uma nova forma de cultura corporal fundada nesses valores: o esporte moderno. De fato, esse é um dos casos em que os aristocratas adotaram e internalizaram ideias liberais burguesas (HOBSBAWM, [1977] 2016, p. 65).

Com a crescente comercialização dos eventos esportivos a partir da segunda metade do século XVIII, houve uma expansão tanto no número de praticantes quanto dos espaços destinados a essa atividade. Simultaneamente, as transformações sociais na Inglaterra levaram à diminuição do poder e influência aristocráticos, de forma que outros grupos, como a classe média, começaram a empreender no ramo esportivo. Tal mudança foi vista negativamente pelos aristocratas, então proprietários das principais competições. Segundo Collins (2013, p. 28), o Barão Alderson teria dito em 1844 que esse era o

³¹ Boxing. *Drewry's Derby Mercury*, Derby, n. 2904, p. 1, 10-17 January 1788.

³² Conforme discutido no capítulo 1 (ver p. 25), Guttmann (1979, p. 7) entende os esportes como “competições físicas lúdicas” que possuem regras, igualdade formal e quantificação de resultados, entre outras características.

principal motivo para a corrupção ligada ao esporte, já que testemunhara “com grande pesar cavalheiros (*gentlemen*) se associando com pessoas abaixo de sua posição”.

Para Hobsbawm ([1987] 2020), a nova classe média inglesa,³³ empenhada em diferenciar-se da classe operária, teve papel fundamental nesse processo. À época, três características eram reconhecidas como sinais de pertencimento à classe média: acesso à educação formal, especialmente a secundária; um certo nível de rendimento financeiro; e moradias sensivelmente diferentes das do proletariado, geralmente em subúrbios vistosos. Dentre os novos locais de socialização desse estrato social, os clubes esportivos tornaram-se proeminentes, refletindo o novo estilo de vida urbano e seus espaços de recreação (COLLINS, 2013, p. 11).

Tais clubes ou sociedades esportivas, entendidas por Peter Clark (2000, p. 12) como “associações privadas, predominantemente masculinas, cujos membros reúnem-se regularmente, de preferência em locais propensos ao consumo de álcool, para exercer sua sociabilidade com um propósito específico”, expandiram-se ao longo do século XIX. Clubes de futebol amador, por exemplo, eram bastante numerosos em 1880, com as cidades de Liverpool e Birmingham abrigando respectivamente mais de 100 e 300 organizações do tipo. Associações de rugby, de caráter mais restrito, foram fundadas em número aproximado de 270 entre 1870 e 1900. Nas duas décadas seguintes, mais 80 clubes dessa natureza foram criados (CLARK, 2000, p. 475).

Boa parte das federações nacionais de cada modalidade também foi criada nesse período. Elas desempenharam o papel fundamental de uniformizar as regras e competições, dando forma à estrutura burocrática do esporte organizado. As federações nacionais de futebol, natação, ciclismo, remo, patinação, atletismo e tênis da Inglaterra foram todas fundadas na segunda metade do século XIX. O mesmo ocorreu alguns anos depois em outros países da Europa e nos Estados Unidos (BOLLING, 2007). Esse processo de uniformização e estruturação foi conscientemente notado à época, como mostra um artigo publicado em 1889 no periódico *The Queen*, revista voltada para a alta sociedade inglesa. Ao comentar uma carta enviada por autoridades da França – dentre

³³ Hobsbawm ([1987] 2020, p. 268), embora aponte limitações para essa definição, compreende a classe média inglesa como os “servidores públicos graduados e remunerados”, os possuidores de “capital ou renda proveniente de investimentos” e/ou aqueles que “auferiam lucros e empregavam operários”, além dos chamados “profissionais liberais”. Um dos principais símbolos sociais dessa classe era o acesso à educação formal.

elas o Barão de Coubertin – às *public schools* inglesas,³⁴ com o intuito de investigar³⁵ a cultura esportiva em solo britânico, a revista rememora os tempos

[...] anteriores às ferrovias, quando cada condado ou distrito do reino tinha os seus próprios jogos ou, em todo o caso, o seu próprio estilo de jogo, quando o *singlestick* diferia do *cudgels* e a luta livre de Cumberland e Westmoreland era absolutamente diferente da praticada em Somerset, Devon e Cornwall.³⁶ Agora, com a proliferação de “equipes” de jogadores por todo o reino, e mesmo nas distantes colônias filiadas ao Império, as variações locais dos jogos perderam a sua importância, sendo gradualmente absorvidas pelas regras e códigos gerais adotados pelos principais clubes ou autoridades do jogo em questão.³⁷

As competições esportivas, eventos organizados onde as disputas ocorrem formalmente, em geral com a presença de público e arbitragem, também começaram a se proliferar à época, algumas delas sendo extremamente populares até hoje. A primeira competição de ciclismo de que se tem notícia ocorreu na França em 1868 (MIGNOT, 2016). A ginástica, em sua forma hoje praticada, foi desenvolvida na Alemanha por Friedrich Ludwig Jahn (1778-1852), que construiu o primeiro ginásio ao ar livre da modalidade em 1811. Sua difusão ocorreu em nível mundial a partir de 1820, sendo o primeiro festival nacional de ginástica o *Turnfest*, realizado na Suíça em 1832 (PUBLIO, 1997). O tiro esportivo, por sua vez, já era praticado em clubes nos maiores países da Europa desde a década de 1830 (SMITH, 2004). A edição inaugural do famoso torneio de tênis Wimbledon foi realizada em 1877 e o torneio nacional de futebol mais antigo do mundo, o *Football Association Challenge Cup*, conhecido hoje como *FA Cup*, foi disputado pela primeira vez em 1871. Os primeiros Jogos Olímpicos da era moderna ocorreram em 1896 (COLLINS, 2013).

A expansão, contudo, ainda refletia as divisões de classe existentes no fim do século XIX. Boa parte dos clubes esportivos e muitas das competições recém-criadas excluía o crescente proletariado. Tanto as *public schools* quanto os jardins suburbanos

³⁴ Para David Turner (2015, p. xii), o termo *public school* designa “uma escola independente do controle estatal que atende primariamente membros da elite com objetivo de fornecer-lhes educação formal visando a vida universitária”. Embora chamadas de “públicas”, essas instituições cobravam taxas que, na Inglaterra do século XIX, só poderiam ser pagas por famílias com vida financeira confortável.

³⁵ A carta em questão continha um questionário a ser respondido pela instituição de ensino sobre a existência de práticas esportivas no âmbito escolar. Trato do assunto mais à frente (página 70).

³⁶ *Cudgel* era um conjunto de espadas de madeira, das quais a mais longa era utilizada na mão direita para ataque e a mais curta na mão esquerda para bloqueio. Inicialmente criado para treinamento militar, passou a ser utilizado por civis em combates esportivos a partir do século XVIII. *Singlestick* era uma variação dessa luta onde se empunhava apenas a espada mais longa (MENARD, 2001).

³⁷ School Sports in France. **The Queen: The Lady's Newspaper**, London, v. LXXXV, n. 2214, p. 738, 1 June 1889.

das associações privadas eram ambientes nos quais a classe média inglesa interagira entre si, criando um “universo social fora das células domésticas autoabastecedoras” (HOBBSAWM, [1987] 2020, p. 283), isto é, locais onde indivíduos da mesma classe social podiam se relacionar para além do próprio círculo familiar. Os clubes de tênis, por exemplo, enfatizavam seu aspecto de exclusividade, sendo cercados por árvores, segundo Richard Holt (1989, p. 126), muito mais para bloquear a curiosidade das classes populares do que para fornecer proteção contra o sol. Ademais, a possibilidade de indivíduos de ambos os sexos interagirem – já que a prática dessa modalidade por mulheres era aceita –, tornou as quadras de grama um espaço privilegiado para cortejo entre rapazes e moças das classes média e alta (HOLT, 1989). Assim, o esporte servia para alargar o universo das interações sociais, podendo ser compreendido, em sua origem, como um instrumento de socialização da burguesia.

As novas manifestações esportivas, todavia, não ficaram restritas aos ambientes frequentados pelas classes média e alta. Conforme apontam Dunning & Curry (2004, p. 40), partidas de futebol com número igual de participantes em cada equipe – elemento essencial no processo de esportivização – aconteciam já na segunda metade do século XIX nos *pubs* ingleses. Essas partidas ocorriam, assim como no caso das corridas de cavalo e do boxe no século XVIII, em função do mercado de apostas. Competições de ciclismo de longa distância também já eram disputadas no final do século XIX na França e na Bélgica, promovidas por jornais e empresas fabricantes de bicicletas (MIGNOT, 2016). Tais eventos, disputados por profissionais, isto é, pessoas que competiam e/ou treinavam em troca de dinheiro, eram largamente ignoradas pelas classes abastadas, porém extremamente populares entre os operários. Em 1900, seis milhões de fãs compraram ingressos para assistir ao campeonato da primeira divisão do futebol inglês e meio milhão de pessoas ou mais jogava em ligas menores (HOLT, 1989, p. 135).

Diante do exposto, fica claro que o esporte se insere nas questões de classe do final do século XIX. Cabe ainda indagar: de que modo as manifestações esportivas vigentes buscavam legitimar as ideias sobre divisão social? Uma das chaves para responder essa questão está no amadorismo, condição inventada à época e ostensivamente empregada pelo Barão de Coubertin na elaboração das Olimpíadas modernas. Sobre esse ponto, é importante salientar que as divisões sociais aqui analisadas não eram apenas implícitas, ou seja, impressas no comportamento (consciente ou não) dos grupos ligados ao esporte, mas sim regras positivadas em diversos regulamentos de competição. Quem não fosse “amador” simplesmente era impedido de participar. Ter o poder de definir o

que constituía um amador, então, apresentava-se como prerrogativa essencial para legitimar e perpetuar a exclusão social.

2.2 O amadorismo e a exclusão do proletariado

A palavra “amador” vem do latim *amator*, que significa “aquele que ama”. Assim, o atleta amador seria aquele que pratica sua modalidade por prazer, sem buscar nenhum tipo de recompensa material. Esse amor pelo esporte possuiria algumas implicações: a) o amador obtém prazer em competir; b) a modalidade esportiva é livremente escolhida; c) o ato de competir é tão importante por si só quanto o resultado (vitória/derrota); d) a motivação para a prática vem do prazer intrínseco ligado ao próprio jogar e não de recompensas externas, como dinheiro e fama; e e) há um ambiente de camaradagem entre os envolvidos. Outra característica importante do amador é que ele trata o esporte como um passatempo em vez de uma vocação, como lazer em vez de trabalho (EITZEN, 1989).

Na prática, contudo, o amadorismo ligado ao esporte foi elaborado de formas variadas e com atributos diferentes ao longo do tempo. Matthew Llewellyn & John Gleaves (2014) argumentam que, embora tenha sido difundido como um conjunto objetivo de crenças, valores e comportamentos, o *ethos* amador se mostrou bastante subjetivo, mudando enormemente de acordo com a situação. Ele foi, portanto, “uma ideologia fluída e dinâmica, aberta a diversas interpretações e de ampla aplicabilidade”, apresentando características diversas de acordo com a modalidade esportiva e até dentro desta (LLEWELLYN & GLEAVES, 2014, p. 402). Para os objetivos propostos no presente estudo, cabe analisar algumas definições empregadas para o termo no final do século XIX e início do século XX, examinando seus aspectos, o contexto em que foram elaborados e os motivos para sua adoção.

Inventado na sociedade britânica, o amadorismo foi originalmente concebido em oposição à crescente profissionalização dos atletas e ao caráter comercial dos eventos esportivos do fim do século XIX. Antes da década de 1860, não havia a dicotomia amador x profissional. A partir do fim do século, entretanto, o esporte organizado para fins comerciais começou a eclipsar as manifestações menores, mais espontâneas e promovidas localmente. A urbanização e a industrialização contribuíram para a concentração desse mercado na mão de poucos organizadores e investidores: estes erguiam cercas, construíam estádios e lucravam com a venda de ingressos. Prêmios financeiramente significativos eram pagos aos vencedores, o que atraiu a participação das massas urbanas.

Assim, um fluxo cada vez maior de trabalhadores passou a tomar parte no mundo esportivo. Isso desafiou a hegemonia das classes média e alta, que se arrogavam um papel de liderança na sociedade, incluindo aí o fenômeno esportivo (LLEWELLYN & GLEAVES, 2014).

Estabeleceu-se, então, uma separação relativamente rígida no mundo esportivo, dentro da qual alguns casos concretos ilustram as dinâmicas de poder envolvidas. No remo e no atletismo – modalidades de muita popularidade entre o proletariado –, a exclusão de não-amadores das principais associações e competições a partir da década de 1860 evidenciava uma clara discriminação social. O *Rowing Almanack*, publicação inglesa especializada em remo, por exemplo, em sua edição de 1861, compreendia por amador apenas aquele indivíduo que houvesse frequentado estabelecimentos educacionais ou outras instituições listadas pela própria publicação e que não fosse “comerciante, trabalhador manual, artesão ou operário mecânico” (*apud* COLLINS, 2013, p. 31).³⁸

Percebe-se que nas definições analisadas tanto aqui como na Introdução da presente dissertação, há uma combinação de elementos, de modo que tanto a condição social do atleta quanto a possível renda por esta auferida pesavam na classificação. Em outras palavras, para ser considerado amador, o indivíduo teria que, concomitantemente, não exercer a maioria das ocupações assalariadas e não receber qualquer tipo de pagamento ou prêmio pela prática esportiva. A título de ilustração, o operário de uma fábrica que jogasse rugby exclusivamente por prazer ou “por amor” mesmo assim dificilmente seria considerado amador pela maioria das federações.

O próprio COI considerou problemática essa exclusão baseada em classe, expressando sua posição na publicação oficial da entidade, a *Revue Olympique* n. 14 de fevereiro de 1907. Em artigo intitulado *Questions d'amateurisme* (p. 217-219), são citados casos concretos onde atletas receberam doações, tiveram despesas pagas por terceiros ou situações afins, as quais entrariam em uma classificação nebulosa quando se

³⁸ A contradição aparente entre popularidade e elitismo no remo carece de maior explicação. Embora a modalidade fosse popular entre os trabalhadores, estes não podiam frequentar as principais competições, muitas delas vinculadas às *public schools* inglesas. Sua relação com esse esporte era a de espectador: ele acompanhava as disputas, assistia os atletas competirem, comentava os resultados com seus colegas, mas não participava ativamente do remo. Algo semelhante pode ser verificado com o automobilismo no Brasil na época de Ayrton Senna (1960-1994). As corridas eram populares entre a audiência brasileira, mas apenas uma parte ínfima dela praticava essa modalidade. É claro que na Fórmula 1 a questão não girava em torno do amadorismo, mas sim dos impedimentos monetários, já que o automobilismo é um esporte de alto custo.

considera a dicotomia amadorismo x profissionalismo. Segundo o COI (1907, p. 218), os ingleses seriam culpados disso

porque foi a Inglaterra que primeiro misturou considerações sociais na sua definição de amador. Um grupo de desportistas é perfeitamente livre de decretar que a sua porta permanecerá fechada aos operários ou mesmo àqueles que deixam crescer a barba ou que usam gravatas vermelhas; como diz o ditado, o carvoeiro é dono da sua casa. Mas que esses mesmos desportistas não venham dizer: só queremos amadores; e vós, operários, não podeis ser amadores. Isso seria tão absurdo como dizer: só queremos amadores, mas vocês, que deixam crescer a barba ou usam gravatas vermelhas, não podem ser amadores por estas razões.

A crítica prossegue afirmando que as disposições de classe foram vinculadas à condição de amador para desqualificar aqueles que não eram socialmente percebidos como à altura para pertencer a clubes de “tendências aristocráticas” (COI, 1907, p. 218). O abandono dessas exigências é, então, recomendado pela entidade, que propõe considerar amador apenas aquele que “nunca obteve qualquer lucro financeiro com o exercício físico” (COI, 1907, p. 219). Além de advogar em defesa de uma concepção mais desvinculada do status social, o texto ainda sugere a prestação de um simples juramento pelo atleta para que sua condição de amador fosse reconhecida.

Toda essa discriminação, claramente visando excluir o proletário das competições, veio em função do medo despertado pela popularização do esporte em geral e do rugby e do futebol em particular. Segundo Collins (2013, p. 32), as classes média e alta temiam que o operariado tomasse para si essas modalidades e as transformassem em mero espetáculo para as massas. Percebe-se também no texto do COI uma alusão à simbologia dos movimentos de esquerda do início do século XX, quando indivíduos que “deixam a barba crescer” ou “usam gravatas vermelhas” são mencionados. A entidade critica a manipulação da definição de amador feita pelas federações esportivas, alertando que nelas há uma rejeição explícita à massa trabalhadora e implícita aos movimentos socialistas e comunistas. O estabelecimento das condições de participação nas competições esportivas parece, assim, representar as tensões políticas da época, caracterizadas pelo receio quanto ao discurso revolucionário dos movimentos proletários. Sob essa ótica, o amadorismo aparece como elemento fundamental para interpretar melhor as ideias olímpicas do Barão de Coubertin, já que ele o colocou como um dos elementos principais dos Jogos Olímpicos.

É importante salientar, contudo, que as regras que excluíaam “profissionais” foram sendo abrandadas com o tempo, especialmente depois que as nações socialistas começaram a competir nas Olimpíadas. As tensões políticas expressas na questão do amadorismo tiveram sua importância diminuída após os Jogos de Berlim – 1936, pois o início da Segunda Guerra Mundial e o fim da SASI alteraram o panorama mundial. O sucesso da União Soviética em Helsinki – 1952 despertou a atenção do COI para a questão dos “profissionais de estado”, isto é, atletas de ponta financiados pelos governos de países de economia planificada (Barney, 2007, p. 228). Em Barcelona – 1992, a autorização para participação de atletas da *National Basketball Association* – NBA já não deixava qualquer restrição ao profissionalismo. Exigir que não houvesse remuneração em dinheiro aos participantes já não era plausível. Nas concepções iniciais do olimpismo, porém, a ideia do amadorismo era basilar. Por que ela influenciou tanto Pierre de Coubertin? Um exame sobre a origem e formação do criador das Olimpíadas modernas pode ajudar a responder essa questão. Tal exercício também pode apontar como e em que momento a antiguidade grega passou a fazer parte de seu projeto.

2.3 Pierre de Coubertin: aristocrata, anglófilo e antirrevolucionário

Nascido em Paris em 1º de janeiro de 1863, Pierre de Frédy, o Barão de Coubertin, tinha origens aristocratas. Seu pai, Charles Louis de Frédy, e sua mãe, Marie-Marcelle Gigault de Crisenoy, provinham de famílias nobres tradicionalmente associadas à liderança militar e prestação de serviços à realeza francesa. A família do lado paterno, os Frédy, apoiava a monarquia liberal de seus primos, os Orleans. Já a família da mãe, os Gigault de Crisenoy, era leal a Luís XVI e seus descendentes (CLASTRES, 2018, p. 36).

Coubertin era apenas uma criança quando Paris foi tomada pelas forças da Prússia na Guerra Franco-Prussiana (1870-1871). O tratado imposto pelo lado vitorioso em 1871 e o exílio do imperador francês contribuíram para minar os últimos vestígios de confiança e orgulho franceses. Buscando uma carreira sacerdotal para o filho, os pais de Coubertin enviaram-no ao Colégio Jesuíta Saint Ignace em 1874. Lá ele teve seu primeiro contato formal com a Grécia antiga, já que o currículo da instituição incluía grego e latim, além dos estudos religiosos. A tradição clássica que buscava equilíbrio entre corpo e mente também se fazia presente na escola, de forma que a competitividade era estimulada entre os alunos tanto na dimensão intelectual quanto na física. Estes praticavam esgrima,

hipismo, boxe e remo, modalidades nas quais o jovem Coubertin se destacava (GOLDBLATT, 2016, p. 28).

De acordo com John MacAloon (2007, p. 24), o currículo do Colégio Saint Ignace consistia essencialmente no *ratio studiorum* de 1832 com adaptações feitas para o sistema educacional francês. O estudo da gramática e a composição de textos em latim e grego antigo eram atividades predominantes nas aulas, além das preces constantes. Os conteúdos eram organizados dentro daquilo que João Batista Storck (2016, p. 152) chama de “lógica linear propedêutica”, ou seja, um curso preparava imediatamente para o seguinte. A retórica, etapa final da formação, objetivava desenvolver nos alunos não apenas o domínio da escrita e da fala, mas a habilidade de expressar-se com elegância e erudição. Os textos mais simples de Cícero e Ovídio eram utilizados no ensino da gramática latina. Já autores como Tito Lívio, Virgílio e Aristóteles eram empregados no ensino da retórica.

O ambiente escolar era extremamente competitivo, com disputas entre os estudantes sendo estimuladas a todo momento. MacAloon (2007, p. 34) cita um jogo em que toda a turma era dividida entre “cartaginenses” e “romanos”, sendo atribuídas as funções de “imperador” ou “pretor” aos melhores alunos para que estes exercessem comando sobre os demais, intitulados “baixa infantaria”. Além disso, os três melhores de cada turma compunham a “academia”, um grupo de estudantes com responsabilidades adicionais. Eles tinham que preparar-se sozinhos para as provas trimestrais, estudar conteúdos para além do currículo e apresentar para todo o colégio os resultados de seus estudos adicionais. O jovem Coubertin fez parte dessa seleta classe, o que evidencia seu aprofundamento desde cedo no estudo dos clássicos e o prestígio que conquistou em um ambiente marcadamente concorrido.

Não obstante, as memórias do Barão sobre o colégio Saint Ignace não são das mais agradáveis. Em uma conferência realizada em 1889, ao refletir sobre os ensinamentos que lá adquiriu, declarou que nas escolas francesas planava um sentimento geral de tédio, que levava professores e alunos a sofrerem “por viver num lugar no qual a vida foi paralisada, substituída por uma espécie de movimento artificial feito de rotina, de obediência e de raciocínio” (COUBERTIN, 2015, p. 114). Dada sua reverência à Grécia antiga, a crítica coubertiana parece se direcionar muito mais aos métodos de ensino franceses do que aos clássicos em si.

Quando deixou o colégio em 1880, o futuro idealizador das Olimpíadas modernas já havia rejeitado a carreira sacerdotal. Tentou o meio militar, mas foi reprovado no

exame oral em Saint-Cyr, a academia de formação de oficiais do exército francês. Restou-lhe tentar, então, outra atividade há muito desempenhada pela sua família: o serviço público. Para tanto, matriculou-se na *École Libre des Sciences Politiques* – ELSP, instituição fundada pelos filósofos Boutmy e Taine com objetivo de formar líderes capazes de recuperar a França da Comuna de Paris e da desastrosa derrota militar para a Prússia.³⁹ A doutrina da ELSP baseava-se no liberalismo político e econômico e ofertava cursos nas áreas de direito constitucional comparado, geografia comercial, história econômica e história colonial da Europa, entre outros. Coubertin conheceu ali horizontes intelectuais mais amplos, deparando-se com questões relativas à administração do império colonial francês. Tornou-se um republicano moderado e dali em diante seus esforços concentraram-se na formação das novas elites francesas,⁴⁰ dados os desafios internacionais da época (CLASTRES, 2018, p. 37).

A posição política de H. Taine (1828-1893), um dos fundadores da ELSP, pode ter influenciado o jovem Barão em sua passagem pela instituição. Taine era crítico contumaz da Revolução Francesa e da democracia direta; alegava que o princípio da soberania popular era o “germe mórbido que, ao entrar no sangue de uma sociedade adoecida, causou febre, delírio e convulsões revolucionárias” (TAINÉ, [1881] 1908, p. 228). Coubertin compartilhava dessa postura antirrevolucionária, declarando publicamente em diversas ocasiões sua aversão aos movimentos socialistas de inclinação revolucionária. Em 1888, chamou a Comuna de Paris de “governo aventureiro surgido da loucura de um dia de desordem” (COUBERTIN, 2015, p. 58) e, em 1913, ao responder às críticas feitas aos Jogos Olímpicos por um jornal socialista suíço, afirmou que o esporte atua no sentido inverso ao da luta de classes, promovendo a paz e substituindo o “mau humor” pela “alegria de viver” (COUBERTIN, 2015, p. 206).

³⁹ A Comuna de Paris foi um governo popular inspirado no jacobinismo da Revolução Francesa. Originou-se em revoltas promovidas pelas classes pobres da capital francesa após a derrota para a Prússia na guerra de 1870 e a prisão do imperador Napoleão III. Foi uma insurreição operária de duração breve (cerca de dois meses), mas que, nas palavras Hobsbawm ([1975] 2018, p. 180-181), teve grande valor simbólico porque “aterrorizou a todos pela sua mera existência”.

⁴⁰ Embora Flávio Heinz (2006) admita que não há consenso sobre o que se entende por “elite”, a imprecisão do termo permite instrumentalizá-lo de acordo com o escopo de cada pesquisa. No presente estudo, entendo elite como “o grupo de indivíduos que ocupam posições-chave em uma sociedade e que dispõem de poderes, de influência e de privilégios inacessíveis ao conjunto de seus membros” (HEINZ, 2006, p. 8). Concretamente, as condições de participação nas primeiras Olimpíadas modernas vinculavam-se a privilégios materiais e de gênero. Com raras exceções, a elite olímpica era formada por homens jovens da burguesia estadunidense ou europeia. Para Hobsbawm ([1987] 2020, p. 248), a quintessência do burguês era ser um “capitalista”, isto é, o possuidor de capital, aquele que recebia renda derivada de tal fonte, um empresário em busca de lucro ou todas essas coisas juntas.

Nos anos seguintes (1883-1887), Pierre de Frédy dedicou-se a conhecer o mundo, de modo a tentar compreender o papel da educação no enfrentamento dos problemas de cada país. A Inglaterra, visitada por membros de sua família há gerações, foi a primeira parada de sua jornada. Em 1883, então com 20 anos de idade, conheceu as *public schools* em Oxford, Cambridge, Eton, Harrow e Rugby. Em 1887, visitou mais de uma dezena delas. Suas impressões sobre a educação inglesa influenciaram profundamente a concepção do olimpismo nos anos seguintes, notadamente no que ele viu de mais interessante no sistema educacional inglês: o esporte (GOLDBLATT, 2016, p. 31).

Testemunhar crianças e adolescentes jogando futebol ou rugby não foi só o que lhe impressionou em suas viagens. O modo como essas modalidades eram disputadas também lhe chamou a atenção. Na Inglaterra, os alunos tinham autonomia para organizar seus times, regras e competições esportivas. Assim, a união entre esporte e educação observada nas *public schools* o fez repensar o sistema educacional de seu próprio país. Em discurso proferido em Paris no ano de 1887 à *Société d'Économie Sociale*, fica clara sua defesa do modelo inglês:

Os jogos proporcionam também um campo perfeito para a educação social. Sua organização recai inteiramente sobre os alunos, que formam associações entre eles; cotizam-se, escolhem líderes e os obedecem com um notável espírito de disciplina. O presidente de um clube tem como missão coordenar as equipes e ocupar-se com os brindes; o secretário convoca e o tesoureiro presta contas à assembleia geral... eis um embrião de sociedade. Não basta somente renovar o material dos jogos e se ocupar de sua manutenção, mas constroem-se elegantes edifícios com um salão e um vestiário; tudo isso é levado muito a sério, e o modo como funcionam estas associações denota nos organizadores um espírito de comunidade e uma razão dos quais nossos estudantes não seriam capazes. A revista do colégio, publicada pelos alunos, contém todas as informações desportivas e os pormenores dos gloriosos combates travados contra os representantes dos centros adversários (COUBERTIN, 2015, p. 106-107).

Aos olhos de Coubertin, o esporte é meio de formação social, pelo menos entre os ingleses. Para ele, a liberdade dada aos estudantes para administrar as competições resultava em um espírito comunitário e senso de disciplina que tornavam o sistema britânico um modelo a ser seguido. A excelência moral e física daquele povo, contudo, não se devia a alguma característica inata. O aristocrata francês não acreditava na superioridade racial dos ingleses, pois os homens eram iguais em todos os lugares, diferenciando-se apenas conforme a educação que recebiam. Em suas palavras, “a educação é acima de tudo a arte de fazer homens” (COUBERTIN, 2015, p. 43). Para

formar adequadamente a próxima geração de líderes franceses, fazia-se necessário, então, transformar a educação a eles ofertada.

Os Estados Unidos da América também foram visitados pelo jovem Barão em 1890. Sua impressão, contudo, foi diferente da que teve em solo inglês. Ele enxergou o esporte norte-americano como competitivo em demasia. Também lhe chamou a atenção negativamente o fato de os diretores das universidades organizarem toda a competição sem a participação dos alunos. Para Coubertin (2015, p. 74), os norte-americanos se dedicavam com ardor excessivo à competição, de forma que não havia sacrifícios que não fossem aceitos pelas equipes adversárias “ante uma multidão imensa e entusiasmada; tudo é organizado com vistas ao treinamento de alguns homens sobre os quais Nova Iorque, Albany, Boston etc. investirão somas fabulosas; os outros estudantes ficam de fora”. Conclui que aquilo não era educação, mas sim “criação de gado”. A busca pela vitória a qualquer custo e a passividade organizativa dos universitários estadunidenses pareciam-lhe, assim, contraproducentes.

Nos intervalos entre as viagens, Coubertin iniciou uma campanha para convencer políticos e pedagogos a incluírem o esporte na educação secundária francesa. Escreveu artigos, ministrou palestras e, com objetivo de reunir apoio, criou em 1886 o *Comité pour la Propagation des Exercices Physiques*, grupo destinado a implementar o esporte nas escolas do país. Também se inseriu no crescente mundo esportivo parisiense, sendo apontado em 1888 secretário-geral da recém-fundada *Union des Sociétés Françaises de Sports Athlétiques* – USFSA, precursora das federações esportivas francesas. Seu projeto, contudo, não foi bem aceito por boa parte das forças políticas da época: nacionalistas, católicos e republicanos não viam com bons olhos a importação do sistema oriundo de uma nação monárquica e protestante, rival da França desde ao menos a Guerra dos Cem Anos (1337-1453)⁴¹ (CLASTRES, 2018, p. 39).

Pierre de Frédy, contudo, não mudou seu discurso em função das críticas recebidas. Continuou firme no propósito de implementar o modelo das *public schools* em sua pátria. Na obra *L'Éducation en Angleterre* (1888), argumenta em tom irônico que, embora se espere que haja ódio entre as duas nações, “sempre é útil estudar o vizinho, mesmo que seja seu adversário, pois imitando-o no que tem de bom, cabe corrigi-lo e

⁴¹ A chamada Guerra dos Cem anos opôs os dois reinos mais poderosos do Ocidente medieval, a França e a Inglaterra, em uma disputa pela Coroa da França. Com a morte de Carlos IV em 1328, extinguiu-se a linhagem dos capetianos e o trono francês ficou sem herdeiros homens diretos. O rei inglês Eduardo III passou então a reivindicá-lo, pois era sobrinho de Carlos IV e considerava-se seu herdeiro masculino mais próximo (BASCHET, 2006, p. 250).

torná-lo melhor que ele” (COUBERTIN, 2015, p. 41). A opinião de seus conterrâneos de que não se deveria adotar nada da cultura inglesa na França parecia-lhe, assim, sem sentido.

A luta para implantar suas ideias levou Coubertin a buscar mais visibilidade. A Exposição Universal de 1889 realizada em Paris, na qual participou ativamente, ajudou a colocar o esporte, ainda que em segundo plano, no conjunto de invenções espetaculares da modernidade (GOLDBLATT, 2016, p. 36). As Exposições Mundiais, como bem lembra Hobsbawm ([1987] 2020, p. 56), foram palco das “grandes celebrações internacionais do progresso” e seus *stands* dividiam o mundo entre os “civilizados”, isto é, os europeus, e os “povoados nativos”, inferiores biologicamente em função de sua “raça”.⁴² O esporte, é claro, foi colocado entre as criações dos primeiros. O evento, que abrigou competições interescolares de atletismo, equitação, ginástica, esgrima e natação deu origem a campeonatos esportivos regulares na França e, como afirmou o Barão em 1931, ajudou a preparar a opinião pública para o “restabelecimento” dos Jogos Olímpicos (COUBERTIN, 2015, p. 709).

No final do século XIX, portanto, o esporte desenvolvia-se a pleno vapor, não apenas na Inglaterra, mas na maior parte da Europa ocidental. Os esforços de Pierre de Frédy para inserir o esporte na educação francesa, contudo, não lograram o êxito por ele esperado. A ideia de (re)fundar as Olimpíadas e a recepção da Grécia antiga nesse contexto não parecem ter surgido unicamente devido ao revés do projeto anterior do Barão. Ora, reformar o sistema educacional francês é um empreendimento completamente diferente de criar um evento esportivo periódico mundial que evoca os *agones* gregos. Veremos agora como tal interesse pode ter surgido.

2.4 Os Jogos Olímpicos de Much Wenlock e o olimpismo

Em preparação para a Exposição de Paris de 1889, Pierre de Coubertin enviou, em janeiro daquele ano, 7000 questionários a diversas instituições de ensino britânicas, incluindo as das colônias e ex-colônias, para investigar como eram praticados os

⁴² Em um texto de Coubertin publicado em 1908 pela *Fortnightly Review*, vol. LXXXIV, aparece a visão eurocêntrica e branca do esporte enquanto instrumento de progresso social. Segundo o Barão, caberia à juventude branca europeia guiar o resto do mundo nessa jornada. Coubertin (2015, p. 538-539) defende que “o trabalho tem de ser duradouro para exercer sobre os esportes do futuro essa influência necessária e benéfica que busco – uma influência que deve fazer deles o meio para que a juventude forte e promissora de nossa raça branca alcance a perfeição, contribuindo por sua vez desse modo para a perfeição de toda a sociedade humana”.

exercícios nos colégios e nas universidades. Obteve milhares de respostas e, com base nelas, estimou que seis milhões de indivíduos formavam o corpo de desportistas ligados a essas instituições (COUBERTIN, 2015, p. 287). Um dos respondentes foi o Dr William “Penny” Brookes (1809-1895), médico inglês e admirador da cultura grega antiga que desde 1850 organizava uma competição esportiva chamada *The Wenlock Olympic Games*, realizada anualmente em diferentes cidades do interior da Inglaterra. Os dois trocaram correspondências e o Barão foi convidado a assistir uma edição realizada especialmente para ele em 1890. Segundo Goldblatt (2016, p. 33), Brookes acreditava que tal experiência poderia ajudar o aristocrata francês a inserir o esporte em sua pátria.

A visita foi noticiada na imprensa britânica, que enfatizou a presença de Coubertin no evento. Em reportagem publicada no número 146 do periódico semanal *Wellington Journal* de outubro de 1890,⁴³ é descrita detalhadamente a dinâmica da competição. Faz-se importante examiná-la porque talvez tenha sido a primeira vez que o francês testemunhou um festival que unia competições físicas a elementos que remetiam à Grécia antiga. Os jogos realizados em Much Wenlock não eram apenas disputas esportivas, pois possuíam também um caráter ritualizado inspirado em Olímpia. Na edição acompanhada pelo Barão, a dinâmica foi a seguinte: antes do início dos confrontos, uma procissão encabeçada por um arauto percorreu a cidade anunciando o evento. Atrás dele, uma banda de música, figuras ligadas à organização, moças e rapazes locais e a cavalaria do condado de Shropshire. Os atletas e espectadores, então, se dirigiram ao local da competição, um campo aberto chamado Lindon Field, onde Brookes discursou e plantou uma árvore em homenagem ao ilustre convidado. Em seguida, as competições tiveram início. Entre elas, jogos equestres, corridas de 200 jardas (cerca de 183 metros) e de uma milha (cerca de 1600 metros). Os primeiros e segundos colocados em cada disputa receberam respectivamente medalhas de ouro e prata. A última prova, um esporte equestre de origem medieval chamado *Hurdle Tilting*, era a mais aguardada do festival e teve ritual próprio. O campeão anterior, um fazendeiro local chamado Tom Rudd, foi anunciado pelo arauto e adentrou a pista. Competiu contra outros dois oponentes e, com dificuldade, sagrou-se novamente vencedor. O público vibrou com o feito, a banda tocou uma música em sua homenagem e ele atravessou o campo para receber uma coroa de oliveira do presidente dos jogos, Ralph Benson (1862-1911). Crianças entoaram, então, uma canção de Brookes intitulada *The Victor's Ode* sob aplausos da multidão.

⁴³ Olympian Festival at Much Wenlock. *The Wellington Journal and Shrewsbury News*, Wellington, n. 146, p. 8, 25 October 1890.

À noite em um hotel, os envolvidos se reuniram para um banquete no qual o Dr. Brookes e Coubertin conversaram sobre o festival. O médico inglês declarou, entre brindes e aplausos, como os antigos helenos eram um exemplo a ser seguido, pois acreditava que “os jogos nacionais da Grécia antiga contribuíram não apenas para o vigor físico, mas também mental daquela nobre raça e deram um grande impulso à sua literatura e arte”.⁴⁴ O Barão, por sua vez, agradeceu o convite e afirmou que seu principal objetivo era fornecer treinamento físico aos jovens franceses. Em um texto publicado em dezembro de 1890 no número 12 da *Revue Athlétique*, ou seja, dois meses após a visita, ele descreve com detalhes a experiência. Algumas questões são de interesse. A primeira é que a condição social dos participantes lhe chamou a atenção: são “em sua maioria, jovens fazendeiros” (COUBERTIN, 2015, p. 276). A segunda é a que, para ele, o “prodigioso avanço” alcançado pela Inglaterra nas últimas décadas devia-se aos “vigorosos exercícios de ginástica, os jogos masculinos, os esportes ao ar livre, que trazem saúde e vida” (COUBERTIN, 2015, p. 278). A última é que a ressurreição das Olimpíadas antigas se devia não a algum grego, mas sim ao Dr. Brookes, que captou o “ideal tão puro e tão prático, tão divino e tão humano ao mesmo tempo” (COUBERTIN, 2015, p. 275) da civilização helênica.

Levando em consideração os aspectos discutidos no capítulo 1, é possível afirmar que o caráter ritualizado do festival em Much Wenlock o aproxima das Olimpíadas antigas. Em ambos os eventos, há uma sequência de atos a serem realizados antes e depois da competição propriamente dita: palavras são ditas e gestos são realizados em uma sequência cuidadosamente observada. Na Inglaterra, a procissão liderada pelo arauto percorria a região de Shropshire anunciando o início do festival da mesma forma que os emissários de Élis proclamavam a *ekkekheiria* por toda a Grécia. Ademais, os sacrifícios e juramentos que antecediam as competições em Olímpia encontram paralelo nos discursos e homenagens feitos antes das disputas em Lindon Field. A premiação da vitória com um coroa de oliveira é característica comum aos dois eventos, assim como as canções de louvor ao campeão entoadas após as provas, fossem elas de autoria do Dr. Brookes ou de Píndaro.

Evidentemente, há uma dimensão secular nos ritos de Much Wenlock que não havia nos *agones*. Os procedimentos, gestos e palavras evocadas pelos ingleses tinham um caráter de evocação à tradição grega, não de crença propriamente dita em Zeus e

⁴⁴ Olympian Festival at Much Wenlock. *The Wellington Journal and Shrewsbury News*, Wellington, n. 146, p. 8, 25 October 1890.

outras divindades. Mas as divisões sociais expressas e legitimadas em Olímpia manifestavam-se também nos jogos do Dr Brookes, porém, sob uma dinâmica diferente. Neles, nobres e industriais patrocinavam e dirigiam as competições enquanto cidadãos locais disputavam as provas. Ao contrário da antiga Grécia, mulheres eram admitidas, mas em provas diferentes das dos homens. Cabia, assim, às elites apenas o patrocínio e gestão do evento.

A questão material também teve peso nos jogos. De 1850 até 1867, premiação em dinheiro era fornecida aos vencedores, pois o objetivo declarado de Penny Brookes era “a promoção do desenvolvimento físico, moral e intelectual” dos habitantes da região, especialmente as classes trabalhadoras (*apud* BEALE, 2011, p. 25). O alcoolismo era um problema comum em Shropshire e, na opinião de Brookes, a premiação pecuniária atrairia a população local que, em regra, tinha situação financeira precária. A partir de 1868, contudo, episódios negativos envolvendo atletas profissionais, como manipulação de resultados, levaram os organizadores a abolirem a premiação pecuniária (BEALE, 2011, p. 64-65). Na Olimpíadas antigas, por outro lado, não fazia sentido a oposição entre dinheiro e jogo limpo, de modo que a glória olímpica coexistia com o enriquecimento. Os eleus, é claro, combatiam e puniam as fraudes nos *agones*, porém, não viam problema nas recompensas financeiras que os envolviam. O já mencionado caso de Dícon de Caulônia ilustra bem essa coexistência. Sabia-se que ele fora pago para declara-se siracusano na 99ª Olimpíada (384 a.C.), pois a estátua que exaltava sua vitória naquela edição ainda estava de pé quando Pausânias (6.3.11) visitou o santuário centenas de anos depois. A preservação do monumento mostra que a conquista de Dícon, ainda que motivada por lucro, era digna de admiração entre os gregos.

No evento inglês, contudo, a Grécia foi interpretada como um ideal de equilíbrio físico e moral a ser seguido: as classes trabalhadoras deveriam se espelhar no modelo dos atletas olímpicos antigos, desenvolvendo força, disciplina e virtude mesmo sem a expectativa de recompensa material. A medalha dada aos campeões, comissionada pelo Dr Brookes a um artista local, expressa essa ideia ao carregar um trecho da ode *Olímpica* 6 de Píndaro: “muitos irão lembrar-se de algo belo se ganho com labor” (Pind. *Ol.* 6.16-17).

Pouco mais de dois anos após sua estada em Much Wenlock, Coubertin proferiu na Sorbonne o famoso discurso no qual propôs a “restauração” dos Jogos Olímpicos. A fala ocorreu na conferência realizada em comemoração ao aniversário de cinco anos da *Union des Sociétés Françaises de Sports Athlétiques* – USFSA. Nele, o Barão faz um

balanço do crescimento do esporte no mundo e sugere que este tem um papel a desempenhar na “redução progressiva das possibilidades de guerra”. Para ele, o poder de mobilização que faz com que milhares de pessoas enfrentem chuva para assistir um jogo de futebol poderia também contribuir para a paz entre as nações. Por isso, pede ajuda aos presentes para restaurar as Olimpíadas “sobre uma base adequada às condições da vida moderna”, que é “democrática e internacional” (COUBERTIN, 2015, p. 289).

O peso dos jogos de Much Wenlock na formação da ideia olímpica de Coubertin é interpretado de forma diferente pelos autores que abordam o tema. Robert Barney (2007, p. 223) enfatiza que o apelo internacional dos Jogos Olímpicos não foi espontâneo, mas sim resultado da baixa popularidade das propostas educacionais do Barão em sua pátria, o que o levou a procurar apoio fora do território francês. Já Goldblatt (2016, p. 35) entende que o intercâmbio com o Dr Brookes teve impacto significativo em Coubertin, tornando-o imediatamente um entusiasta do reestabelecimento das Olimpíadas. Clastres (2018, p. 42), por sua vez, defende que o projeto coubertiano surgiu muito mais em função da “internacionalização esportiva” em voga do que pelas tentativas de recriar os Jogos Olímpicos, como a do Dr Brookes.

A meu ver, não se pode negar a importância do festival em Much Wenlock para o projeto olímpico moderno. Isso porque praticamente não há menção à Grécia antiga e suas competições nos textos de Coubertin anteriores ao intercâmbio com William Brookes. De fato, o aristocrata francês demonstrou um interesse enorme pelo esporte e pela educação desde seus primeiros escritos, mas a ligação entre estes e Olímpia só se verifica a partir de 1890, no já mencionado relato de Coubertin publicado no número 12 da *Revue Athlétique*. Lá, ele exalta “o influxo que a civilização helênica” exerceu no evento criado pelo médico inglês (COUBERTIN, 2015, p. 275). A falta de apoio na França também pode ter levado o Barão a elaborar um evento com aspirações internacionais, mas o elemento grego que dá substrato à doutrina do olimpismo parece dever muito aos jogos em Much Wenlock.

Em termos de tamanho e impacto, o projeto olímpico de Coubertin foi muito mais bem-sucedido do que outros. Os jogos do Dr Brookes, por exemplo, tinham relevância apenas localmente e eram praticamente desconhecidos fora da Inglaterra. Para Goldblatt (2016), o sucesso alcançado pelo Barão se deveu, ao menos inicialmente, a seu status social e rede de conexões construída desde suas primeiras viagens internacionais. O autor

ressalta que, desde o fim das Guerras Napoleônicas (1799-1815),⁴⁵ a aristocracia europeia tinha o hábito de convocar conferências para tratar de assuntos os mais variados, que iam desde a proteção de direitos autorais até a construção do Canal de Suez. Membro de uma família influente e com contatos em várias associações, universidades e clubes esportivos dos Estados Unidos e Europa, Pierre de Coubertin não teve dificuldades para convocar uma conferência a ser realizada em Paris na primavera de 1894 com o objetivo de estabelecer as bases a partir das quais seriam erigidos os futuros Jogos Olímpicos.

Na circular de 15 de janeiro de 1894, enviada a autoridades esportivas em nome da USFSA, já fica evidente a associação com a Grécia antiga. O documento propõe debater os termos de uma reforma que conservasse “o caráter nobre e cavalheiresco do atletismo que o tem distinguido no passado, para que continue desempenhando de modo eficaz na educação dos povos modernos a missão admirável que lhe deram os mestres gregos” (COUBERTIN, 2015, p. 293). Para tanto, havia dois caminhos a serem seguidos. O primeiro, o do lucro e profissionalismo, que ameaçava transformar novamente o atleta de Olímpia em um “gladiador circense”, e o segundo, atingível através dos regulamentos para amadores. Esses caminhos seriam, então, objeto de discussão na conferência. Ademais, propunha-se que, a cada quatro anos, os representantes de cada nação se reunissem para lutar pacificamente, ou seja, competir promovendo o internacionalismo (COUBERTIN, 2015, p. 293).

A Conferência de Paris realizada em junho de 1894 concretizou, assim, as bases dos Jogos Olímpicos modernos. Sob a liderança de Pierre de Coubertin, reuniram-se aí figuras de renome, como empresários, militares de alta patente, condes, duques e professores de várias nacionalidades. Formou-se o COI, composto por 13 membros oriundos da Argentina, E.U.A., França, Grã-Bretanha, Grécia, Império Austro-Húngaro, Itália, Nova Zelândia, Reino da Boêmia, Rússia e Suécia. A cidade de Atenas foi escolhida como sede da primeira edição do evento, a ser realizada em 1896. Somente amadores seriam admitidos e mulheres não competiriam. Para participar, o atleta também deveria ter vínculo com alguma entidade esportiva nacional (COI, 1894).

Em um dos primeiros informes oficiais do COI, datado de 1896, o Barão declara como pretendia legitimar sua criação, já que iniciativa desse tamanho ainda não havia

⁴⁵ As Guerras Napoleônicas foram uma série de conflitos militares travados entre 1799 e 1815, envolvendo o Império Francês de Napoleão Bonaparte (1769-1821) e várias coalizões de potências europeias, principalmente o Reino Unido, Áustria, Prússia e Rússia. Suas principais consequências foram a estabilização política da Europa e um período de paz que durou até a década de 1850 (HOBSBAWM [1977] 2016, p. 107).

sido concretizada. Para purificar e unificar o esporte sob o manto olímpico, livrando-o da ganância e da discórdia que outrora o teriam corrompido, ele recorreu a um “patrocínio único que pudesse lhe conferir uma aura de grandeza e de glória, o patrocínio da antiguidade clássica” (COUBERTIN, 2015, p. 301). Houve, assim, um esforço consciente de interpretação da Grécia antiga, reelaborando-a de modo a justificar o projeto olímpico antirrevolucionário e a formação de elites. A recepção das Olimpíadas antigas por Coubertin teve três dimensões principais, que serão examinadas a seguir: o nacionalismo, o amadorismo e a reforma social. Essas três dimensões serão discutidas tendo como base especialmente os aspectos de afirmação de identidades, interesse financeiro e sacralidade ritualística presentes nos antigos Jogos Olímpicos, os quais foram apresentados no capítulo 1.

2.5 A recepção da Grécia antiga como modelo de amadorismo, nacionalismo e reforma social

Em seus escritos, Pierre de Frédy demonstra conhecer com detalhes a dinâmica do festival antigo de Olímpia. No ano de 1906, em um texto publicado na revista *Revue pour les Français*,⁴⁶ ele descreve a ordem de realização das provas e as datas convencionalmente apontadas como de fundação (776 a.C.) e término (393 d.C.) do evento. O Barão indica ainda a obra *Excursions Archéologiques en Grèce* (1890) do historiador francês Charles Diehl (1859-1944) para o leitor que quisesse se aprofundar sobre o tema (COUBERTIN, 2015, p. 241).⁴⁷ Dada sua formação clássica, é provável que o Barão conhecesse também a literatura grega antiga sobre os *agones*. De fato, ele menciona ter lido Homero, Heródoto, Píndaro, entre outros autores em seus textos. A Pausânias ele atribui a redação de um “benévolo guia turístico” de Olímpia

⁴⁶ Intitulado “Olympie”, o artigo busca descrever os acontecimentos considerados principais das Olimpíadas antigas, como a anúncio da trégua sagrada pelos arautos, as restrições de participação e a dinâmica de premiações dos vencedores. O intuito do autor é “recordar em poucas páginas o que deveríamos saber sobre um capítulo tão curioso e original da história grega” (COUBERTIN, 2015, p. 241). A parte seguinte do texto enumera as escavações realizadas no santuário durante o século XIX, exaltando especialmente aquela liderada pela Alemanha entre 1874 e 1880. Nos últimos parágrafos, Coubertin (2015, p. 245) retrata a arquitetura do local que ele mesmo visitara em 1894, concluindo que Olímpia era “um dos centros mais comovedores e grandiosos da civilização antiga”. Cabe ressaltar, porém, que o artigo não é meramente descritivo, pois o Barão expõe nele opiniões que serão discutidas a seguir.

⁴⁷ Diehl visitou o sítio arqueológico de Olímpia no final do século XIX, além de outros locais na Grécia. Na obra citada, o autor descreve com detalhes o conjunto escultórico do antigo santuário e chama as Olimpíadas de “a maior “festa nacional da Grécia” (DIEHL, 1890, p. 206). Tal visão é compartilhada por Coubertin, que também caracteriza o antigo festival como “nacional”.

(COUBERTIN, 2015, p. 562). Cabe ressaltar ainda que seu contato com as Olimpíadas antigas não se deu apenas através de livros. Coubertin visitou o sítio arqueológico de Olímpia duas vezes (1894 e 1927) e, após sua morte, seu coração foi enterrado nos arredores do local (GOLDBLATT, 2016).

É claro que sua formação clássica, obtida no colégio jesuíta Saint Ignace, já o aproximara dos antigos helenos. Além disso, o ambiente educacional extremamente competitivo em que foi criado moldou-o de forma a compreender o mundo como um local em que o espírito competitivo faz prevalecer vencedores sobre vencidos. Para Coubertin, a competição é formadora de caráter e alicerce da moral. Ela é também um princípio social atemporal. Em suas palavras, “a sociedade humana funciona baseada no princípio da competição; sempre foi assim e continuará sendo” (COUBERTIN, 2015, p. 535). Sua crítica posterior ao ensino dos jesuítas se refere muito mais ao método do que ao conteúdo, isto é, ele reprovava a disciplina excessiva e repetitiva dos colégios franceses, mas admirava as lições que os gregos têm a ensinar a ponto de ele próprio se autodenominar orgulhosamente um “filoheleno” (COUBERTIN, 2015, p. 341). Mais tarde, ao ter contato com o esporte nas *public schools* inglesas, percebeu que o ambiente competitivo, especialmente o esportivo, se aliado à educação, poderia ser instrumento privilegiado para a formação do ser humano. A competição aparece, assim, como um elemento basilar de sua visão de mundo.

Por outro lado, sua preocupação com a educação se vincula às questões políticas e sociais em evidência no final do século XIX, quais sejam, a emergência das democracias liberais e o crescimento dos movimentos proletários de cunho revolucionário. O Barão, que testemunhou a Comuna de Paris em sua infância, temia os impulsos de uma revolução socialista e dedicou-se sobremaneira a evitá-la, especialmente em seu país. Para tanto, procurou transformar o sistema educacional francês, de modo a desenvolver nos jovens, por um lado, a força e autonomia oriundas da prática esportiva e, por outro, o amor à nação, contrapondo-o ao internacionalismo proletário estimulado pelos movimentos de base marxista. Nessa empreitada, contudo, não alcançou muitos resultados, pois a sociedade francesa ainda não se mostrara inclinada a abraçar o esporte nas escolas de forma massificada.

A Grécia antiga, embora já fizesse parte de sua formação, ressurgiu de maneira destacada em seu pensamento após a visita aos jogos criados pelo Dr Penny Brookes. Lá, vivenciou o prestígio que a tradição grega conferia ao evento. Ademais, compreendeu como o esporte foi utilizado concretamente para lidar com um problema social, isto é, o

alcoolismo das classes populares na região de Shropshire. A admiração e o respeito causados pelos símbolos e ritos que evocavam a antiga Olímpia parecem ter sido fundamentais na elaboração de sua versão dos Jogos Olímpicos. No interior da Inglaterra, o Barão encontrou o componente necessário para fornecer a aura de legitimidade à competição esportiva que viria a criar. A estrutura ritualizada, os lemas inspirados em autores helenos, a coroação dos vencedores com oliveiras, o papel da elite no projeto político vinculado ao esporte, todos esses aspectos aproximam Olimpíadas modernas e antigas. Para dar ares de legitimidade a um evento que ainda carecia de aceitação social, o Barão conscientemente recorreu ao prestígio que a cultura grega evocava na Europa do século XIX. Os elementos gregos, porém, foram recepcionados em vista de seus objetivos educacionais e políticos.

Conceitualmente, o Barão não adota a distinção que estabeleci entre os *agones* e o esporte moderno no capítulo 1. Enquanto meu entendimento se pauta na concepção de que os esportes possuem natureza secular, regras universais e igualdade formal, características essas que os *agones* não detinham, para ele, “embora as formas [do esporte moderno] sejam em parte novas, o espírito segue sendo o mesmo”, de maneira que se poderia aplicar aos homens de sua época o que ele julga ter se desenvolvido entre os antigos helenos (COUBERTIN, 2015, p. 138). Portanto, ele acredita haver continuidade da essência esportiva ao longo do tempo, especialmente na Grécia antiga, na cavalaria da Idade Média e em sua própria época. Para o aristocrata, o esporte define-se pelo esforço livre, pela luta, pela capacidade de sofrer e pela cultura muscular do corpo e do caráter. Trata-se assim muito mais de um sentimento, de uma postura de aperfeiçoamento em relação ao mundo, do que de uma atividade lúdica com regras (COUBERTIN, 2015, p. 119). Por exemplo, o atletismo grego – termo que Coubertin (2015, p. 211) utiliza para designar os *agones* – possuía, em sua interpretação, um papel social fundamental se ensinado da maneira correta, isto é, estimulando o amor pela pátria e pelo esforço físico, no modelo dos antigos ginásios. Desse modo, seria um criador de força moral, formador de caráter e canalizador do progresso geral “ao oferecer um vínculo de união entre as classes sociais diferentes”. Essa dimensão teria sua maior expressão em Olímpia, onde as ambições materiais tinham um contrapeso moral, fundado na santidade do festival e no “sentimento nacional” que cada atleta carregava (COUBERTIN, 2015, p. 535).

Dado seu conhecimento sobre as Olimpíadas antigas, é provável que o Barão também soubesse que lá não havia prêmio em dinheiro para os vencedores. Assim, parece ter interpretado os jogos em Olímpia como uma competição sagrada, onde cada atleta

representava sua pátria em função do amor que tinha por ela e pelos deuses. Quando competidores e público ali se reuniam, manifestava-se também a forma mais elevada do sentimento “nacional” da civilização helênica, uma espécie de religião cívica agonística, chamada por ele de “olimpismo”. Coubertin (2015, p. 561-565) o define como uma “doutrina da fraternidade do corpo e do espírito”, manifestada na modernidade através do culto à “bandeira nacional, o símbolo do patriotismo moderno, que sobe ao mastro da vitória para recompensar o atleta vencedor”.

Efetivamente, a natureza ritualizada dos Jogos Olímpicos modernos talvez seja aquilo que mais os aproxime das Olimpíadas antigas. Tanto nestas quanto naqueles, há todo um procedimento a ser rigorosamente observado antes das disputas propriamente ditas. Somente certas pessoas e certos objetos detêm autoridade para celebrar o rito. Nas palavras de Durkheim ([1912] 2018, p. 20) “há palavras, frases, fórmulas que só podem ser pronunciadas pela boca de personagens consagrados; há gestos e movimentos que não podem ser executados por todo o mundo”. Há vários exemplos que demonstram essa similaridade. A imposição da trégua sagrada, na narrativa de Pausânias (5.4.6-7), seria uma determinação dada a Ífito pelo Oráculo de Delfos. O álamo, por sua vez, era a única madeira usada para queimar as vítimas sacrificadas a Zeus em Olímpia, pois acreditava-se ter sido trazida à Grécia por Heracles (Paus. 5.14.2).

Com o advento da modernidade, entretanto, a religião tradicional não mais fornecia a “garantia eficaz de obediência social” de outrora (HOBSEBAWM, [1987] 2020, p. 184) e as autoridades necessitavam de um instrumento de coesão, especialmente contra as dissidências revolucionárias. A nação, então, se impôs como uma “nova religião cívica”, trazendo um contrapeso para os indivíduos que ostentavam outras lealdades acima do Estado, especialmente as de classe (HOBSEBAWM, [1987] 2020, p.184).

Diante desse cenário, Coubertin formulou as cerimônias olímpicas buscando estimular a fidelidade nacional nos atletas e no público, compreendendo-as como uma “modernização” dos ritos antigos. O juramento foi especificamente reinterpretado como um ato de culto público onde “a imagem do deus será substituída pela bandeira da pátria para cada um, e deste modo a cerimônia ganhará em grandeza” (COUBERTIN, 2015, p. 259).⁴⁸ A meu ver, há nessa recepção da antiguidade uma tentativa de sacralização do

⁴⁸ Embora a ideia do juramento olímpico estivesse presente desde as formulações iniciais das Olimpíadas modernas, ele foi instituído somente em 1920 nos jogos da Antuérpia. Na cerimônia de abertura, o esgrimista belga Victor Boin proferiu os seguintes dizeres: “juramos nos apresentar nos Jogos Olímpicos como competidores leais e respeitosos para com as regras que os regem e desejosos de participar

estado-nação, conferindo-lhe o status de entidade sagrada, digna de veneração religiosa assim como Zeus ou Apolo na antiga Grécia. Consequentemente, tanto os deuses antigos como a nação moderna são compreendidos enquanto alicerces da coesão social. O culto à bandeira seria um dos elementos dessa religião cívica dedicada à preservação da ordem social vigente.

Evidencia-se, assim, a primeira dimensão da recepção da tradição grega, o nacionalismo. Além de cimentar as bases da obediência civil, o nacionalismo vincula-se também ao propósito educacional do esporte. Ora, o Barão estava insatisfeito com a educação dos jovens em seu país. Referindo-se aos exercícios repetitivos que eram aplicados às crianças francesas, afirma que “elas são transformadas em dicionários ambulantes. Elas são sobrecarregadas: é a expressão utilizada. E de tanto cevar sua inteligência como se cevam as aves, se debilita sua força física e se mata sua energia moral.” (COUBERTIN, 2015, p. 41). Em sua visão, o modelo inglês das *public schools*, no qual os próprios alunos organizavam sua rotina esportiva, era um dos motivos para a dominação daquela nação sobre as outras. Os ingleses educavam seus jovens de modo a produzir cidadãos comprometidos com a coesão social e que amavam a “Deus, a pátria e a liberdade” em oposição às divisões de classe existentes em solo francês (COUBERTIN, 2015, p. 58).

Uma juventude forte e ensinada a amar o país teria nas competições esportivas um palco excelente para demonstrar o orgulho nacional. As bandeiras, os hinos, os uniformes representam materialmente a ideia de nação, sendo símbolos ostensivamente empregados nos Jogos Olímpicos. Além do mais, a disputa atlética seria uma demonstração de força alternativa à guerra, como o Barão afirmou em Much Wenlock. Há ainda uma interligação entre nacionalismo e internacionalismo advogada pelo COI desde a fundação, que merece ser analisada. Coubertin entendia o festival em Olímpia como expressão ao mesmo tempo nacional e internacional da cultura helênica. Ele interpretava cada pólis como uma nação, porém, vinculada às outras pólis pela identidade helênica comum. Nessa reconstrução, as Olimpíadas antigas seriam essencialmente internacionais já que “a diferença entre os cidadãos das diferentes cidades da Grécia, da Itália e do Egito, era a mesma que poderia haver agora entre um inglês, um espanhol e um italiano” (COUBERTIN, 2015, p. 536).

Evidentemente, o uso do conceito de “nação” para se referir aos diferentes povos da antiguidade é problemático, incorrendo em possível anacronismo. Me parece, contudo,

nobrememente em honra aos nossos países e pela glória do esporte” (COUBERTIN, 2015, p. 473; GOLDBLATT, 2016, p. 104).

que o pensamento de Coubertin é pautado tanto pelos seus objetivos políticos quanto pela emergência dos nacionalismos típica da época. Quando lhe interessa promover a cooperação internacional e a adesão aos jogos, que em suas edições iniciais eram disputadas por poucos países, as cidades gregas são consideradas nações diferentes que se reuniam harmonicamente em Olímpia. Há assim a promoção da ideia de um “internacionalismo helênico”, por assim dizer. Por outro lado, quando o intuito é estimular o sentimento nacional, o atleta grego é exaltado pelo amor que sentia a seu “país”, isto é, sua pólis. Nesse panorama, as Olimpíadas são construídas como um espaço para exercício simultâneo do patriotismo e da cooperação internacional, seja na antiguidade ou na modernidade. Nelas, cada atleta representaria seu país lutando de forma pacífica e cooperando com os outros em respeito à sacralidade do olimpismo, materializada na figura do COI.

Apesar de ter construído esse retrato um tanto romantizado dos *agones*, que é reiterado nos discursos e publicações oficiais do COI, é certo que Coubertin tinha ciência do aspecto material que os envolvia. No texto de 1906 citado acima, ele afirma que o vencedor olímpico na antiga Grécia recebia todo tipo de benesses de sua cidade natal, incluindo renda vitalícia e isenção de impostos. O desinteresse dos atletas helenos, portanto, era só aparente. Tal como apontei no capítulo 1, não era segredo para os eleus que o atleta Dícon, que venceu o *stadion* na 99ª Olimpíada (384 a.C.) por Siracusa, era de fato oriundo da cidade de Caulônia, tendo escolhido representar os siracusanos por dinheiro (Paus. 6.3.11). Não obstante, a vitória de Dícon era reverenciada em Olímpia, o que exemplifica a coexistência entre reconhecimento social e interesse financeiro nos antigos jogos. A suposta união entre as classes sociais defendida por ele também parece contraditória, pois em outro trecho comenta que “os ricos mostravam um certo menosprezo pelas outras provas, orgulhosos de que suas fortunas lhe permitissem levar cavalos e carros cujo transporte era muito caro” (COUBERTIN, 2015, p. 242). Ora, o papel dos *agones* enquanto marcadores de divisão social e os interesses materiais que envolviam o festival em Olímpia não eram segredo para o Barão. O que o levou, então, a divulgar um retrato tão idealizado das disputas atléticas gregas?

A legitimação de seu próprio projeto olímpico aparece como resposta. Coubertin era crítico ferrenho do que ele chama de “mercantilismo”, ou seja, a circulação de dinheiro no esporte na forma de premiação e/ou salários pagos aos atletas. Para ele, o esporte deveria ter um papel educacional na sociedade industrial da qual fazia parte, não apenas formando o indivíduo, mas estimulando a coesão social de modo a inibir

revoluções. Assim, ele defende que “não há mais que um culto possível de engendrar hoje a união cívica permanente: aquele que seja organizado em torno dos exercícios da juventude, símbolo da perpetuidade da raça e das esperanças da nação.” (COUBERTIN, 2015, p. 210). Essa união social dependia, contudo, da prática do esporte sem busca de remuneração. Os Jogos Olímpicos, restritos aos amadores, seriam o espaço de difusão dessa religião cívica, uma suposta ressurreição do olimpismo dos antigos gregos. Não havia espaço para o atleta que quisesse competir por dinheiro: ele tornaria o esporte mera atividade corporal sem propósito social. Por isso, era imprescindível que só amadores – o que, nos tempos de Coubertin, equivalia às classes abastadas, que dispunham de recursos para treinar, viajar e competir – participassem.

Evidencia-se, assim, a segunda dimensão da recepção das Olimpíadas antigas por Coubertin: o amadorismo. Sua existência é justificada com base na idealização da postura dos antigos helenos em relação ao dinheiro, construindo-se um cenário onde estes competiam apenas pela glória e pelo sentimento religioso. Coubertin (2015, p. 527) inclusive chama de “profissionais” aqueles que enriqueciam com os prêmios pagos pelas cidades natais e viviam em um “luxo fora de propósito” após a vitória olímpica. Em sua visão, tanto o amadorismo quanto o profissionalismo seriam condições presentes já na antiguidade e o estabelecimento da interdição aos últimos preservaria a pureza dos Jogos Olímpicos na modernidade. É interessante notar também a oposição que é feita pelo Barão entre sentimento religioso e ambição monetária, dois aspectos que coexistiam em harmonia nas Olimpíadas antigas. Para ele, os dois são interesses inerentemente antagônicos.

Com efeito, a ideia de que a ruína do antigo festival olímpico foi causada pelo advento do “profissionalismo” entre os gregos é bastante presente em seu discurso. Para o Barão, “o gérmen da decadência apareceu depois de uma existência sadia, o mesmo que se não tivermos cuidado arruinará nossas esperanças que brotam: o dinheiro” (COUBERTIN, 2015, p. 527). Positivar o amadorismo em regulamentos esportivos seria então fundamental para que este não tivesse o mesmo destino do atletismo grego, isto é, “a bestial embriaguez do circo romano” (COUBERTIN, 2015, p. 527). Assim, o idealizador dos Jogos Olímpicos modernos projetou suas críticas ao esporte profissional na interpretação que fez do passado, estabelecendo um vínculo entre a decadência de Olímpia e a crescente presença de ambição monetária entre os *athletai*, vínculo esse que, como debati no capítulo 1, não se sustenta, já que o interesse financeiro sempre esteve presente no festival olímpico.

As questões de classe, por outro lado, fundamentam a terceira dimensão da recepção empreendida por Coubertin: a reforma social. Dada sua origem aristocrática e a experiência da Comuna de Paris, é de se esperar que ele tivesse aversão às aspirações revolucionárias socialistas. Sua posição sobre o tema, contudo, não resulta apenas da condição social herdada. A passagem do Barão pela ELSP incutiu-lhe uma visão liberal do mundo. A instituição, sem modéstia, se autodenominava “a coroação natural de toda educação liberal”.⁴⁹ Esta, aliada ao gosto pela competição e pelos clássicos, resultou na construção da figura central de seu projeto político: o homem atlético e viril, moralmente “superior” e nacionalista. Uso os termos no singular porque Coubertin efetivamente colocou o indivíduo no centro de seu pensamento. Mas que indivíduo? Aquele espelhado no antigo atleta olímpico (ou na idealização dele): homem, desportista, financeiramente desinteressado, pertencente à elite e temente aos deuses. Em vista de suas qualidades, ele seria fundamental no combate aos problemas sociais da época. Nas palavras do Barão, o “único verdadeiro herói olímpico é o homem adulto individual”, cuja existência é necessária para a “atividade muscular da coletividade, e suas proezas, para a manutenção do incentivo geral [ao exercício físico]” (COUBERTIN, 2015, p. 513, 709).

O incentivo à atividade física, porém, não seria o único papel do atleta olímpico moderno. Ele seria um modelo a ser seguido pelas massas, tanto no aspecto corporal quanto no aspecto ético. Exerceria uma espécie de liderança por exemplo para o proletariado. Sua habilidade e força musculares estimulariam o trabalhador a se exercitar enquanto seu amor pela nação e falta de ambição financeira avivariam a lealdade patriótica e arrefeceriam o impulso revolucionário. Tais qualidades, contudo, não estariam ao alcance de todos. Apenas a elite seria capaz de carregar esse “fardo”, à imagem da elite grega que frequentava o antigo festival olímpico. É nesse sentido que se desenvolve a reforma social ligada à recepção da tradição grega. Coubertin advogou por uma sociedade fisicamente ativa, onde uma parte da elite, especificamente os jovens abastados que disputavam as Olimpíadas, guiaria as massas a fim de educá-las através da prática esportiva. Em sua concepção, portanto, o esporte seria para todos; já a glória olímpica, para poucos. Os papéis de classe estão bem definidos em seu discurso:

Antigamente, a prática dos esportes era um passatempo ocasional da juventude rica e ociosa. Trabalhei trinta anos para convertê-la em prazer habitual da pequena burguesia, e agora é preciso que este prazer chegue à vida do jovem

⁴⁹ ÉCOLE LIBRE DES SCIENCES POLITIQUES. **Les Cours Ouvriront le Lundi 15 novembre 1886.** Paris, 1887, p. 4.

proletário. E é preciso, porque é o que custa menos, o mais igualitário, o mais avesso ao álcool, o melhor produtor de energias contidas e controladas. Todos os esportes para todos, eis a fórmula que, sem dúvida, vai ser tachada de utópica. Eu não me importo. Ponderei e estudei durante muito tempo e sei que é exata e possível. Os anos e as forças que me restam os empregarei em fazê-la triunfar, e essa será minha contribuição às reformas sociais, cujo princípio serviu de base ao pacto da união sagrada durante esta longa guerra e cuja realização deverá ser leal e rápida, se não se quer que a civilização exploda como uma caldeira sem válvula (COUBERTIN, 2015, p. 162).

Outro aspecto interessante sobre as diferentes recepções da tradição grega é que, diferentemente dos jogos de Much Wenlock, em que a elite local apenas organizava e arbitrava as competições, nos Jogos Olímpicos pensados por Coubertin ela deveria desempenhar um papel ainda mais destacado, competindo de fato nas pistas, ringues e campos. O protagonismo atlético da juventude rica emularia a busca pela *arete* dos antigos atletas gregos, supostamente servindo de inspiração para as massas através de seus feitos. É elaborado, assim, um paralelo entre os antigos *athletai*, que seriam admirados por sua força, habilidade e reverência aos deuses, e o moderno desportista, que despertaria no povo o amor pelo seu país ao cultivar a bandeira nacional.

Há também uma relação entre um dos propósitos declarados do projeto olímpico coubertiano, a pacificação mundial, e a reforma social por ele proposta. Ora, a concepção de paz do Barão baseava-se muito mais na manutenção da ordem social do que na cessação dos conflitos armados. O temor pelo rompimento brusco das estruturas sociais vigentes era maior do que o medo de uma nova guerra entre as potências europeias. As mudanças sociais que defendeu tinham por objetivo conquistar a lealdade e certo grau de satisfação do proletariado para com seu próprio país, afastando-o assim das organizações proletárias e seu internacionalismo vermelho. Com efeito, ele posicionou-se contra os movimentos socialistas de caráter revolucionário em diversas ocasiões, como em um discurso de 1918 em que rejeita o comunismo, argumentando que “as relações sociais íntimas são reguladas pela herança, pelas tradições, pelos hábitos de cada dia” (COUBERTIN, 2015, p. 269).

Não se pode negar, contudo, que Coubertin esforçou-se pelo fim das guerras ou, pelo menos, sua mitigação. A interpretação da antiga trégua olímpica como cessação dos conflitos armados durante os Jogos tinha esse propósito. Para o Barão, a ideia de trégua está associada ao conceito de ritmo, sendo os Jogos Olímpicos a celebração quadrienal da primavera humana. Portanto, eles deveriam ser celebrados rigorosamente na mesma época. A *ekkekheiria*, o salvo-conduto para os atletas e organizadores em sua viagem à

Olímpia, foi relida como a interrupção de “toda disputa armada e todo combate entre os helenos” (COUBERTIN, 2015, p. 557). Assim, o acordo de inviolabilidade dos participantes e do santuário olímpico se estenderia à toda a Grécia antiga e, na visão de Coubertin, poderia servir de exemplo para a tentativa de pacificação mundial presente no projeto olímpico moderno.

2.6 Conclusões preliminares

Visando contribuir para a formação de novos líderes da França, um jovem aristocrata viajou à Inglaterra e aos Estados Unidos com o intuito de observar o sistema educacional daqueles países. Apoiando-se nessas experiências, desenvolveu uma visão do esporte enquanto instrumento criador de força moral e autonomia. Após presenciar uma pequena competição inglesa que emulava as Olimpíadas da Grécia antiga, passou a divulgar a ideia de “restaurar” os Jogos Olímpicos. Seu ambicioso projeto, contudo, necessitava de um elemento legitimador que auxiliasse na implementação. A tradição grega, presente na vida de Coubertin desde a infância, desempenhou com destaque essa função. Conhecedor da civilização helênica, o Barão interpretou as Olimpíadas antigas à sua maneira e com seus próprios propósitos. Em seu projeto, recepcionou elementos da antiguidade e integrou-os às tendências e ideias de sua época, elaborando, assim, algo novo que reúne elementos tanto do presente quanto do passado e mescla temporalidades em um processo de *allelipoiesis*, conforme sugere Faversani (2020).

No caso em questão, ao fazer paralelos entre a Grécia antiga e seu tempo, Coubertin projeta questões de sua sociedade que redefinem o que teria sido o passado grego. Três elementos se destacam nessa interação: a aplicação da condição de amador aos atletas da antiguidade, a percepção das pólis gregas enquanto nações e o olimpismo. O primeiro destes, o suposto desinteresse financeiro dos antigos atletas, reflete os valores elitistas do próprio Barão. Para ele, os conflitos sociais de sua época poderiam ser resolvidos desde que a massa se espelhasse na elite, pois esta teria uma posição moral mais “pura” em relação ao esporte. Assim, defendeu uma distinção entre profissionais e amadores que não existia na Grécia antiga,⁵⁰ mas que acabou alterando a visão moderna

⁵⁰ Há um debate historiográfico iniciado na segunda metade do século XX sobre a aplicação dos termos “profissional” e “amador” ao atleta grego antigo. García Romero (2004) e Mann (2021) sintetizam bem os

sobre o antigo festival olímpico. À ausência de prêmios em dinheiro em Olímpia é acrescentado o desinteresse material dos atletas, atributo criado que resulta em um personagem novo, o atleta olímpico “amador”. Essa criação ocorre através do processo de *allelopoiesis*, resultando em uma síntese de temporalidades que constrói simultaneamente passado e presente (FAVERSANI, 2020). A aplicação do conceito de nação à pólis grega, por sua vez, embora anacrônica, não é negativa, já que a mescla de temporalidades é um dos atributos da *allelopoiesis*, com o presente explicando o passado e vice-versa. Por fim, o olimpismo, religião criada por Coubertin para promover a coesão social através do esporte, congrega os aspectos ritualísticos de Olímpia e a *ekekheiria*, porém, o objeto de culto passa a ser a nação ao invés dos deuses. Nessa releitura, o estado-nação (ou a pólis) adquire um status sacro, que deve ser preservado acima de tudo. Caberia ao cidadão, então, qualquer que fosse seu tempo ou classe social, venerar a nação e abandonar o ímpeto revolucionário, fosse na antiga Atenas ou Esparta ou na moderna França ou Alemanha.

Desse modo, o Barão de Coubertin, ao estudar as Olimpíadas da antiguidade, modificou a forma como esse passado poderia ser percebido e, simultaneamente, alterou o modo como ele próprio via seu presente. Ao tomar a tradição grega “matéria de uso pelo presente”, ele reconstruiu o passado e lançou novos olhares sobre sua sociedade (FAVERSANI & JOLY, 2021, p. 105). O potencial educativo do esporte e o receio revolucionário nortearam sua reconstrução do festival olímpico antigo, da mesma forma que este legitimou a instituição do amadorismo, os ritos e o nacionalismo presentes nos Jogos Olímpicos modernos.

Visto sob outra perspectiva, o projeto olímpico de Coubertin pode ser entendido também como composto cultural, pois as Olimpíadas antigas são *omni-locais*, sendo interpretadas por cada sociedade de forma única, conforme o conceito proposto por Greenwood (2016). Assim, tal como o Dr Brookes interpretou o festival em Olímpia à sua maneira, Coubertin também o fez, apropriando-se da tradição grega antiga para formar uma elite olímpica capaz de cimentar as bases para a paz mundial e inibir os movimentos revolucionários de sua época.

principais pontos da querela. Adoto a posição de Mann (2021) para quem o uso desses termos é problemático. O esporte moderno é vinculado à dimensão lúdica da vida e, em muitos casos, a participação é mais importante do que a vitória. Já nos *agones*, o objetivo era certamente a vitória, pois ela “aumentava a posição de um homem na pólis, e não havia apenas glória a ser conquistada, mas também lucro material” (MANN, 2021, p. 328). Assim, a simples prática desinteressada do moderno esportista, entendida como “amadora”, não caberia aos antigos *athletai*.

Na relação entre o clássico *omni-local* e seu receptor, há uma horizontalidade interpretativa, ao contrário da visão tradicional hierárquica vinculada à interpretação canônica do texto antigo. Assim, os Jogos de Much Wenlock constituem uma recepção local da tradição grega, vinculada ao problema do alcoolismo e debilidade física dos trabalhadores de Shropshire. O contexto específico daquele meio social pautou o modo como as Olimpíadas antigas foram ali interpretadas, isto é, como um meio de resgatar a saúde e vigor das classes populares da região. Essa recepção local, contudo, foi por sua vez recepcionada nos Jogos Olímpicos idealizados por Coubertin. Ele buscava consolidar a coesão entre as classes sociais através do esporte e, como o Dr Brookes, atribuiu à elite o protagonismo nessa questão, porém, de modo diverso ao proposto pelo médico inglês. De fato, há uma aproximação maior entre os Jogos de Much Wenlock e as Olimpíadas Modernas do que entre estas e o antigo festival olímpico. Não obstante, as criações tanto do Dr Brookes quanto do Barão de Coubertin definitivamente ligam-se à tradição grega, integrando uma “rede supra-local de referência” (GREENWOOD, 2016, p. 47) que interliga a recepção ao texto original e às demais recepções desse mesmo texto.

No capítulo seguinte, analiso outra recepção do antigo festival olímpico, as *Arbeiterolympiade*, elaboradas em um contexto social próximo do aqui analisado, porém, por outros indivíduos e com outros objetivos. A ideia é analisar em que medida esse evento se aproxima tanto das Olimpíadas da antiguidade como das demais recepções aqui examinadas por mim.

CAPÍTULO 3

Olimpíadas dos Trabalhadores:

O esporte organizado à serviço da revolução

Em um poema sem título encomendado para as festividades das Olimpíadas dos Trabalhadores de 1931, de autoria do poeta alemão-canadense Walter Bauer (1904-1976), há uma referência aos *agones*, assim como há diversas referências à Grécia antiga nos jogos criados pelo Dr Brookes e pelo Barão de Coubertin. Publicado em um folheto da *Sozialistische Arbeitersport Internationale* – SASI (Internacional Socialista do Esporte Operário), entidade organizadora do evento, o poema diz que “não vale a pena levar para casa *coroas de louros* / que acumulam poeira no museu / o grande prêmio são os corações alegres / a recompensa é a solidariedade que os rodeia!”⁵¹ Os versos em questão criticam a natureza individualista da premiação dada aos vencedores olímpicos e expressam uma postura diferente em relação aos valores que norteiam a competição. A vitória, simbolizada pela coroa de louros,⁵² é tida como menos importante do que a participação em si, fundamentada na interação solidária entre os atletas. Note-se que a SASI era a organização esportiva da Internacional Trabalhista e Socialista, uma federação de partidos de esquerda fundada em 1923 que tinha por objetivo substituir o sistema capitalista de produção por um socialista e “reconhecer que a luta de classes, expressa através da ação política e econômica, é o meio adequado para a emancipação da classe trabalhadora” (BRAUNTHAL, 1967, p. 265).

A partir dessa situação, surgem dois pontos interessantes para o presente capítulo: o primeiro é que as *Arbeiterolympiade* (“Olimpíadas dos Trabalhadores”) constituem mais um caso em que a tradição grega antiga é associada a um projeto olímpico moderno. O segundo ponto consiste na oposição entre os objetivos políticos e sociais do Barão de Coubertin e os das Olimpíadas dos Trabalhadores. Diante disso, cabe investigar em que termos e com qual objetivo se dá a associação com a Grécia antiga e como ela fundamenta o projeto político da SASI. Nesse sentido, este capítulo se desenvolve da seguinte maneira: inicialmente, será examinado o crescimento do movimento operário europeu no período entreguerras, com ênfase em suas associações esportivas. Em seguida,

⁵¹ SOZIALISTISCHE ARBEITERSPORT INTERNATIONALE. *Festschrift 1931*. Wien, 1931, p. 3.

⁵² Na Grécia antiga, a coroa de louros era o prêmio oferecido nos Jogos Píticos (BROSE, 2023, p. 77). Contudo, em algum momento no período moderno, ela passou a ser vinculada também aos Jogos Olímpicos.

caracterizarei as Olimpíadas dos Trabalhadores e os objetivos sócio-políticos a elas vinculados. Depois, eu analiso a recepção do festival olímpico antigo pelas *Arbeiterolympiade*. Aqui, a ideia é compreender se e como as características dos *agones*, estabelecidas no primeiro capítulo, serviram de base para as reconstruções do passado feitas pela SASI. Na última parte do capítulo, eu continuo essa discussão apontando como as Olimpíadas dos Trabalhadores subverteram a recepção da antiguidade feita pelo Barão de Coubertin. Para tanto, eu me apoio nos trabalhos de Greenwood (2013, 2016) e de Favarsani (2020, 2021) e realizo uma comparação entre as recepções da tradição grega feitas por Coubertin e pelo movimento esportivo proletário, com intuito de mostrar como elas refletem os conflitos políticos europeus do período entreguerras.

3.1 Marxismo, desenvolvimento dos movimentos socialistas e o papel do esporte na cultura proletária

De acordo com Eley (2005, p. 25), a consolidação de estados-nação a partir da década de 1860, com seus “preceitos liberais de autogoverno e responsabilidade cívica”, forneceu as bases necessárias para a formação de movimentos populares organizados. A consequente adoção do constitucionalismo liberal, característica política cada vez mais comum nas nações europeias de então, contribuiu para a legalização da atividade operária coletiva. Sindicatos e associações de trabalhadores se espalharam pela Europa, demonstrando seu poder em uma série de greves entre 1868 e 1874, da qual a Comuna de Paris de 1871 foi o evento de maior repercussão.

A organização nos moldes político-partidários, no entanto, só se tornou predominante entre o proletariado nas décadas seguintes, quando este abandonou a tradição insurrecional e passou a constituir-se em “partidos operários independentes de massa” (ELEY, 2005, p. 62). Hobsbawm ([1987] 2020) explica o rápido crescimento destes em função da simplicidade de seu apelo político, pois, segundo o autor, eles representavam todos aqueles que exerciam trabalho manual e recebiam um salário por isso. É possível, contudo, pensar nos “trabalhadores” como classe? A posição do próprio Hobsbawm é de grande utilidade para tratar a questão. Apesar das diferenças de língua, nacionalidade, etnia e religião entre os assalariados, algumas características os uniam: a segregação exercida pela burguesia, um estilo de vida comum onde a taverna aparecia como espaço central de lazer e a consciência de exercerem funções braçais em troca de remuneração, isto é, de serem “operários” (HOBSBAWM, [1975] 2018, p. 231).

Considerando o discurso presente nas publicações da SASI, que declara o pertencimento à classe trabalhadora como característica definidora da identidade comum aos milhares de indivíduos filiados à organização, adoto a definição proposta por Hobsbawm. De fato, havia entre eles a consciência de que eram diferentes em muitos aspectos, porém, iguais no que concerne à posição que ocupavam em uma sociedade dividida em classes: entendiam-se todos proletários. O texto “Nós Marchamos! Nós Marchamos!” do escritor austríaco social-democrata Robert Ehrenzweig (1904-1984), publicado no folheto *Festschrift 1931*, descreve bem essa ótica ao afirmar que “diferentes são os nossos alimentos e as nossas moradias, abismos separam os nossos costumes e pensamentos – mas uma coisa nos une, para o mal e para o bem: a palavra proletário!”⁵³

A multiplicação de partidos socialistas e social-democratas nacionalmente organizados tem início no ano de 1871 com a criação do Partido Socialista Português, seguida pela formação do *Sozialdemokratische Partei Deutschlands* – SPD (Partido Social-Democrata da Alemanha) em 1875.⁵⁴ Nos anos seguintes, mais de 20 países europeus fundaram instituições dessa natureza (ELEY, 2005, p. 90). O SPD, inclusive, foi fundamental na mobilização do movimento esportivo proletário, como será exposto mais à frente. Anna Oppo (1986, p. 900-901) define o partido de organização de massa pela presença dos seguintes elementos: grande número de adeptos, administração difusa e corpo assalariado de funcionários encarregado de elaborar programas e ações políticas. No final do século XIX e início do século XX, o objetivo principal dos partidos socialistas era a transformação da sociedade através da emancipação das classes trabalhadoras. Para que esse propósito fosse atingido, entretanto, cabia ao proletariado educar-se, tornar-se politicamente ativo e tomar consciência de seu papel enquanto agente principal dessa transformação.

⁵³ SOZIALISTISCHE ARBEITERSPORT INTERNATIONALE. *Festschrift 1931*. Wien, 1931, p. 10.

⁵⁴ Social-democratas e socialistas se diferem no sentido de que os primeiros entendem que as forças revolucionárias ainda devem amadurecer antes de deflagrar a revolução. Por isso, toleram o capitalismo e aceitam as instituições liberais democráticas, embora considerem-nas “insuficientes para garantir uma efetiva participação popular no poder” (SETTEMBRINI, 1986, p. 1192). Os socialistas, por sua vez, entendem que a revolução deve ser iniciada o quanto antes, pois ela é o único caminho para a emancipação dos trabalhadores. Ambas as posições políticas tinham representação na LSI/SASI. A *Strādnieku Sports un Sargs* – SSS (Esportes e Guarda dos Trabalhadores) da Letônia, por exemplo, era uma associação-membro vinculada ao partido social-democrata letão. Já a associação nacional de ginástica belga, uma das fundadoras da LSI, era declaradamente socialista (KRÜGER, 1996, p. 173). Devido a discordâncias sobre como lidar com o chamado esporte burguês, algumas agremiações esportivas acabaram deixando a LSI em 1921 e se alinharam à União Soviética, que fundou sua própria organização esportiva, a *Sportintern* (HENTILÄ, 2013, p. 100). Segundo David Steinberg (1978, p. 235), a maior crítica da *Sportintern* era de que a “LSI sacrificava objetivos revolucionários em prol da autopreservação”.

A estrutura partidária tinha caráter piramidal. Na base havia assembleias ou seções locais ligadas a um espaço territorial, como o bairro ou a cidade. Elas tinham como escopo o recrutamento de potenciais membros, a resolução de problemas locais e a divulgação de propaganda política. A parte intermediária da estrutura, constituída por federações de nível regional, tinha caráter coordenativo. Já a cúpula da organização, denominada direção central, era composta por membros eleitos pelas seções e estabelecia a linha política a ser seguida pelo partido (OPPO, 1986, p. 900).

Paralelamente à máquina partidária formal, havia uma rede de instituições proletárias interligadas, como sindicatos, cooperativas, órgãos de assistência ao trabalhador, jornais, revistas e associações esportivas de todo tipo. Estas eram orientadas em suas perspectivas políticas pelo pensamento de Karl Marx (1818-1883), para quem a conquista do poder político deveria ser o objetivo principal das classes operárias. Segundo o pensador alemão, a criação de um “laço de fraternidade, que deve existir entre os operários de diferentes países e incitá-los a permanecer firmemente ao lado uns dos outros em toda a sua luta pela emancipação”, seria fundamental para o sucesso da revolução (MARX, [1864] 2000, p. 580-581).

Marx faleceu em 1883 e não testemunhou o crescimento do movimento esportivo proletário. Sua obra também não trata diretamente do esporte, exceto em uma passagem do primeiro volume de *O Capital* na qual discute a formação do trabalhador. Analisá-la é importante porque alguns intérpretes marxistas deram ao esporte um papel significativo na formação do jovem operário, especialmente no que concerne à conscientização de classe e promoção da saúde.⁵⁵ Segundo Marx ([1867] 2011, p. 368), a educação do futuro

há de conjugar, para todas as crianças a partir de certa idade, o trabalho produtivo com o ensino e a ginástica, não só como forma de incrementar a produção social, mas como único método para a produção de seres humanos desenvolvidos em suas múltiplas dimensões.

O projeto marxista de desenvolver o ser humano integralmente só começou a se materializar na passagem do século XIX para o século XX, quando os partidos socialistas europeus adquiriram tamanho e recursos significativos. O SPD alemão, pioneiro na iniciativa, já tinha cerca de um milhão de membros em 1914. O Partido Social-democrata

⁵⁵ Vladimir Lenin (1870-1924) é um dos teóricos marxistas que trata do esporte em sua obra, ainda que marginalmente. Para ele, a sociedade comunista deve “educar e instruir as pessoas, proporcionar-lhes um desenvolvimento completo e um treinamento abrangente, para que sejam capazes de fazer tudo. O comunismo está avançando e deve avançar nessa direção” (LENIN, [1920] 1974, p. 50).

Finlandês, por sua vez, possuía mais de 82 mil filiados em 1907, o que é um número expressivo dentro de um país com três milhões de habitantes. Já o Partido Social-democrata dos Trabalhadores da Suécia contava com 133 mil membros dentre uma população de 5,5 milhões. A maioria dos trabalhadores, porém, não tinha filiação partidária nem sindical e conhecia de forma bem rudimentar a teoria marxista (ELEY, 2005, p. 108-110).

O surgimento do mercado de massas a partir da última década do século XIX, que transformou o esporte em um dos espetáculos mais consumidos pelos trabalhadores, também pesou na formação do movimento esportivo proletário. Esse processo ocorreu com maior força na Inglaterra, onde a densidade demográfica relativamente alta das cidades facilitou a comercialização do esporte em termos até então inéditos. Lá, milhares de jovens operários e de classe média compravam ingressos para extravasar as emoções assistindo partidas de futebol e lutas de boxe em grandes arenas recém-construídas (HOLT, 2010). O mesmo ocorreu em outros países, porém, com menor intensidade. Nos anos 1890, por exemplo, o futebol já era extremamente popular entre os operários alemães (KRÜGER, 1996, p. 8).

A comercialização do espetáculo esportivo não incomodou apenas aristocratas e entusiastas do esporte como o Barão de Coubertin, mas também trabalhadores intelectualizados, especialmente os socialistas. Segundo Holt (2010, p. 145), os últimos viam esse tipo de manifestação esportiva de maneira negativa, como um “consumismo apático” que ameaçava os laços associativos do lazer urbano. Além disso, a conquista de direitos trabalhistas proporcionou *leisure time*, as chamadas “horas de lazer” ao operariado, que frequentemente eram gastas com consumo de álcool nas tavernas da região. Diante desse cenário, as lideranças políticas trabalhistas viram a necessidade de pensar o esporte para além das expressões já existentes. Seguramente, o incômodo causado pela popularidade dos “clubes esportivos burgueses” entre a juventude operária (KUHN, 2015, p. 21) e a necessidade de conscientização de classe motivaram a internacionalização do movimento esportivo proletário.

O austríaco Julius Deutsch (1884-1968), presidente da SASI durante as *Arbeiterolympiade* de 1931 e talvez o teórico marxista mais destacado da organização, sintetizou a essência do esporte proletário no texto “Sob bandeiras vermelhas! Do recorde ao esporte de massa”, publicado em um panfleto da SASI no ano do evento em questão. Para Deutsch ([1931] 2017, p. 77),

Os termos “esporte burguês” e “esporte proletário” não indicam apenas opostos políticos. Indicam também diferenças factuais profundas. A própria essência dos dois é diferente. O esporte proletário tem forte ligação com o desenvolvimento de uma nova cultura proletária. Fez enormes contribuições aos trabalhadores, que deixaram as tavernas e foram caminhar em belas paisagens naturais; ensinou-os a desenvolver todas as partes do corpo e a prevenir lesões; deu-lhes coragem e autoconfiança, fortalecendo a crença em seu próprio poder e consequentemente criando as condições necessárias para seu desenvolvimento intelectual. Em vez de ser um prazer inocente apartado da relevância intelectual, o esporte proletário é um meio de elevar as massas trabalhadoras de uma existência tediosa e quase burguesa para uma radiante nova cultura.

Na base ideológica do esporte proletário, portanto, havia a ideia de que trabalhador deveria conduzir sua própria vida, gerir seu próprio divertimento e construir uma cultura sólida, independente e moralmente superior ao entretenimento comercializado. Essa forma de pensar resultou de questões que se apresentaram não apenas aos socialistas, mas também a líderes comunitários como o Dr Penny Brookes e entusiastas do esporte tal qual o Barão de Coubertin, dos quais tratei no capítulo anterior. Todos eles pensaram em como conquistar a atenção e lealdade das jovens massas, muitas vezes indiferentes às disputas políticas que as cercavam. Também não tardaram a perceber que a prática esportiva desde seu surgimento é atrativa ao jovem, muito mais do que qualquer assembleia ou reunião sindical. Assim como Coubertin, os socialistas julgaram necessário organizar o esporte de forma internacional e com princípios éticos, mas desta vez alinhados com o objetivo revolucionário do movimento operário.

O caráter internacional dessa iniciativa vinculou-se ao princípio marxista da solidariedade proletária internacional, que defende que aquilo que une verdadeiramente um operário a outro é o fato de pertencerem à mesma classe social e não à mesma religião ou nação. De acordo com essa doutrina, o proletariado de cada país deveria agir conjuntamente em prol de seu próprio interesse e não em prol dos interesses do estado-nação burguês. O poema de Walter Bauer citado acima expressa bem esse princípio nos versos “E quando vocês estiverem nos campos da luta olímpica / Exércitos do futuro / Erguidos sobre o solo da promessa / Vosso céu: Solidariedade! / Vossa primavera: a Internacional fraterna! / Vossa terra: o Socialismo!”⁵⁶ Efetivamente, a primeira associação esportiva com esse objetivo foi fundada em 1913 na cidade belga de Gent. A *Association Socialiste Internationale d'Éducation Physique* – ASIEP, organização discutida na Introdução da presente pesquisa, tinha como propósito “promover as aspirações revolucionárias do movimento socialista proletário” (HENTILÄ, 2013, p. 97).

⁵⁶ SOZIALISTISCHE ARBEITERSPORT INTERNATIONALE. *Festschrift 1931*. Wien, 1931, p. 3.

O início da Primeira Guerra Mundial em 1914, contudo, impediu que a ASIEP concretizasse algo de significativo nesse campo, já que boa parte do proletariado foi empenhada no conflito. A associação, contudo, foi refundada em 1920 e passou a se denominar *Lucerne Sport International* – LSI. Irei analisá-la a seguir.

3.2 Competindo sob as bandeiras do socialismo: Caracterização das Olimpíadas dos Trabalhadores

Clubes e associações esportivas voltados para a classe trabalhadora se firmaram na última década do século XIX, especialmente na Alemanha, França e Estados Unidos da América. Segundo Robert Wheeler (1978, p. 196), os alemães despontavam como centro do movimento, com mais de 350.000 trabalhadores filiados a organizações desse tipo. O objetivo destas era fornecer ao proletariado a oportunidade de praticar atividade física em um ambiente construído para e por trabalhadores. Nesse sentido, as associações esportivas proletárias buscavam declaradamente substituir valores considerados burgueses por princípios socialistas, alinhados com a doutrina marxista. Nesses locais, ao invés da busca obstinada pela vitória, a participação aparecia como mais importante; estimulava-se também a solidariedade internacional entre os operários acima da lealdade à nação ou à cidade. Ademais, a participação era aberta a todos: não havia restrições de profissão ou de gênero. Wheeler (1978) ressalta ainda que a rejeição à competitividade exacerbada dos clubes burgueses levou à predominância de atividades recreativas em seus equivalentes operários, como a ginástica, o ciclismo e a caminhada, ao menos até 1914. Com o fim da Primeira Guerra Mundial, entretanto, as modalidades modernamente associadas às Olimpíadas, como os esportes coletivos, o atletismo e as lutas também passaram a figurar entre as praticadas nessas organizações.

O apelo ao internacionalismo, cabe ressaltar, não era apenas retórico. Os partidos, sindicatos e demais organizações proletárias procuraram, já no início do século XX, promover eventos esportivos internacionais para estimular o intercâmbio entre a classe trabalhadora. A já mencionada ASIEP foi a associação pioneira nessa seara. Sua primeira reunião, fruto de uma deliberação aprovada pela Segunda Internacional em 1912, ocorreu em 10 de maio do ano seguinte. O belga Gaston Bridoux, presidente da *Fédération Socialiste de Gymnastique* (Federação Socialista de Ginástica) liderou o encontro, do qual participaram também representantes da Alemanha, França, Inglaterra e Áustria (HENTILÄ, 2013, p. 97).

Após o fim da Primeira Guerra Mundial, o próprio Gaston Bridoux buscou retomar o movimento. Em agosto de 1919, ele reuniu-se com representantes da França e da Inglaterra no intuito de retomar os trabalhos da antiga ASIEP. Na reunião, porém, houve divergência sobre a admissão ou não das associações proletárias oriundas da Alemanha e da Áustria, já que esses países haviam sido inimigos dos belgas, franceses e ingleses na Primeira Guerra Mundial. Somente no ano seguinte chegou-se a um acordo, autorizando a entrada de alemães e austríacos na organização (GOETHEM, 2013, p. 9). De acordo com Hentilä (2013, p. 98), a interpretação dominante na reunião realizada em setembro de 1920 na cidade suíça de Lucerna foi a de que os trabalhadores dessas nações não deveriam ser culpados pela decisão de seus governos de entrar em um conflito armado. Foi criada então a *Lucerne Sport International* – LSI, que passou a denominar-se *Sozialistische Arbeitersport Internationale* – SASI em 1928. Entendo a posição tomada pela LSI em Lucerna também como um protesto contra o COI, que banira dos Jogos Olímpicos de 1920 e 1924 os países pertencentes à Tríplice Aliança.

A postura crítica ao COI se manteve nos anos seguintes. Em seu congresso de 1922, a LSI decidiu organizar seu primeiro evento olímpico, mas com valores opostos aos promovidos pelo Barão de Coubertin. Bandeiras nacionais não seriam hasteadas nas cerimônias de premiação nem no desfile de abertura. Hinos nacionais também não seriam executados. Apenas a bandeira vermelha teria destaque no evento (GOETHEM, 2013, p. 9). Baseada nesse espírito, a primeira edição das *Arbeiterolympiade* (Olimpíadas dos Trabalhadores) ocorreu entre 24 e 28 de julho de 1925 na cidade alemã de Frankfurt. Além das competições propriamente ditas, eventos culturais como exposições e apresentações musicais ligadas à cultura proletária também se fizeram presentes (KRÜGER, 1996, p. 17).

O convite aos atletas, divulgado em jornais de esquerda de diversos países, transmitia de forma clara o objetivo dos jogos. Na edição de 22 de janeiro de 1925 do periódico social-democrata inglês *Justice*, por exemplo, isso fica evidente. O texto iniciava-se com um apelo aos trabalhadores organizados de todos os países para que eles participem do festival, que pretendia ser a grande expressão do poder da classe trabalhadora e de sua fraternidade internacional. Organizada pela LSI, a competição a ser sediada em solo alemão pretendia demonstrar o “amor do operariado pela cultura física

salutar” e contribuiria para estabelecer um “novo mundo” onde “o fantasma do militarismo” desaparecia junto com sua causa, o capitalismo.⁵⁷

O sucesso desse primeiro evento fez com que os envolvidos fizessem o acordo de realizar uma nova *Arbeiterolympiade* a cada seis anos. Além disso, festivais esportivos proletários de abrangência internacional se multiplicaram no período entreguerras. Segundo Goethem (2013, p. 8), a LSI/SASI esteve envolvida na organização de 966 competições do tipo entre 1924 e 1936. Os eventos de que trato, contudo, se destacam desses outros: houve apenas três Olimpíadas dos Trabalhadores (1925, 1931, 1937). Qual a diferença destas para as outras competições? A presença de três características já abordadas nos capítulos anteriores: a periodicidade, a dimensão ético-filosófica e a releitura de elementos da Grécia antiga. Nesse caso, a evocação aos antigos helenos tinha por objetivo fornecer uma aura de legitimidade ao projeto revolucionário do movimento proletário internacional, processo semelhante ao que ocorrera com o Dr Brookes e com o Barão de Coubertin, cada um recepcionando a tradição grega de acordo com seus próprios projetos político-sociais. Ora, o esporte moderno não remete à Grécia antiga por si só. Para unir esta e aquele é necessário um esforço interpretativo que varia conforme aquele que interpreta. Ao examinar como esse vínculo é construído, especialmente nos casos em que isso é feito de forma consciente e com um propósito definido, é possível pensar criticamente as características de cada projeto olímpico moderno.

A estrutura geral dos jogos foi a mesma nas três edições realizadas, cada uma dessas desdobrada em jogos de verão e de inverno. Assim, a primeira edição do festival (1925) foi realizada em Frankfurt-Alemanha (verão) e Szklarska Poręba-Polônia (inverno); a segunda (1931), respectivamente em Viena e Mürzzuschlag, ambas na Áustria; e a terceira e última (1937), nas cidades da Antuérpia-Bélgica e de Janské Lázně, atual República Tcheca. O aspecto financeiro tinha a seguinte dinâmica: a LSI/SASI e as associações de trabalhadores da cidade-sede arcavam com as despesas de organização e divulgação do evento. Já os gastos dos trabalhadores-atletas geralmente eram bancados pela associação esportiva a que pertenciam, mediante contribuição coletiva de seus membros. Havia também descontos na hospedagem e no transporte para a cidade-sede, já que o público era formado basicamente por trabalhadores sem grandes recursos

⁵⁷ Appeal to the organised workers in all countries. **Justice**, London, n. 2145, p. 6, 22 jan. 1925.

financeiros.⁵⁸ Nesse aspecto, nota-se uma grande diferença entre as *Arbeiterolympiade* e as Olimpíadas do COI. Nas primeiras, havia todo um esforço para que as classes operárias participassem. Nas últimas, as próprias regras do amadorismo e os custos com viagens e acomodação dificultavam ou inviabilizavam a participação de grande parte da população, incluindo as mulheres.

As modalidades disputadas eram, em geral, semelhantes às das Olimpíadas do COI, isto é, atletismo, ginástica, natação, esportes coletivos e lutas. Duas características, contudo, chamam a atenção. A primeira é que as Olimpíadas dos Trabalhadores também só admitiam amadores, assim como sua contraparte “oficial”. A definição do termo, contudo, diferia bastante da adotada pelo COI. Para a LSI/SASI, “amador é aquele que participa de competições apenas por interesse esportivo”.⁵⁹ Fica claro, portanto, que para o movimento esportivo operário, a condição social do atleta não era impeditiva, exigindo-se apenas que ele competisse por prazer e não por dinheiro.

A segunda característica diz respeito à participação feminina. Nas *Arbeiterolympiade*, as mulheres competiam em maior volume do que nas Olimpíadas idealizadas por Coubertin. Decerto, embora a objeção do Barão quanto à presença do gênero feminino nas provas tenha se mantido até suas últimas declarações públicas, as pressões dos movimentos feministas nos anos 1920, liderados nessa questão pela francesa Alice Milliat (1884-1957), fizeram o COI ceder, ainda que discretamente. O avanço mais marcante provavelmente foi no atletismo, modalidade em que as mulheres foram autorizadas a disputar provas a partir de Amsterdã-1928 (GOLDBLATT, 2016, p. 114). Ao se comparar os eventos olímpicos organizados pelo COI e pela SASI, contudo, fica claro que a presença feminina era muito maior no evento operário. Tomo as edições de Viena-1931 (SASI) e Los Angeles-1932 (COI) para exemplificar essa diferença. Nos jogos disputados na capital austríaca, 380 trabalhadoras-atletas marcaram presença em cinco modalidades (atletismo, ginástica, natação, ciclismo e esportes coletivos).⁶⁰ Já na

⁵⁸ Em todo *Festführer* (“Guia do festival”), é possível encontrar a programação do evento, mapas da cidade e informações sobre hospedagem e transporte. No *Festführer* de inverno de 1931, por exemplo, informa-se que “os portadores de cartões de participante do festival têm direito, conforme o decreto n.º 4840/1930 da Direção Geral das Ferrovias Federais da Áustria, a 25% de desconto na tarifa individual” dos bilhetes de trem. Descontos semelhantes também eram oferecidos em termos de hospedagem. SOZIALISTISCHE ARBEITERSPORT INTERNATIONALE. **Festführer**: Zweite Arbeiter-Wintersport-Olympiade. Mürzzuschlag, 1931, p. 17.

⁵⁹ SOZIALISTISCHE ARBEITERSPORT INTERNATIONALE. **Leichtathletik Programm Regelbestimmungen und allgemeine Satzungen**. Frankfurt, 1925, p. 3.

⁶⁰ SOZIALISTISCHE ARBEITERSPORT INTERNATIONALE. **Technischer Bericht 1931**. Wien, 1931, p. 38-39.

competição realizada em solo norte-americano, um total de 126 mulheres participou em apenas três modalidades (atletismo, esgrima e natação).⁶¹

Além disso, a presença feminina não era malvista no discurso oficial da organização proletária. De fato, havia autoridades do gênero feminino e elas tinham voz nas publicações, situação oposta a do COI. Na *Festschrift* de 1931, por exemplo, há um pequeno texto de Marie Deutsch-Kramer (1884-1973), presidente do Comitê de Esportes Femininos da Associação dos Trabalhadores pelo Esporte e Cultura Física da Áustria – ASKÖ, que defende que “as esportistas devem ocupar a linha de frente na luta por uma libertação ainda maior das mulheres trabalhadoras de todos os países”.⁶²

Por fim, qual a atitude do movimento esportivo proletário diante do COI e de seu evento? Bastante crítica, já que ele entendia que os “Jogos Olímpicos burgueses”, representados na figura de Pierre de Coubertin e seus colegas, haviam deturpado o espírito olímpico originalmente “festivo, pacífico e alegre” e o substituído por “ódio ardendo nos olhos e nos corações”.⁶³ O texto *Der Gedanke unserer Olympiade* (“O conceito da nossa Olimpíada”, 1926), parte de um folheto da LSI/SASI em comemoração à primeira edição da competição, reprova enfaticamente a Olimpíada “oficial”. Para a entidade, depois que “o esporte burguês trouxe de volta à vida os antigos Jogos Olímpicos dos helenos, eles se tornaram, de quatro em quatro anos, cada vez mais uma luta chauvinista das nações umas contra as outras.”⁶⁴ Segundo a publicação, não havia nas Olimpíadas organizadas pelo COI uma celebração pacífica e divertida, apenas desconfiança e rancor entre os envolvidos, pois o nacionalismo e o capitalismo não conheciam o “espírito de humanidade” e a reconciliação necessários à sociedade após a Grande Guerra. As Olimpíadas dos Trabalhadores, por outro lado, promoveriam a compreensão e a reconciliação entre os povos, pois nelas a coroa não seria dada apenas às nações vencedoras, mas sim aos trabalhadores-atletas que “se unem sob as bandeiras do socialismo”.⁶⁵

Assim, a criação das *Arbeiterolympiade* se inseriu nos objetivos do movimento esportivo proletário à época, quais fossem, melhorar a saúde do trabalhador através do

⁶¹ XTH OLYMPIADE COMMITTEE OF THE GAMES OF LOS ANGELES. **The Games of the Xth Olympiad, Los Angeles, 1932: Official Report.** Los Angeles: Francis Granger Browne, 1933, p. 375.

⁶² SOZIALISTISCHE ARBEITERSPORT INTERNATIONALE. **Festschrift 1931.** Wien, 1931, p. 13.

⁶³ SOZIALISTISCHE ARBEITERSPORT INTERNATIONALE. **Festbuch: Erste Internationale Arbeiter-Olympiade.** Frankfurt, 1926, p. 9.

⁶⁴ SOZIALISTISCHE ARBEITERSPORT INTERNATIONALE. **Festbuch: Erste Internationale Arbeiter-Olympiade.** Frankfurt, 1926, p. 8.

⁶⁵ SOZIALISTISCHE ARBEITERSPORT INTERNATIONALE. **Festbuch: Erste Internationale Arbeiter-Olympiade.** Frankfurt, 1926, p. 9.

esporte e promover nele a consciência de classe e lealdade às organizações socialistas. Para tanto, foi acrescentada uma dimensão ético-filosófica à prática esportiva, certamente não tão elaborada quanto o olimpismo de Coubertin, mas com propósito bem claro: libertar a classe trabalhadora “das correntes da exploração econômica, da servidão moral e da opressão cultural”.⁶⁶ Tal libertação, é claro, previa uma mudança revolucionária na sociedade, nos moldes da doutrina marxista. Resta investigar de que modo as Olimpíadas antigas foram recepcionadas por esse movimento e qual sua relação com as outras recepções já analisadas.

3.3 O verdadeiro espírito olímpico é vermelho! Recepção das Olimpíadas antigas pelo movimento esportivo proletário

A fonte principal para análise da recepção da tradição grega feita pelo movimento esportivo proletário é o texto *Das antike Olympia* (“A Olímpia Antiga”), publicado no folheto *Das Erste Arbeiterolympia* (“A Primeira Olimpíada dos Trabalhadores”) de 1926, pois ele é o único na documentação analisada que tem como tema principal a Grécia antiga e sua relação com o operariado moderno. O folheto foi publicado e distribuído entre as associações proletárias após a primeira edição da Olimpíada dos Trabalhadores e buscava exaltar os aspectos mais marcantes do evento. Há menções aos antigos helenos em outras fontes produzidas pela LSI/SASI, mas apenas de forma pontual.

Das Erste Arbeiterolympia é composto por uma série de textos pequenos que compartilham alguns atributos, como o caráter propagandístico e uma linguagem dotada de retórica, que buscam exaltar a importância do proletariado e do socialismo para a construção de um mundo melhor. De autoria do arquiteto austríaco Hans Fenz (1879-1927), o folheto inicia-se com a seguinte pergunta: pode o proletariado celebrar os Jogos Olímpicos? A resposta é enfática: “hoje, somente a classe trabalhadora, com seu esporte, é capaz de celebrar uma Olimpíada no verdadeiro sentido da antiguidade”.⁶⁷ O motivo dessa prerrogativa, contudo, só é exposto mais à frente no texto. Antes, é feita uma descrição das características gerais das Olimpíadas antigas, especificamente no que concerne aos marcos fundacionais e ordem de realização das competições. São

⁶⁶ SOZIALISTISCHE ARBEITERSPORT INTERNATIONALE. *Eine Rededispotion für Referenten*. Wien, 1931, p. 2.

⁶⁷ SOZIALISTISCHE ARBEITERSPORT INTERNATIONALE. *Das Erste Arbeiter-Olympia Frankfurt am Main 1925*. Graz, 1926, p. 8.

mencionadas as datas comumente apontadas como de fundação e término dos jogos (respectivamente 776 a.C. e 393 d.C.), seus rituais e suas provas. Estas não divergem do que foi levantado por mim no capítulo 1. A partir daí, contudo, o caráter descritivo se transforma em análise. O antigo festival olímpico é retratado como um evento inicialmente local, mas que se torna pan-helênico a partir do século VII a.C. e, posteriormente, “a mais famosa e mais importante festa nacional dos gregos”.⁶⁸ O lado político do evento também é ressaltado, especificamente no que concerne à capacidade de promover a paz. Nessa leitura, a sacralidade de Olímpia tinha o poder de cessar as guerras e fazer com que todos aqueles que haviam se desentendido marchassem “pacificamente lado a lado rumo ao grande santuário de Zeus em Élis”,⁶⁹ reforçando, assim, uma suposta união da “nação” grega. A *ekkekheiria*, além disso, estimularia as artes, já que escultores e oradores se reuniam no santuário a cada quatro anos para exibir suas obras e discursos.

Na Grécia antiga, a trégua olímpica servia como um salvo-conduto para proteger os atletas, seus familiares, treinadores e público no caminho até o santuário de Olímpia. Considerando que muitos participantes vinham de locais distantes da região de Élis, a *ekkekheiria* era uma instituição fundamental para viabilizar o festival. Segundo David Young (2004), ela não consistia, entretanto, na suspensão das guerras entre os povos gregos, já que estes continuavam a travar conflitos durante a vigência da trégua. Seus efeitos mais fundamentais residiam na proibição de invasões ao território eleu e na proteção aos viajantes que para lá se dirigiam ou de lá regressavam. Dito de outro modo, a *ekkekheiria* estabelecia que ninguém deveria ser impedido de ir ou voltar de Olímpia no período em que ela vigorava. Conflitos armados em outros locais não cessavam, ainda que em geral o território de Élis fosse respeitado.⁷⁰ O autor entende ainda que a interpretação idealizada que se dá a ela na modernidade é parcialmente responsabilidade do COI (YOUNG, 2004, p. 124), que a representa como um decreto de paz válido para todos os países. Pode-se inclusive supor, com certa ironia, que se a trégua ainda estivesse em vigor no século XX, o próprio COI a teria violado, já que impediu atletas da Alemanha e Hungria de participar dos jogos na década de 1920. Esses pontos sugerem que os

⁶⁸ SOZIALISTISCHE ARBEITERSPORT INTERNATIONALE. **Das Erste Arbeiter-Olympia Frankfurt am Main 1925**. Graz, 1926, p. 8.

⁶⁹ SOZIALISTISCHE ARBEITERSPORT INTERNATIONALE. **Das Erste Arbeiter-Olympia Frankfurt am Main 1925**. Graz, 1926, p. 9.

⁷⁰ Em toda sua narrativa, Pausânias (3.8.3-5) relata apenas uma invasão a Élis durante a trégua, especificamente o ataque de Esparta à fortaleza eléia de Fircos em 420 a.C., ato pelo qual os espartanos foram banidos dos Jogos Olímpicos até 416 a.C.

organizadores da *Arbeiterolympiade* reproduziram a idealização da *ekkekheiria* veiculada por Coubertin e seus colegas, isto é, ambas as organizações reconstruíram a trégua olímpica como uma paz sagrada entre os helenos, distanciando-se de seu caráter original, que consistia mais em uma garantia de passagem livre aos envolvidos no festival do que em uma suspensão geral dos conflitos armados.

As disputas atléticas em si, por outro lado, são objeto de crítica. Na visão proletária, as lutas e as corridas de quadriga tinham o aspecto negativo de ocasionalmente terminarem com a morte do atleta. A quadriga tinha ainda outro ponto condenável: a vitória era concedida ao proprietário dos cavalos e não ao auriga, que era de fato quem se arriscava. Apesar disso, a avaliação das Olimpíadas antigas é positiva: elas promoveram a união dos gregos e estimularam seu desenvolvimento cultural e fortalecimento físico, contribuindo sobremaneira para a defesa do povo contra inimigos. O motivo do declínio e da consequente ruína do festival, curiosamente, é o mesmo apontado por Coubertin: o profissionalismo. A interpretação é que as glórias ofertadas aos campeões, inicialmente benéficas, acabaram levando ao desvirtuamento do festival, pois

eram erguidas estátuas para os vencedores, compunham-se poemas e canções em homenagem às suas conquistas. No entanto, com a recepção festiva por parte dos habitantes de sua terra natal, com a farta hospitalidade custeada pelo estado, teve início algo que levaria à decadência do esporte: o profissionalismo atlético. De fato, posteriormente, passaram a ser concedidos prêmios em dinheiro aos vencedores e, por fim, estes passaram a ser sustentados pelo estado até o fim de suas vidas. Esses foram os precursores do gladiatorismo e dos profissionais atuais em nossas diversas modalidades esportivas.⁷¹

Diante desse cenário, cabia somente ao esporte proletário resgatar as dimensões positivas das antigas Olimpíadas, quais fossem: o sentimento religioso, expresso através do juramento e dos rituais; a paz promovida pela trégua; o estímulo ao desenvolvimento cultural; e os benefícios físicos do treinamento e dieta regulares. O juramento, cabe ressaltar, seria feito não “a um ser místico imaginado, mas sim à grande ideia do socialismo”.⁷² Tratava-se, portanto, de uma veneração secular nos moldes do pensamento marxista. É nesse sentido que se desenvolve a primeira dimensão da recepção empreendida pelo proletariado. Os rituais e juramentos antigos foram reinterpretados devido à função coesiva que poderiam exercer nos trabalhadores-atletas, ainda que o

⁷¹ SOZIALISTISCHE ARBEITERSPORT INTERNATIONALE. **Das Erste Arbeiter-Olympia Frankfurt am Main 1925**. Graz, 1926, p. 9.

⁷² SOZIALISTISCHE ARBEITERSPORT INTERNATIONALE. **Das Erste Arbeiter-Olympia Frankfurt am Main 1925**. Graz, 1926, p. 11.

objeto a que se dirigiam fosse diferente. No lugar da identidade étnica que os antigos gregos proclamavam diante dos presentes em Olímpia, foi colocada a “comunidade imaginária” (HOBSBAWM, [1987] 2020, p. 184) que uniria na mesma classe social os milhões de proletários espalhados pelo mundo, distintos entre si por língua, religião e nacionalidade. O estabelecimento do “culto positivo” (DURKHEIM [1912] 2018), do qual fazem parte os procedimentos ritualísticos e juramentos, teria assim o propósito de sacralizar essa comunidade internacional proletária, colocando-a acima das coisas mundanas.

Já a segunda dimensão, a paz, passaria pelo fim do nacionalismo, do capitalismo e, em última instância, dos antagonismos de classe. Nas palavras de Marx ([1845/1846] 2000, p. 197), a revolução consiste na “dissolução de todas as classes, nacionalidades etc. dentro da presente sociedade”. Nessa releitura, a trégua sagrada é vista como uma demonstração histórica do poder pacificador do esporte. Em outras palavras, o antigo festival olímpico teria o potencial de fazer cessar as guerras em função de seu prestígio e natureza. Porém, para que esse potencial se tornasse realidade novamente, as manifestações esportivas modernas teriam de ocorrer sob um ideal unificador à semelhança dos helenos, que se reuniam a cada quatro anos para celebrar sua festa “nacional”. Esse novo ideal seria o socialismo. Partia-se da seguinte analogia: se os antigos Jogos Olímpicos conseguiam frear as guerras, é possível que as Olimpíadas dos Trabalhadores também o consigam, pois estas seriam a manifestação moderna daqueles. O alegado objetivo pacífico das *Arbeiterolympiade* são, assim, uma construção moderna, mas que recorre à tradição grega para legitimar-se.

O desenvolvimento cultural, terceira dimensão da recepção, vincula-se ao acervo de odes e esculturas que se criava a cada celebração do antigo festival olímpico. Pausânias (6.1.3-6.18.7) descreve em sua visita ao santuário de Olímpia mais de uma centena de estátuas erguidas em homenagem a atletas vencedores. As *Odes Olímpicas* de Píndaro, por sua vez, foram compostas para exaltar vitórias da mesma natureza. Ambos os tipos de obra foram criados em função dos jogos e representam apenas uma parte das produções artísticas elaboradas nesse contexto. Essa multiplicidade de composições foi compreendida pela LSI/SASI como evidência de que havia um potencial artístico nas Olimpíadas antigas. Cabe apontar, contudo, que na Grécia antiga o propósito delas era exaltar os feitos de membros da elite – os únicos indivíduos com poder financeiro suficiente para custear a construção de estátuas e a composição de odes – perante a sociedade, aumentando ainda mais a rentabilidade da vitória olímpica e legitimando as

distinções sociais de então. Na releitura empreendida pelo movimento operário, essa função elitista é ignorada, restando apenas o potencial artístico da competição olímpica. As Olimpíadas dos Trabalhadores seriam a concretização moderna desse potencial artístico, mas com um objetivo bastante diferente. Ao invés de exaltar as proezas atléticas da elite, a arte proletária buscou incutir nos participantes a consciência de classe e a legitimação do discurso revolucionário. Os desfiles, as canções, as encenações e a iconografia das publicações da LSI/SASI, todas convergem nesse sentido. Dentre as produções artísticas, destaca-se a peça teatral exibida na abertura da primeira edição das *Arbeiterolympiade* (Frankfurt-1925), intitulada *Kampf um die Erde* (“Luta pela Terra”), de autoria do dramaturgo Alfred Auerbach (1873-1954). Encenada no estádio da cidade para 50.000 pessoas, a obra narra uma luta entre os “Poderosos” e o “Povo” pelo controle da Terra. O “Povo”, debilitado pela guerra, é no fim resgatado pelos “Jovens”, que prometem expulsar os “Poderosos” e estabelecer “novos tempos” em que o “cárcere” da humanidade será quebrado e as portas da Terra se abrirão para “os povos unidos”.⁷³

Por fim, a quarta dimensão da recepção da tradição grega expressa nas *Arbeiterolympiade* consiste no estímulo ao fortalecimento físico e dieta do proletariado, os quais se inserem dentro do próprio projeto revolucionário, já que, em um possível confronto militar com as forças antirrevolucionárias, seria interessante que o proletariado estivesse fisicamente apto a lutar. É feito assim um paralelo entre os *agones*, que possuíam um caráter militar, conforme discutido no capítulo 1, e o esporte, que foi entendido como atividade fortalecedora do corpo e preparatória para o combate. Há também uma questão que deriva muito mais das reelaborações olímpicas do Dr Brookes e do Barão de Coubertin do que propriamente da tradição grega: a saúde das classes trabalhadoras. Dadas as menções ao mal que o alcoolismo causava às massas, presentes tanto nos discursos do médico inglês quanto do aristocrata francês e da LSI/SASI, o recurso ao esporte para superação do alcoolismo é um aspecto específico da recepção da antiguidade feita pelos eventos olímpicos modernos.

É nesse sentido que a LSI/SASI defendia que o verdadeiro espírito olímpico só poderia ser resgatado pelas classes trabalhadoras. No discurso da instituição, o esporte proletário era o único “puro”, pois expressava verdadeiramente a união entre os povos, do mesmo modo que o festival em Olímpia representava a comunhão entre os gregos de todas as regiões. Assim, o internacionalismo operário é entendido como a manifestação

⁷³ SOZIALISTISCHE ARBEITERSPORT INTERNATIONALE. *Kampf um die Erde*: Weihepiel von Alfred Auerbach zur Internationalen Arbeiter-Olympiade. Frankfurt, 1925, p. 29.

moderna do pan-helenismo antigo. Há também nessa interpretação uma clara oposição às Olimpíadas idealizadas por Coubertin já que, nas *Arbeiterolympiade*, os trabalhadores não competiam por nações, como preconizado pelo Barão, mas sim em honra à bandeira vermelha, símbolo do socialismo. A arte teria nesse projeto um papel fundamental, pois incutiria no proletariado a consciência de classe necessária para o futuro revolucionário. O treinamento e aptidão física das massas também aí se inserem: braços fortes sempre são úteis em qualquer situação possivelmente violenta. As dimensões artísticas e higienistas dessa recepção, contudo, distanciam-se do antigo festival olímpico e refletem muito mais as necessidades e ambições do período entreguerras europeu.

3.4 Comparando recepções a partir dos conceitos de *omni-local* e *allelopoiesis*

O conceito *omni-local* foi proposto por Greenwood (2013, 2016) para expressar a tradutibilidade e adaptabilidade dos clássicos nas diversas culturas ao longo do tempo. Um clássico é *omni-local* porque em cada recepção dele há o surgimento potencial de uma nova interpretação ou versão do texto-fonte. Favversani (2020), por sua vez, propõe o conceito de *allelopoiesis* para designar o processo de construção mútua entre passado e presente, no qual ambos os polos são modificados. A *allelopoiesis* implica que a investigação sobre o passado não apenas transforma a compreensão que se tem dele, mas também reconfigura o presente do próprio intérprete, criando figuras e ideias que mesclam elementos de ambas as temporalidades com uma feição própria.

Conforme indicado na Introdução, Greenwood (2016) realiza um estudo de recepção da peça *Antígona* de Sófocles por escritores africanos, no qual sugere que os clássicos podem ser recepcionados de forma diferente até dentro da mesma sociedade, expressando uma disputa pelo poder político. A autora analisa o caso do escritor Jack Mapanje, que recepcionou subversivamente a tragédia sofocliana para protestar contra o ditador de seu próprio país, Ngwazi Banda, também um admirador da antiguidade grega. Seguindo na mesma linha da abordagem de recepção subversiva da autora, é possível afirmar que as Olimpíadas dos Trabalhadores são um “contra-texto” (GREENWOOD, 2016, p. 44) elaborado para criticar a elitização e o nacionalismo presentes no evento gerido pelo COI. Essa mesma recepção também é *omni-local*, possuindo evidente relação tanto com as Olimpíadas modernas “oficiais” como com as Olimpíadas da antiguidade. Tal processo, conforme defendido pela autora, é uma via de mão dupla, onde recepções anteriores influenciam as posteriores para além da própria influência exercida pela obra-

fonte. Nos casos aqui analisados, as interpretações da tradição grega realizadas pelo Dr Brookes em meados do século XIX influenciaram o Barão de Coubertin, que, por sua vez, influenciou o movimento esportivo proletário. Os contextos sociais de cada um desses atores (a Inglaterra da segunda metade do século XIX, no caso do Dr Brookes; a Europa ocidental do fim do século XIX e do período entreguerras, nos casos respectivos do Barão e da SASI), contudo, também determinaram o modo como recepcionaram a antiguidade.

Como bem aponta Giglio (2018), competições esportivas internacionais envolvem disputas de poder que refletem o contexto político em que tais eventos estão inseridos. Com a popularização do esporte a partir do fim do século XIX, este passou a ocupar um espaço cada vez maior na vida das classes populares. Diante do potencial de atração que essa manifestação corporal exercia (e ainda exerce), especialmente na juventude, pensadores, educadores e políticos passaram a refletir sobre o papel que o esporte poderia desempenhar nos diversos aspectos da vida. O surgimento dos eventos olímpicos modernos se deu nesse sentido. Neles, houve a tentativa de aliar prática esportiva e conduta moral para concretização de determinado projeto político.

Os anos 1918-1939 se caracterizam pela “luta revolucionária e contrarrevolucionária, depressão econômica sem paralelo e renovada polarização social” (ELEY, p. 279). Nesse contexto, dois projetos bastante distintos disputaram a soberania do campo esportivo. A Revolução Bolchevique de 1917 e o crescimento dos partidos de esquerda na Europa levaram as classes dominantes ao temor de novas revoluções socialistas.⁷⁴ O esporte foi um dos meios pelos quais buscou-se a coesão social necessária para, em alguns casos, conservar as estruturas de poder e, em outros, transformá-las. Os objetivos dependiam de quem o instrumentalizava. De um lado, Pierre de Coubertin procurou formar uma elite de atletas masculinos que, por sua atitude supostamente nobre, inspiraria a juventude a amar seu país e abandonar qualquer intenção revolucionária. Seu projeto iniciou-se ainda na década de 1890, mas se estabeleceu após a Primeira Grande Guerra. Do outro, partidos e associações proletárias de doutrina marxista buscaram incutir a consciência de classe e o aprimoramento físico na juventude operária como preparação para a revolução. Ambos, contudo, recorreram à antiguidade grega para legitimar suas aspirações.

⁷⁴ A Revolução Bolchevique de outubro de 1917 foi um levante liderado pelos bolcheviques na Rússia que resultou no fim do governo provisório e na implantação de um sistema econômico-social onde a propriedade privada dos meios de produção foi abolida (MARTIGNETII, 1986).

Na visão do COI, a condição de atleta amador vinculava-se a certa ideia de elite, expressa através da exclusão das classes trabalhadoras das competições. Estas, em contrapartida, subverteram esse conceito, estabelecendo que amador é simplesmente aquele que ama o esporte. Evidencia-se aqui o caráter *omni-local* dessas recepções, pois é nítido que a recepção mais antiga, efetuada pelo Barão, influenciou a mais recente, da SASI, que por sua vez foi pensada como protesto em relação à ideia “burguesa” de amadorismo. Para Greenwood (2013, p. 358), a variabilidade nas recepções da antiguidade não é sinônimo de aleatoriedade, mas sim de que não há relação *a priori* entre culturas modernas e a Grécia antiga, o que faz com que o “contexto de mediação” entre estas e aquela determine padrões de reconstrução que podem ser identificados pelos estudos de recepção. Ora, as interpretações da antiguidade expressas nos eventos olímpicos internacionais que analiso fazem parte do mesmo contexto sociopolítico, de modo que exibem um padrão de reconstrução identificável. Tanto um quanto o outro partem dos mesmos pontos para elaborar sua releitura: o amadorismo, o nacionalismo e a pacificação mundial. Fazem parte, assim, da mesma rede “supra-local de referência” (GREENWOOD, 2016, p. 47), embora as Olimpíadas dos Trabalhadores se apresentem como um “contra-evento” – adaptando aqui o termo “contra-texto” proposto por Greenwood – aos Jogos Olímpicos de Coubertin.

Dessa forma, apesar do antagonismo ideológico, as releituras sobre a Grécia antiga realizadas pelo Barão de Coubertin e pela SASI se assemelham em muitos pontos. O aspecto ritualizado, a dicotomia entre amador e profissional, a ideia de paz promovida pelo esporte, a percepção das pólis gregas enquanto nações e o pan-helenismo retratando um tipo de internacionalismo são evidentes tanto no aristocrata francês quanto nas lideranças operárias. As formas modernas de manifestar ou recriar essas características é que diferem. Dito de outro modo, as interpretações feitas por eles partem do mesmo ponto, mas chegam a conclusões diferentes.

A releitura da Grécia antiga enquanto nação, empreendida por ambas as instituições, reflete tanto os projetos políticos de cada uma quanto a historiografia do fim do século XIX, eminentemente nacionalista (KOLOURI, 2010). Para Coubertin, a nação é o ideal com potencial unificador a ser reverenciado. Daí a importância de se jurar à bandeira nacional e de se executarem os hinos dos países vencedores nas cerimônias. Nas Olimpíadas dos Trabalhadores, por outro lado, a própria ideia de nação é danosa porque promove a guerra e a divisão da classe proletária. O objeto a ser cultuado é, então, o socialismo. Conforme o Barão e seus colegas do COI, as Olimpíadas antigas eram o

campo de expressão máximo do “nacionalismo” grego, onde as diferentes pólis reconheciam-se enquanto semelhantes e disputavam a coroa de oliveira de forma amigável. Paradoxalmente, ele também compreendeu a Grécia antiga como o conjunto de nações que compunha o mundo civilizado na antiguidade. Nessa releitura paralela, cada pólis seria o equivalente antigo de uma nação moderna, sendo o festival olímpico o local por excelência para demonstrar pacificamente o amor que cada atleta sentia pela sua pátria. O discurso da SASI alinhou-se à primeira interpretação de Coubertin, enquadrando também a Grécia antiga sob a categoria “nação”. A ideia de uma única nação grega é importante porque a organização operária julgava que as entidades nacionais modernas – divisórias e beligerantes por natureza – eram danosas, preferindo ressaltar em sua recepção a unidade dos gregos.

A paz moderna poderia ser obtida pela manutenção da ordem social ou pela revolução proletária, dependendo de quem interpretava a *ekekheiria*. A trégua sagrada, uma instituição que na antiguidade tinha apenas o propósito de assegurar o trânsito dos participantes e proteger o santuário de Olímpia contra invasões, tornou-se, na visão tanto do COI quanto da SASI, evidência de que o esporte poderia pacificar o mundo. Esse é um dos aspectos da *allelopoiesis*: a criação de traços novos e originais naquilo que é recepcionado (FAVERSANI, 2020). Nos anos seguintes à Primeira Guerra Mundial, cabe mencionar, a possibilidade de um novo confronto bélico aterrorizava boa parte da população. Assim, foi criada a ideia de que o esporte poderia promover o fim dos conflitos armados, já que o antigo festival olímpico teria pacificado a Grécia, ainda que momentaneamente. Porém, como foi debatido no capítulo 1, os *agones* não encontram equivalência na modernidade. A própria ideia de que estados-nação devem conviver pacificamente é também moderna, desenvolvendo-se a partir do Iluminismo no século XVIII (BOBBIO, 1986, p. 875). Nesse sentido, o efeito pacificador das Olimpíadas antigas foi elaborado como “instrumento para compreender o presente” (FAVERSANI, 2020, p. 382) do conturbado período entreguerras.

As distinções sociais legitimadas e expressas nos *agones* também merecem atenção ao se comparar as recepções analisadas. Toda a restrição a mulheres, não-gregos e escravos é ignorada na interpretação feita pela SASI das Olimpíadas antigas. Não parece ser o caso de desconhecimento sobre as interdições, mas sim de uma estratégia para justificar a ampla participação das camadas populares no evento olímpico por elas construído. Nessa questão, a recepção coubertiana se aproxima mais da tradição grega,

pois entende os jogos como um palco onde as elites mostrariam suas virtudes físicas e morais perante as massas.

Os projetos políticos de cada grupo analisado também balizaram a visão pela qual estes reconstruíram o passado. A meu ver, as Olimpíadas dos Trabalhadores são ao mesmo tempo uma recepção do projeto olímpico do Barão de Coubertin e das Olimpíadas da antiguidade, o que evidencia um processo de *allelopoiesis*, pois diferentes temporalidades – no caso a Grécia antiga, o final do século XIX e o período entreguerras – são mescladas, gerando algo novo que não pertence exclusivamente a nenhuma delas. Dado que o processo de *allelopoiesis* implica uma “construção recíproca e simultânea do(s) passado(s) e do presente” (FAVERSANI, 2020, p. 390), as disputas políticas dos anos 1920-1930 criaram figuras e ideias que se comunicaram através de uma tradição e que puderam ser reapropriadas e modificadas posteriormente.

A esse respeito, a construção da figura do atleta grego amador, que competia por puro desinteresse, amor à pátria e reverência aos deuses antigos é compartilhada tanto pelo COI quanto pela SASI. Ligada a ela, está a ideia de uma Olímpia livre de ambições materiais, pacífica e internacional. Tal retrato, contudo, difere em alguns aspectos daquilo que ocorria nas Olimpíadas da antiguidade, onde interesse monetário, divergência política e veneração divina andavam lado a lado. Não obstante, a imagem de um festival olímpico puro, sagrado e coeso serviu tanto aos socialistas quanto ao Barão de Coubertin, ainda que de maneiras diferentes. As recepções assim empreendidas foram, ao mesmo tempo, *omni-locais* e fruto de *allelopoiesis*, servindo às disputas do período entreguerras e reverberando a aura de encantamento que os Jogos Olímpicos carregam até hoje.

3.5 Conclusões preliminares

Na base dos projetos olímpicos do período entreguerras, havia a intenção de instrumentalizar o esporte para atingir certos objetivos políticos e sociais. As competições dessa natureza que obtiveram maior repercussão foram os Jogos Olímpicos modernos, idealizados pelo Barão de Coubertin, e as Olimpíadas dos Trabalhadores, elaboradas pela LSI/SASI. Para fundamentar e legitimar seus objetivos e valores, ambos os eventos recepcionaram a antiguidade grega no que concerne às competições atléticas. A releitura das Olimpíadas antigas por Coubertin teve diversas características, mas todas elas ligaram-se de um modo ou outro ao conceito de amadorismo e à defesa da nação diante das ideologias revolucionárias, notadamente o socialismo de base marxista.

Os partidos e movimentos proletários, ao perceberem o potencial atrativo do esporte, também criaram seu evento olímpico e recorreram à tradição grega para legitimá-lo. A reconstrução que fizeram da Grécia antiga no início do século XX, entretanto, demonstrou se pautar muito mais pela subversão da recepção empreendida pelo Barão de Coubertin do que pela própria antiguidade. O termo “amadorismo” também está no centro do projeto olímpico operário, só que com significado sensivelmente diferente daquele empregado pelo COI. No caso, a LSI/SASI retirou as restrições de classe e gênero vinculadas ao status de atleta amador e exigiu apenas que os participantes não buscassem recompensa financeira pela prática esportiva. Também criticou veementemente o nacionalismo exacerbado das Olimpíadas “oficiais”, alegando que estas eram causa de desconfiança e divisão entre os povos.

O aspecto mais interessante da releitura da antiguidade realizada pelo movimento esportivo proletário diz respeito à trégua olímpica, compreendida como a promoção da paz através do esporte. Na concepção da LSI/SASI, somente as classes trabalhadoras poderiam ressuscitar a pureza do antigo festival olímpico, já que o objetivo alegado das *Arbeiterolympiade* seria justamente o fim das guerras. Para legitimar essa aspiração, as Olimpíadas antigas foram reinterpretadas como um evento acima de tudo amigável, onde os *athletai* competiriam em um ambiente livre de beligerância nacionalista. Esse retrato do passado grego se expressava através do seguinte argumento: a trégua sagrada, entendida como paz, só era possível no passado porque os gregos não competiam por nações, mas sim pela união de todos os helenos. Ora, os únicos na modernidade que não competiam por nações eram os proletários, portanto, a pureza do antigo festival olímpico só seria acessível a eles. A ideia de unidade (de classe) é vinculada assim ao pan-helenismo grego e colocada em oposição ao orgulho nacional preconizado por Coubertin.

Desse modo, o termo que julgo mais adequado para caracterizar a recepção subversiva expressa nas Olimpíadas dos Trabalhadores é “contra-evento”, em analogia à ideia de “contra-texto” proposta por Greenwood (2016). Os jogos proletários foram pensados como um protesto em relação ao elitismo e nacionalismo de sua contraparte “burguesa”, por isso partiram dos mesmos aspectos daquela recepção e a subverteram, chegando a interpretações sobre a antiguidade grega sobremaneira diferentes daquelas elaboradas pelo Barão.

CONCLUSÃO

O objetivo da presente dissertação foi estudar eventos olímpicos modernos à luz dos estudos recentes sobre Olimpíadas na Grécia antiga, examinando especificamente como a antiguidade grega foi recepcionada por esses eventos no período entreguerras, notadamente os Jogos Olímpicos idealizados pelo Barão de Coubertin e as Olimpíadas dos Trabalhadores. Um dos principais desafios que enfrentei ao longo da pesquisa foi lidar com dois contextos históricos extremamente distantes no tempo. As Olimpíadas da antiguidade, em especial, representam um recorte amplo e complexo, considerando que foram celebradas do século VIII a.C. até o século IV d.C., totalizando mais de mil anos de duração. Para lidar com essa amplitude, a síntese se mostrou uma ferramenta essencial. Outra dificuldade significativa foi a escassez de bibliografia sobre o tema, especialmente no que diz respeito às Olimpíadas dos Trabalhadores. Encontrei apenas uma publicação em língua portuguesa e menos de uma dezena de obras em inglês dedicadas ao assunto.

Para a análise das recepções, recorri aos conceitos *omni-local e allelopoiesis*, conforme proposto respectivamente por Greenwood (2013, 2016) e Favarsani (2020). Esse suporte teórico permitiu compreender como a reconstrução da tradição grega pelos eventos olímpicos modernos resultou na criação de figuras que mesclam temporalidades, mas que não pertencem exclusivamente a nenhuma delas, como é o caso do antigo atleta olímpico amador. Por outro lado, estabeleci que cada uma das Olimpíadas modernas que analisei faz parte de uma rede inter-relacionada de recepções da antiguidade, onde recepções anteriores influenciam as posteriores.

No capítulo 1, caracterizei os *agones* e o antigo festival olímpico. As fontes e a bibliografia examinadas evidenciaram a magnitude e a estabilidade do evento, o qual sofreu poucas alterações ao longo do tempo. Certamente, o triunfo em uma prova olímpica era considerado um dos maiores feitos que o indivíduo poderia alcançar, de modo que um campeão olímpico se tornava, aos olhos da sociedade, mais próximo dos deuses. A meu ver, o aspecto que mais chama atenção para os propósitos desta pesquisa é a coexistência de divisão social, ambição financeira e veneração religiosa nos jogos celebrados em Olímpia. Ainda que atletas de origem humilde ocasionalmente competissem, em geral as provas eram disputadas pela elite grega, isto é, homens de posses que buscavam obter vantagens políticas e materiais com a vitória. Vencer também era visto como favorecimento divino, não sendo incompatível com as recompensas

financeiras obtidas. Desse modo, as Olimpíadas da antiguidade eram um espaço onde se disputava simultaneamente a glória, o respeito e o dinheiro.

O segundo capítulo teve como escopo analisar a recepção da antiguidade realizada pelo Barão de Coubertin ao criar os Jogos Olímpicos modernos. Dotado de formação clássica e criado em um ambiente extremamente competitivo, o aristocrata francês dedicou sua juventude ao estudo do esporte enquanto instrumento educacional. Recioso dos movimentos revolucionários do fim do século XIX, empenhou-se em educar as elites da época, procurando formar líderes que pudessem promover a coesão social entre as classes dominantes e as classes dominadas. A visita do Barão aos Jogos Olímpicos de Much Wenlock parece ter-lhe inspirado a buscar na antiguidade grega a legitimação de seu projeto. Assim, selecionou elementos das Olimpíadas antigas, como o caráter religioso e elitista e mesclou-os a questões modernas, como o amadorismo e o nacionalismo para criar um evento esportivo onde os jovens das classes abastadas pudessem servir de exemplo de conduta para os jovens proletários. O modelo a ser seguido pelas elites consistia em uma releitura da Grécia antiga que idealizava o atleta olímpico: ele seria moralmente virtuoso, desinteressado financeiramente e competiria unicamente pelo amor à sua nação. Essa reconstrução da antiguidade pelo Barão residia nos objetivos políticos e sociais que ele buscou alcançar através do esporte, quais fossem, inibir os impulsos revolucionários de cunho socialista e fomentar a lealdade à nação.

No capítulo 3, investiguei como o movimento esportivo operário recepcionou as Olimpíadas antigas no processo de criação de seu próprio evento. As características das *Arbeiterolympiade*, entretanto, evidenciaram que elas foram ao mesmo tempo uma recepção subversiva dos Jogos Olímpicos idealizados pelo Barão de Coubertin e uma releitura da Grécia antiga. Nesse sentido, as Olimpíadas dos Trabalhadores apresentaram-se como um “contra-evento” em relação aos jogos promovidos pelo COI, partindo dos mesmos pontos que estes ao interpretar a tradição grega, porém apresentando desenvolvimentos bastante distintos. Nelas, o elitismo antigo foi ignorado e o moderno, criticado. Ademais, a visão negativa sobre o nacionalismo norteou a releitura do passado empreendida pela LSI/SASI, que compreendeu a ausência de divisões nacionais nas antigas Olimpíadas como a principal causa de união entre os gregos. Sob essa ótica, a identidade comum (de classe) expressa no esporte proletário seria a manifestação moderna da identidade étnica comum que os helenos expressavam nos jogos pan-helênicos, primeiro passo para a abolição das nações e dos antagonismos de classe.

Ao comparar as recepções investigadas, entendo que a realizada pelo Barão de Coubertin se aproxima mais da tradição grega, embora ela também remeta aos Jogos Olímpicos de Much Wenlock. Certamente, os eventos olímpicos modernos que analisei demonstraram ser recepções tanto do passado como uns dos outros, o que evidencia seu caráter *omni-local*. Nesse sentido, as questões políticas e sociais que cada indivíduo ou organização enfrentou nortearam o modo como a antiguidade foi por eles recepcionada. O Dr Brookes, o Barão de Coubertin e a LSI/SASI não interpretaram a Grécia antiga de forma puramente ingênua: eles procuraram lidar com problemas de seu contexto social. O primeiro buscou aliar o prestígio da tradição grega à popularidade do esporte para lidar com o alcoolismo entre os trabalhadores do interior da Inglaterra. Já os últimos tinham um projeto político ainda mais abrangente, que envolvia instrumentalizar o esporte para conquistar a lealdade das massas urbanas em torno de um ideal comum. Sob essa ótica, cada evento olímpico analisado também se apresentou como um espaço de afirmação de identidades, fossem elas identidades étnicas, nacionais ou de classe.

A oposição entre os Jogos Olímpicos de Coubertin e as Olimpíadas dos Trabalhadores teve como cenário o período entreguerras europeu, caracterizado pela polarização social, pelo temor à revolução e por fervores nacionalistas cada vez mais extremados. Eminentemente elitistas, as Olimpíadas modernas foram pensadas para ser um palco onde a juventude das classes abastadas serviria de modelo de conduta para as classes populares, exibindo excelência moral, física e reverência à nação. Esse conjunto de atitudes foi sacralizado em uma espécie de religião secular denominada olimpismo. Em protesto a essas características, o movimento esportivo proletário elaborou seu próprio evento, onde os aspectos considerados negativos de sua contraparte foram subvertidos, notadamente o elitismo e o nacionalismo. A recepção da antiguidade pela LSI/SASI também partiu dos mesmos pontos que Coubertin, porém obteve desenvolvimentos diferentes, os quais expressavam a disputa política entre as forças de inclinação marxista e as de cunho mais nacional-conservador.

Nesse conflito em que o esporte teve papel central, várias figuras e ideias a respeito da antiguidade grega foram construídas, evidenciando o processo de *allelopoiesis*. Dentre elas, destacam-se a do atleta grego “amador”, a paz olímpica e o retrato da Grécia enquanto “nação”. Todos esses influenciaram a visão que se tem do atletismo grego antigo no presente, além de terem influenciado o próprio presente em que foram elaboradas. A narrativa de que a ruína olímpica antiga teria se iniciado com o

advento do “profissionalismo” é evocada inclusive até hoje, como bem demonstra a querela em torno da remuneração de atletas universitários nos E.U.A.⁷⁵

Com a pesquisa realizada, espero ter trazido uma contribuição para o entendimento das relações entre Olimpíadas antigas e modernas, para a compreensão do esporte organizado como campo de disputa entre as forças políticas do período entreguerras e para a diminuição do chamado “vazio historiográfico” em história do esporte no Brasil. Em especial, espero ter apresentado um exame crítico a respeito das dimensões políticas e da aura de grandeza que envolvem os Jogos Olímpicos até hoje.

⁷⁵ Embora ultrapasse o escopo da pesquisa, o caso *NCAA x Alston* (2021), julgado recentemente pela Suprema Corte dos E.U.A, mostra que a ideia de amadorismo ainda norteia as disputas políticas em torno do esporte. Para argumentar a favor do não-pagamento de salários a atletas universitários, a *NCAA* (*National Collegiate Athletic Association*) citou a tradição do amadorismo no esporte, claramente baseando-se na formulação proposta por Coubertin aqui analisada. Ver: https://www.supremecourt.gov/opinions/20pdf/20-512_gfbh.pdf. Acesso em: 22/06/2025.

BIBLIOGRAFIA

Fontes antigas

HERODOTUS. **The Histories**. Volume III. Books V-VII. Translation by A. D. Godley. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1938.

HOMERO. **Ilíada**. Tradução de Frederico Lourenço. Lisboa: Quetzal, 2019.

_____. **Odisseia**. Tradução de Frederico Lourenço. Lisboa: Quetzal, 2018.

ISÓCRATES. **Isocrates**. Volume III. Translation by Larue Van Hook. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1945.

PAUSÂNIAS. **Descrição da Grécia**. Tradução de Maria de Fátima Sousa e Silva. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2022-2023, 6 vols.

PÍNDARO. **Odes Olímpicas**. Introdução, notas e tradução de Robert de Brose. Araçoiaba da Serra: Mnema, 2023.

Fontes hemerográficas

Appeal to the organised workers in all countries. **Justice**, London, n. 2145, p. 6, 22 jan. 1925.

Boxing. **Drewry's Derby Mercury**, Derby, n. 2904, p. 1, 10-17 jan. 1788.

DRASTIC rules for american oarsmen. **The New York Times**, New York, n. 18.122, p. 7, 6 set. 1907.

Intelligence extraordinary. **Newcastle Courant**, Newcastle upon Tyne, n. 4644, p. 2, 21 sep. 1765.

Olympian Festival at Much Wenlock. **The Wellington Journal and Shrewsbury News**, Wellington, p. 8, 25 oct. 1890.

Salisbury races. **London Gazette**, London, n. 89417, p. 4, 31 mar.-3 apr. 1750.

School Sports in France. **The Queen: The Lady's Newspaper**, London, v. LXXXV, n. 2214, p. 738, 1 jun. 1889.

Fontes institucionais

XTH OLYMPIADE COMMITTEE OF THE GAMES OF LOS ANGELES. **The Games of the Xth Olympiad, Los Angeles, 1932**: Official Report. Los Angeles: Francis Granger Browne, 1933.

COMITÉ INTERNATIONAL OLYMPIQUE (COI). **Bulletin Du Comité International Des Jeux Olympiques**. Paris. Ano 1. n.1. jul. 1894. Disponível em: <https://library.olympics.com/Default/digital-viewer/c-81284>. Último acesso em: 02/02/2022.

_____. **Charte olympique - 1921**. Lausanne, 1921. Disponível em: <https://library.olympics.com/Default/digital-viewer/c-64461>. Último acesso em: 23/12/2023.

_____. **Revue Olympique**. Paris, n. 14, fév. 1907.

COUBERTIN, Pierre de. **Olimpismo**: Seleção de textos. Norbert, MULLER & Nelson Schneider TODT (eds) Porto Alegre: EdIPUCRS, 2015.

ÉCOLE LIBRE DES SCIENCES POLITIQUES. **Les Cours Ouvriront le lundi 15 novembre 1886**. Paris, 1887.

SOZIALISTISCHE ARBEITERSPORT INTERNATIONALE. **Das Erste Arbeiter-Olympia Frankfurt am Main 1925**. Graz, 1926.

_____. **Eine Rededispotion für Referenten**. Wien, 1931.

_____. **Festbuch: Erste Internationale Arbeiter-Olympiade**. Frankfurt, 1926.

_____. **Festführer: Zweite Arbeiter-Wintersport-Olympiade**. Müzzzuschlag, 1931.

_____. **Festschrift 1931**. Wien, 1931.

_____. **Kampf um die Erde**: Weihespiel von Alfred Auerbach zur Internationalen Arbeiter-Olympiade. Frankfurt, 1925.

_____. **Leichtathletik Programm Regelbestimmungen und allgemeine Satzungen**. Frankfurt, 1925.

_____. **Technischer Bericht 1931**. Wien, 1931.

Bibliografia crítica

ADAMS, Winthrop L. Other Peoples Games: The Olympics, Macedonia and Greek Athletics. **Journal of Sport History**, v. 30, n. 2, p. 205-207, 2003.

ANDRONICOS, Manolis. Atletismo e educação: a instituição dos jogos na Hélade antiga. *In*: YALOURIS, Nicolaos (org.) **Os Jogos Olímpicos na Grécia antiga**: Olímpia antiga e os Jogos Olímpicos. São Paulo: Odysseus, 2004. p. 39-80.

BADSEY, Stephen. **The Franco-Prussian War 1870-1871**. London: Osprey Publishing, 2003.

BARNEY, Robert K. The Olympic games in modern times. *In*: SCHAUS, Gerald P.; WENN, Stephen R. (eds) **Onward to the Olympics**: Historical Perspectives on the Olympic Games. Waterloo: Wilfrid Laurier University Press, 2007, p. 221-242.

BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal**: do ano mil à colonização da América. São Paulo: Globo, 2006.

BASSO, Fabiano. Jogos Olímpicos da antiguidade – compreendendo a hegemonia espartana no período arcaico grego. **Arquivos em Movimento**, v. 8, n. 1, p. 22-40, 2012.

BATISTA, Guilherme.; CAMARGO, Wagner. Regimes de controle no esporte: das mulheres aos corpos trans/intersexo. **Record**, v. 13, n. 2, p. 1-27, 2020.

BEALE, Catherine. **Born Out of Wenlock**: William Penny Brookes and the British Origins of the Modern Olympics. Derby: Derby Books, 2011.

BENN, Tansin.; DAGKAS, Symeon. The Olympic Movement and Islamic culture: conflict or compromise for Muslim women? **International Journal of Sport Policy and Politics**, v. 5, n. 2, p. 281-294, 2012.

BOBBIO, Norberto. Verbete “Pacifismo”. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (eds) **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UnB, 1986, p. 875-877.

BODDY, Kasia. **Boxing: A Cultural History**. London: Reaktion Books, 2008.

BOLLING, Hans. **The Beginning of the IAAF: A Study of its Background and Foundation**. Stockholm: International Association of Athletics Federations, 2007. Available at: <https://media.aws.iaaf.org/competitioninfo/98ef337f-62a0-4dc9-9348-c8e8a2fdbf1c.pdf>. Access date: 25 July 2023.

BOYCOFF, Jules. **Power Games: A Political History of the Olympics**. London/New York: Verso, 2016.

BRACHT, Valter. **Sociologia crítica de esporte: uma introdução**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

BRAUNTHAL, Julius. **History of The International 1914-1943**. Volume 2. Bristol: Thomas Nelson and Sons, 1967.

BROSE, Robert de. Olímpia e os jogos. In: PÍNDARO. **Odes Olímpicas**. Introdução, notas e tradução: Robert de Brose. Araçoiaba da Serra: Mnema, 2023, p. 57-122.

BUCHANAN, Ian. Asia’s first female olympian – Kinue Hitomi. **Journal of Olympic History**, v. 8, n. 3, p. 22-23, 2000.

CARPENTIER, Florence.; LEFÈVRE, Jean-Pierre. The modern Olympic movement, women’s sport and the social order during the inter-war period. **Journal of the History of Sport**, v. 23, n. 7, p. 1112-1127, 2006.

CHARILAOS, Chondronasios N. Origin and social status of the top wrestlers in the Ancient greek world. **International Journal of Wrestling Science**, v. 9, n. 1, p. 34-39, 2019.

CHRISTESEN, Paul. **Olympic Victor Lists and Ancient Greek History**. New York: Cambridge University Press, 2007.

_____. Whence 776? The origin of the date for the first Olympiad. **The International Journal of the History of Sport**, v. 26, n. 2, p. 161-182, 2009.

CHRISTESEN, Paul; MACLEAN, Rose. The purpose of sport. In: CHRISTESEN, Paul; STOCKING, Charles H. (eds) **A Cultural History of Sport in Antiquity**. London: Bloomsbury, 2021, p. 23-48.

CHRISTESEN, Paul; STOCKING, Charles H. Introduction. In: CHRISTESEN, Paul; STOCKING, Charles H. (eds) **A Cultural History of Sport in Antiquity**. London: Bloomsbury, 2021, p. 1-22.

CLARK, Peter. **British Clubs and Societies 1580-1800: The Origins of an Associational World**. New York: Oxford University Press, 2000.

CLASTRES, Patrick. Pierre de Coubertin: The Inventor of the Olympic Tradition. In: BAYLE, Emmanuel; CLASTRES, Patric (eds) **Global Sport Leaders: A Biographical Analysis of International Sports Management**. Lausanne: Palgrave Macmillan, 2018, p. 33-60.

- COLLINS, Tony. **Sport in Capitalist Society: A Short History**. London/New York: Routledge, 2013.
- DETIENNE, Marcel. **Comparar o incomparável**. 1 ed. 2000. Aparecida: Ideias & Letras, 2004.
- DEUTSCH, Julius. **Antifascism, Sports, Sobriety: Forging a Militant Working-class Culture**. Oakland: PM Press, 2017.
- DIEHL, Charles. **Excursions archéologiques en Grèce**. Paris: Armand Colin, 1890.
- DUNNING, Eric.; CURRY, Graham. Public schools, status rivalry and the development of football. In: DUNNING, Eric.; MALCOM, Dominic.; WADDINGTON, Ivan (eds) **Sport Histories: Figurational Studies of the Development of Modern Sports**. London/New York: Routledge, 2004, p. 31-52.
- DURÁNTEZ, Conrado. The foundation of the Spanish olympic comitee. **Journal of Olympic History**, v. 8, n. 1, p. 36-41, 2000.
- DURKHEIM, Émile. **As formas elementares de vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. 1 ed. 1912. São Paulo: Paulus, 2018.
- EITZEN, D. Stanley. The sociology of amateur sport: An overview. **International Review for Sociology of Sport**, v. 24, n. 2, p. 95-105, 1989.
- ELEY, Geoff. **Forjando a democracia: A história da esquerda na Europa, 1850-2000**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.
- ELIAS, Norbert. Ensaio sobre o desporto e a violência. In: ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric (org.) **A busca da excitação**. 1 ed. 1985. Lisboa: DIFEL, 1992. p. 223-256.
- ESCOBAR, Micheli O. Cultura corporal na escola: tarefas da educação física. **Motrivência**, ano VII, n. 8, p. 91-102, 1995.
- FAVERSANI, Fábio. Tirano, louco e incendiário: BolsoNero. Análise da constituição da assimilação entre o Presidente da República do Brasil e o Imperador Romano como *allelopoiesis*. **História da Historiografia**, v. 13, n. 33, p. 375-395, 2020.
- FAVERSANI, Fábio.; JOLY, Fábio D. Alexandre em Quinto Cúrcio e o principado romano: Um estudo de *allelopoiesis*. **PHOÏNIX**, v. 27, n. 2, p. 97-110, 2021.
- GARCÍA ROMERO, Fernando. **Los Juegos Olímpicos y el deporte en Grecia**. Barcelona: AUSA, 1992.
- _____. El mito del deporte griego antiguo y lá creación de los Juegos Olímpicos modernos. In: MORÓN, José Maria; PONCE, Francisco; ANDREOTTI, Gonzalo (eds) **História y mito: El pasado legendario como fuente de autoridad**. Málaga: Centro de Ediciones de la Diputación de Málaga, 2004, p. 427-445.
- GIGLIO, Sérgio S. A formação dos jogos olímpicos dos trabalhadores (1894-1925). In: GIGLIO, Sérgio S.; AMARAL, Sílvia C.F.; RIBEIRO, Olívia C.F.; BORTOLETO, Marco Antônio C. (orgs) **Múltiplos olhares sobre os jogos olímpicos**. São Paulo: Intermeios/FAPESP, 2018, p. 141-154.
- GIGLIO, Sérgio S.; RUBIO, Kátia. A hegemonia europeia no Comitê Olímpico Internacional. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 31, n. 1, p. 291-305, 2017.
- GOELLNER, Silvana V. Gênero e esporte na historiografia brasileira: balanços e potencialidades. **Revista Tempo**, v. 19, n. 34, p. 45-52, 2013.

- GOETHEM, Geert V. **The International Labour Sports Movement in the Interwar Years**. Ghent: Amsab-Institute of Social History, 2013.
- GOLDBLATT, David. **The Games: A Global History of The Olympics**. London: Macmillan, 2016.
- GOLDEN, Mark. Equestrian competition in ancient Greece: Difference, dissent, democracy. **Phoenix**, v. 51, n. ¾, p. 327-344, 1997.
- GREENWOD, Emily. Afterword: *Omni-local* classical receptions. **Classical Reception Journal**, v. 5, n. 3, p. 354-361, 2013.
- _____. Reception studies: The cultural mobility of classics. **Dædalus, the Journal of the American Academy of Arts & Sciences**, v. 45, n. 2, p. 41-49, 2016.
- GUTTMANN, Allen. **From Ritual to Record: The Nature of Modern Sports**. New York: Columbia University Press, 1979.
- _____. English sports spectators: The restoration to the early nineteenth century. **Journal of Sport History**, v. 12, n. 2, p. 103-125, 1985.
- _____. **The Olympics: A History of the Modern Games**. Urbana: University of Illinois Press, 1992.
- HANDLEY, Bridget M. **An account and explanation of the increased role played by women in the modern Olympic Games 1896-1972**. (1976) 201 f. Thesis (Master of Arts) – Rhodes University, Makhanda, Eastern Cape, 1976.
- HARTOG, François.; REVEL, Jacques. Note de conjoncture historiographique. In: HARTOG, François.; REVEL, Jacques (dir) **Les usages politiques du passé**. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2001, p. 13-24.
- HAWHEE, Debra. Bodily Pedagogies: Rhetoric, athletics, and the sophists' three Rs. **College English**, v. 65, n. 2, p. 142-162, 2002.
- HAUSTEINER, Eva M.; HUHNHOLZ, Sebastian.; WALTER, Marco. Imperial interpretations: the *Imperium Romanum* as a category of political reflection. **Mediterraneo Antico**, v. XIII, n. 1-2, p. 11-16, 2010.
- HEINZ, Flávio. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- HENTILÄ, Seppo. View to the history of International Workers Sports Confederation (CSIT). In: OLIN, Kalevi (org) **Sport, Peace and Development: Internacional Worker Sport, 1913-2013**. Viena: CSIT, 2013, p. 87-106.
- HOBBS, Thomas. **Leviatã**. 1ª edição 1651. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- HOBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções, 1789-1848**. 1ª edição 1977. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2016.
- _____. **A era do capital, 1848-1875**. 1ª edição 1975. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2018.
- _____. **A era dos impérios, 1875-1914**. 1 ed. 1987. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2020.
- HOLT, Richard. **Sport and the British: A Modern History**. New York: Oxford University Press, 1989.
- INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. **The History of the Olympic Games: Faster, Higher, Stronger**. London: Welbeck Publishing, 2021.

KHUN, Gabriel. **Playing as if the World Mattered**: An Illustrated History of Activism in Sports. Oakland: PM Press, 2015.

KOULOURI, Christina. From Antiquity to Olympic Revival: Sports and Greek National Historiography (Nineteenth-Twentieth Centuries). **International Journal of The History of Sport**, v. 27, n. 12, p. 2014-2052, 2010.

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia M. **Zoológicos humanos**: Gente em exibição na era do imperialismo. Campinas: Editora da UNICAMP, 2020.

KRÜGER, Arnd. The German way of Worker Sport. In: KRÜGER, Arnd.; RIORDAN, James (eds) **The Story of Worker Sport**. Champaign: Human Kinectcis, 1996, p. 1-26.

KYLE, Donald G. **Athletics in ancient Athens**. Leiden: Brill Academic, 1993.

_____. Greek athletic competitions: The ancient and more. In: CHRISTESEN, Paul; KYLE, Donald G. (eds) **A Companion to Sport and Spectacle in Greek and Roman Antiquity**. Oxford: John Wiley & Sons, 2014, p. 21-35.

LAKY, Lilian. As moedas de Olímpia e a consolidação da imagética de Zeus na Grécia Clássica. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 18, p. 211-237, 2008.

_____. **Olímpia e os olimpieia**: a origem e difusão do culto de Zeus Olímpio na Grécia dos séculos VI e V a.C. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2013.

LEIGH, Mary H. **The evolution of women's participation in the Summer Olympic Games 1900-1948**. (1974) 489 f. Doctoral Dissertation – Ohio State University, Columbus, Ohio, 1974.

LENIN, Vladimir. **Collected Works**. Julius Katzer (ed.), Volume 31. Moscow: Progress Publishers, 1974.

LENNARTZ, Karl. The elections of the host cities for the Olympic Winter Games: An historical overview. **Journal of Olympic History**, v. 19, n. 1, p. 46-53, 2011.

LESSA, Fábio S. **Atletas na Grécia antiga**: da competição à excelência. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2017.

_____. Corpos & ginástica na imagética ateniense. In: ASSUMPÇÃO, Luis Filipe; FORNIS, César; CAMPOS, Carlos Eduardo; MONTEIRO, Angelo (orgs) **Encontros Transatlânticos**: Diálogos Interinstitucionais em História, Patrimônio Cultural e Educação. Vassouras: Editora Universidade de Vassouras, 2023, p. 33-50.

LLEWELLYN, Matthew P.; GLEAVES, John. A universal dilemma: The British sporting life and the complex, contested, and contradictory state of amateurism. **Journal of Sport History**, v. 41, n. 1, p. 95-116, 2014.

LOLAND, Sigmund. Coubertin's ideology of olimpism from the perspective of the history of ideas. **Olympika: The International Journal of Olympic Studies**, v. 4, n.1, p. 49-78, 1995.

LOWE, Dustan. Playing with antiquity: Videogame receptions of the classical world. In: LOWE, Dustan; SHAHABUDIN, Kim (eds) **Classics for All**: Reworkig Antiquity in Mass Culture. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2009, p. 64-90.

LOWE, Dustan; SHAHABUDIN, Kim (eds) **Classics for All**: Reworkig Antiquity in Mass Culture. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2009.

MACALOON, John J. **This great symbol**: Pierre de Coubertin and the Origins of the Modern Olympic Games. London/New York: Routledge, 2007.

MALHADAS, Daise; DEZOTTI, Maria C. C.; NEVES, Maria H. M. **Dicionário grego-português**. Volume 1. Cotia: Ateliê Editorial, 2006.

MANN, Christian. Neither amateurs nor professionals: The status of Greek athletes. *In*: STEWART, Edmund.; HARRIS, Edward.; LEWIS, David (eds) **Skilled Labour and Professionalism in Ancient Greece and Rome**. Cambridge: Cambridge University Press, 2021, p. 313-332.

_____. Products, training and technology. *In*: CHRISTESEN, Paul; STOCKING, Charles H. (eds) **A Cultural History of Sport in Antiquity**. London: Bloomsbury, 2021, p. 69-94.

MARTIGNETTI, Giuliano. Verbete “Propriedade”. *In*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (eds) **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UnB, 1986, p. 1021-1035.

MARTINDALE, Charles. Introduction: Thinking through reception. *In*: MARTINDALE, Charles; THOMAS, Richard F. (eds) **Classics and the Uses of Reception**. Oxford: Blackwell Publishing, 2006, p. 1-13.

MARX, Karl. **Selected Writings**. David McLellan (ed.) New York: Oxford University Press, 2000.

_____. **O Capital**. Volume 1. 1ª edição 1867. São Paulo: Boitempo, 2011.

MENARD, Kevin P. Verbete “Stickfighting, non-asian”. *In*: GREEN, Thomas A. (ed.) **Martial Arts of the World: An Encyclopedia**. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2001, p. 556-563.

MIGNOT, Jean-François. The history of professional road cycling. *In*: REETH, Daam V.; LARSON, Daniel J. (eds) **The Economics of Professional Road Cycling**. Berna: Springer Cham, 2016, p. 7-31.

MILLER, Peter J. **Sport: Antiquity and Its Legacy**. London: Bloomsbury, 2023.

MONTERO, Álvaro M. Sports training in Ancient Greece and its supposed modernity. **Journal of Human Sport and Exercise**, v. 15, n. 1, p. 163-176, 2020.

MURRAY, Sarah C. Rules and order. *In*: CHRISTESEN, Paul; STOCKING, Charles H. (eds) **A Cultural History of Sport in Antiquity**. London: Bloomsbury, 2021, p. 95-120.

OBER, Josiah. **Mass and elite in democratic Athens**: rhetoric, ideology, and the power of the people. Princeton: Princeton University Press, 1989.

OLIN, Kalevi (org.) **Sport, Peace and Development**: Internacional Worker Sport, 1913-2013. Viena: CSIT, 2013.

OPPO, Anna. Verbete “O partido de organização de massa”. *In*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (eds) **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UnB, 1986, p. 900-901.

PALEOLOGOS, Konstantinos. Modalidades equestres. *In*: YALOURIS, Nicolaos (org.) **Os Jogos Olímpicos na Grécia antiga**: Olímpia antiga e os Jogos Olímpicos. São Paulo: Odysseus, 2004, p. 250-259.

PAPAKONSTANTINO, Zinon. Cimon the Elder, Peisistratus and the *tethrippon* Olympic Victory of 532 BCE. **Journal of Ancient History**, v. 1, n. 2, p. 99-118, 2013.

_____. Conflict and accommodation. *In*: CHRISTESEN, Paul; STOCKING, Charles H. (eds) **A Cultural History of Sport in Antiquity**. London: Bloomsbury, 2021a, p. 121-140.

_____. Law, Litigation, and Sport in Ancient Greece. *In*: SCANLON, Thomas F; FUTRELL, Alison (eds.) **The Oxford Handbook of Sport and Spectacle in the Ancient World**. Oxford: Oxford University Press, 2021b, p. 592-602.

PENTÁZOU, Manolis. Honras conferidas aos vencedores. *In*: YALOURIS, Nicolaos (org.) **Os Jogos Olímpicos na Grécia antiga: Olímpia antiga e os Jogos Olímpicos**. São Paulo: Odysseus, 2004, p. 150-158.

PRITCHARD, David. Esporte e guerra na Atenas democrática. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 29, p. 92-104, 2017.

PUBLIO, Nestor S. História da ginástica olímpica. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 5, n. 1, p. 88-90, 1997.

PUGA, Dolores. O teatro ateniense como cenário para as facções políticas: uma disputa de poder na comédia *As rãs* de Aristófanes (405 a.C.). **Bakhtiniana**, v. 17, n. 4, p. 132-162, 2022.

REMIJSEN, Sofie. Only greeks at the Olympics? Reconsidering the rule against non-greeks at ‘Panhellenic’ Games. **Classica et Medievalia**, v. 67, p. 1-62, 2019.

_____. Sporting time and sporting space. *In*: CHRISTESEN, Paul; STOCKING, Charles H. (eds) **A Cultural History of Sport in Antiquity**. London: Bloomsbury, 2021, p. 49-68.

RIBEIRO, Luiz Carlos. A (des)politização dos Jogos Olímpicos modernos. **História: Questões & Debates**, v. 68, n. 37, p. 208-228, 2020.

RITCHIE, Robert.; REYNARD, John.; LEWIS, Tom. Intersex and the Olympic Games. **Journal of the Royal Society of Medicine**, v. 101, n. 8, p. 395-399, 2008.

RUBIO, Kátia. Jogos Olímpicos da era moderna: Uma proposta de periodização. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 24, n. 1, p. 55-68, 2010.

SAKELLARAKIS, Yannis. A pré-história dos jogos. *In*: YALOURIS, Nicolaos (org.) **Os Jogos Olímpicos na Grécia antiga: Olímpia antiga e os Jogos Olímpicos**. São Paulo: Odysseus, 2004, p. 7-38.

SANTOS, João Manuel C. M.; GIGLIO, Sérgio S. O Brasil e o passado dos jogos olímpicos modernos: Um vazio historiográfico. **Argumentos**, v. 2, n. 2, p. 139-156, 2020.

SETTEMBRINI, DOMENICO. Verbete “Social-Democracia”. *In*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (eds) **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UnB, 1986, p. 1188-1192.

SILVA, Glaydson J. O mundo antigo visto por lentes contemporâneas: As extremas direitas na França nas décadas de 1980 e 1990, ou da instrumentalidade da antiguidade. **História (São Paulo)**, v. 26, n. 1, p. 98-118, 2007.

SILVA, Glaydson J.; FUNARI, Pedro P.; GARRAFFONI, Renata S. Recepções da antiguidade e usos do passado: Estabelecimento dos campos e sua presença na realidade brasileira. **Revista Brasileira de História**, v. 40, n. 84, p. 43-66, 2020.

SMITH, Stuart. Clay shooting: Civilization in the line of fire. *In*: DUNNING, Eric.; MALCOM, Dominic.; WADDINGTON, Ivan (eds) **Sport Histories: Figurational**

Studies of the Development of Modern Sports. London/New York: Routledge, 2004, p. 137-154.

SPIVEY, Nigel. **The Ancient Olympics**: a history. New York: Oxford University Press, 2004).

STEINBERG, David. The Workers' Sport Internationals 1920-28. **Journal of Contemporary History**, v. 13, n. 2, p. 233-251, 1978.

STORCK, João B. Do *modus parisiensis* ao *ratio studiorum*: Os jesuítas e a educação humanista no início da idade moderna. **História da Educação**, v. 20, n. 48, p. 139-158.

TAINÉ, Hyppolyte. **Life and Letters of H. Taine**. Part III (1870-1892). London: Archibald Constable & CO, 1908.

TURNER, David. **The Old Boys**: The Decline and Rise of the Public Schools. New Haven/London: Yale University Press, 2015.

VAN HOOK, Larue. Introduction to oration XVI. Concerning the team of horses (de bigis). In: ISÓCRATES. **Isocrates**. Volume III. Translation by Larue Van Hook. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1945.

VANOYEKE, Violaine. **La naissance des jeux olympiques et le sport dans l'antiquité**. Paris: Belles Lettres, 2004.

WEBER, Eugen. Pierre de Coubertin and the introduction of organised sport in France. **Journal of Contemporary History**, v. 5, n. 2, p. 3-26, 1970.

WHEELER, Robert F. Organized sport and organized labour: The worker's sport movement. **Journal of Contemporary History**, v. 13, n. 2, p. 191-210, 1978.

WILLIAMS, Raymond. A imprensa e a cultura popular: Uma perspectiva histórica. **Projeto História**, n. 35, p 15-26, 2007.

YALOURIS, Nicolaos. A origem e a história dos jogos. In: YALOURIS, Nicolaos (org.) **Os Jogos Olímpicos na Grécia antiga**: Olímpia antiga e os Jogos Olímpicos. São Paulo: Odysseus, 2004, p. 86-94.

YOUNG, David C. **A Brief History of the Olympic Games**. Malden/Oxford: Blackwell Publishing, 2004.